

DESCRIÇÃO	2016	2015
Despesa empenhada (A)	220.813.109,06	206.211.343,60
Dotação atualizada da despesa (B)	252.171.596,77	243.628.252,06
Resultado (B-A)	31.358.487,71	37.416.908,46
Variação % (A/B)	0,86	0,85

Fonte: SEMFAZ/CGC

O Quociente de Execução da Despesa calculado para o exercício de 2016 demonstra que houve economia orçamentária no montante de R\$ 31.358.487,71. Este índice não pode apresentar quociente maior que 1, uma vez que a Despesa Orçamentária só poderá ser executada até o limite do montante autorizado na Lei. Podemos observar que em 2016 para cada R\$ 1,00 de Despesa Autorizada, o Município executou R\$ 0,86.

Nota nº 06 - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

É resultante da relação entre a Receita Realizada e a Despesa Empenhada, indicando a existência de superávit ou déficit.

DESCRIÇÃO	2016	2015
Receita Realizada (A)	233.034.313,38	214.814.480,46
Despesa empenhada (B)	220.813.109,06	206.211.343,60
Resultado (A-B)	12.221.204,32	8.603.136,86

Fonte: SEMFAZ/CGC

No exercício de 2016, o Município apresentou superávit orçamentário no montante de R\$ 12.221.204,32. O Resultado Orçamentário calculado para o exercício de 2016 demonstra que houve equilíbrio, indicando que o Município arrecadou receita no valor superior a despesa empenhada.

Nota nº 07 - QUOCIENTE FINANCEIRO REAL DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

É resultante da relação entre a Receita Realizada e a Despesa Paga, indicando o quanto a receita orçamentária arrecadada representa em relação à despesa orçamentária paga.

DESCRIÇÃO	2016	2015
Receita Realizada (A)	233.034.313,38	214.814.480,46
Despesa Paga (B)	198.450.063,78	202.076.689,58
Variação % (A/B)	1,17	1,06

Fonte: SEMFAZ/CGC

O Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária apurado para o exercício de 2016 demonstra que para cada R\$ 1,00 de Despesa paga, o Município dispõe de R\$ 1,17 de Receita Realizada. Esse índice indica que a receita realizada foi superior às despesas pagas no exercício, logo obtendo um superávit financeiro.

Nota nº 08 - DESPESA EXECUTADA POR TIPO DE CRÉDITO

A despesa executada no exercício de 2016 foi de R\$ 220.813.109,06 e no quadro abaixo está detalhada esta execução por tipo de crédito:

DESCRIÇÃO DO TIPO DE CRÉDITO	2016
Inicial	165.679.620,17
Suplementar	51.779.938,37
Especial	3.353.550,52
Extraordinário	0,00
TOTAL	220.813.109,06

Fonte: SEMFAZ/CGC

Despesa executada refere-se a despesa empenhada no Balanço Orçamentário.

Nota nº 09 – RESUMO DAS ALTERAÇÕES DO ORÇAMENTO INICIAL

Nos quadros abaixo está detalhado o orçamento anual com as suas devidas alterações bem como os recursos utilizados para a abertura dos créditos adicionais:

ALTERAÇÕES DO ORÇAMENTO INICIAL	VALOR
Dotação Inicial	217.657.526,47
(+) Créditos Suplementares	41.063.399,56
(+) Créditos Especiais	8.267.696,28
(+) Créditos Extraordinários	0,00
(+) Reformulações Administrativas	33.695.676,23
(-) Anulações das Reformulações	33.695.676,23
(-) Anulações de Créditos	14.817.025,54
(=) Dotação Atualizada	252.171.596,77
(-) Despesa Empenhada	220.813.109,06
(=) Recursos não utilizados	31.358.487,71
RECURSOS PARA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS	VALOR
Superávit Financeiro	13.281.962,77
Excesso de Arrecadação	5.320.838,00
Excesso de Arrecadação de Recursos Vinculados	15.911.269,53
Anulações de Dotação	48.512.701,77
Operações de Crédito	0,00
TOTAL	83.026.772,07

Fonte: SEMFAZ/CGC

No Anexo TC 18 está o detalhamento de todas as movimentações ocorridas no orçamento, inclusive este anexo está acompanhado de notas explicativas, que permitem a melhor compreensão dos principais fatos modificativos do Orçamento do Município.

Nota nº 10 – RESTOS A PAGAR

Quando a execução dos Restos a Pagar em 2016, dos valores inscritos como não processados todos foram pagos. Com relação aos Restos a Pagar Processados foi pago o montante de R\$ 4.041.714,07 e cancelados o valor de R\$ 280,76, referente a valores que não foi possível o pagamento devido se tratar de empresa extinta e não localizada. Quanto ao valor de R\$ 39.905,60 permanece inscrito para pagamento no exercício de 2017, por se tratar de recurso vinculado a Convênios com o FNDE, cujo valor não foi liberado. Este valor encontra-se devidamente registrado no Anexo TC 38 - *Demonstrativo dos Recursos Financeiros não Repassados cujas Despesas já foram Empenhadas*.

SONETE DIOGO PEREIRA
ORDENADORA GERAL DE CONTABILIDADE
CRC Nº 3460/O-8

JESUALDO PIRES FERREIRA JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL
CPF 042.321.878-63

LUIZ FERNANDES RIBAS MOTTA
SECRETARIO MUNICIPAL DE FAZENDA
CPF 239.445.959-04

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

DEZEMBRO(31/12/2016)

CONSOLIDADO

Exercício de 2016

1 of 7

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	233.034.313,38	214.814.480,46	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	220.813.109,06	206.211.343,60
ORDINÁRIO	144.275.941,16	136.527.792,80	ORDINÁRIO	125.693.060,35	121.034.089,56
VINCULADO	107.075.045,67	95.997.634,01	VINCULADO	95.120.048,71	85.177.254,04
ALIENAÇÃO DE BENS	111.660,81	0,00	ALIENAÇÃO DE BENS	86.187,91	0,00
CONTRIB.P/REGIME PRÓPRIO PREVIDÊNCIA SOCIAL-RPPS (PATRONAL, SERV.COMPENS.FINANCEIRA)	29.499.577,10	22.989.392,12	CONTRIB.P/REGIME PRÓPRIO PREVIDÊNCIA SOCIAL-RPPS (PATRONAL, SERV.COMPENS.FINANCEIRA)	6.654.586,39	5.653.988,91
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.405.556,37	808.424,32	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.397.825,96	803.953,91
OUTROS RECURSOS ESTADUAIS DESTINADO A SAÚDE	2.485,28	370.403,34	OUTROS RECURSOS ESTADUAIS DESTINADO A SAÚDE	23.716,46	1.871,25
RECURSOS DESTINADOS A FUNDOS	131.829,00	74.952,52	RECURSOS DESTINADOS A FUNDOS	126.831,40	79.995,00
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FNAS	489.488,58	552.071,06	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FNAS	802.553,91	1.449.456,54
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENV.DA EDUCAÇÃO - FNDE	3.690.800,86	2.266.457,13	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENV.DA EDUCAÇÃO - FNDE	14.495.790,44	3.578.966,92
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	33.412.214,07	34.761.146,42	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	33.600.378,12	34.432.462,49
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - EDUCAÇÃO	2.731.641,04	2.335.001,66	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - EDUCAÇÃO	2.732.054,09	2.462.845,19
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - OUTROS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/Saúde)	9.919.391,11	10.484.976,13	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - OUTROS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/Saúde)	9.823.849,83	15.256.591,97
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - SAÚDE	1.324.860,22	271,36			



Diário Oficial DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ

O DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ é um periódico autorizado pela Lei Municipal n.º 1070, de 02/07/2001, para a publicação dos atos oficiais da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná.

Coordenação: **Secretaria Municipal de Administração**
Realização: **Assessoria de Comunicação Social**

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
CNPJ: 04.092.672/0001-25

End. Av. Dois de Abril, 1701 (Palácio Urupá) - Bairro Dois de Abril - Ji-Paraná - RO
E-mail: decom@ji-parana.ro.gov.br
Página eletrônica: www.ji-parana.ro.gov.br

Todas as matérias para serem publicadas neste Diário Oficial devem ser entregues à Assessoria de Comunicação impreterivelmente até as 13 horas do dia anterior.

Jesualdo Pires
Prefeito

Marcito Pinto
Vice-Prefeito

José Antônio Cisonetti
Chefia de Gabinete do Prefeito

Leni Matias
Procuradoria-Geral do Município

Elias Caetano da Silva
Controladoria-Geral do Município

Nilton Leandro Motta dos Santos
Secretaria Municipal de Administração

Jair Eugênio Marinho
Secretaria Municipal de Governo

Pedro Cabeça Sobrinho
Secretaria Municipal de Planejamento

Renato Antônio Fuverki
Secretaria Municipal de Saúde

Milton Félix de Macedo
Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Leni Matias
Secretaria Municipal de Regularização Fundiária e Habitação

Luiz Fernandes Ribas Motta
Secretaria Municipal de Fazenda

Reinaldo Pereira de Andrade.
Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Adirço Pedro da Silva
Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária

Leiva Custódio Pereira
Secretaria Municipal de Educação

Seloi Totti
Secretaria Municipal de Esportes e Turismo

Maria Sônia Grande Reigota Ferreira
Secretaria Municipal de Assistência Social

Carlos Magno Ramos
Secretaria Municipal de Indústria e Comércio

Arlislândio Borges Saraiva
Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assuntos Estratégicos

Clederson Viana Alves
Agência Reg. de Ser. Públicos Delegados do Mun. de Ji-Paraná

Paulo Sérgio de Moura
Autarquia Municipal de Trânsito e Transporte

Keila Barbosa da Silva
Fundação Cultural

Evandro Cordeiro Muniz
Fundo Municipal de Previdência

Relvanir Celso de Campos
Assessoria de Comunicação Social

De acordo com o quadro 4 o valor mínimo a ser repassado para saúde seria de R\$19.071.696,74. O Município repassou o valor de R\$ 28.645.863,14 (Quadro 1), atingindo o percentual de 22,08% de aplicação em saúde. O detalhamento da aplicação dos valores em educação estão evidenciados nesta prestação de contas, através dos anexos da IN nº 022/TCE-RO/04.

A diferença da base de cálculo entre a Saúde e Educação é o valor referente as cota parte do FPM estabelecidas pelas Portarias nº 55/2007 e 84/2014 que institui o 1% do FPM de julho e dezembro. Estas receitas não compõe a base de cálculo para aplicação em Saúde.

Nota nº 05 – DEMAIS TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS

As transferências financeiras feitas pela Prefeitura para a Fundação Cultural e aos Fundos de Assistência Social e da Criança e Adolescente, não tem nenhuma determinação legal quanto ao percentual, mas é de acordo com a necessidade de manutenção destas entidades no cumprimento de sua função social. O valor que a Prefeitura, a Fundação Cultural e a câmara Municipal repassaram ao Fundo de Previdência Social é em cumprimento aos 2% de taxa administrativa, estipulado na Lei de criação do FPS nº 1403/2005.

Nota nº 06 – MOVIMENTAÇÃO DE RESTOS A PAGAR

DESCRİÇÃO	VALOR
Saldo do exercício anterior	4.134.654,02
(+) Inscricão	22.363.045,28
(-) Pagamento	4.094.467,66
(-) Cancelamentos	280,76
(=) Saldo para o exercício seguinte	22.402.950,88

Fonte: SEMFAZ/CGC

Os valores de movimentação de restos a pagar registrados no Balanço Financeiro e no Balanço Orçamentário (Anexo I e II) estão melhor evidenciados no Anexo 17 – Demonstrativo da Dívida Flutuante e nos Anexos TC 10A e 10B – Rol de Restos a Pagar. O saldo para o exercício seguinte esta divergente do que consta no Balanço Financeiro, pois neste anexo deve ser registrado apenas os valores inscritos no exercício. No entanto o saldo para o exercício seguinte esta acrescido do valor de R\$ 39.905,60 que são restos a pagar inscritos em exercícios anteriores evidenciado no Balanço Orçamentário.

Nota nº 07 – MOVIMENTAÇÃO DA CONTA DEPÓSITOS/CONSIGNAÇÕES

DESCRİÇÃO	VALOR
Saldo do exercício anterior	800.131,06
(+) Inscricão	29.068.708,45
(+) Inscricão de consignações a pagar exercícios anteriores (AMT)	49.801,46
(-) Depósito de saldo bancário de exercício anterior (AMT)	101.567,85
(-) Dispêndios	29.103.404,82
(=) Saldo para o exercício seguinte	713.668,30

Fonte: SEMFAZ/CGC

A variação principal no saldo desta conta se deve aos seguintes fatos:

- Ø R\$ 101.567,85 refere-se a Implantação do saldo financeiro da AMT – Autarquia Municipal de Trânsito. Esta Autarquia foi criada através da Lei Municipal nº 2900/2015. Esta Lei fez a extinção da EMTU - Empresa Municipal de Trânsito Urbanos e a criação da Autarquia. Todos os saldos patrimoniais da EMTU foram implantados na AMT. Portanto para compor o saldo financeiro consolidado no Executivo foi feito o registro como depósito extraorçamentário e transferido este depósito para a conta Caixa e Equivalente de Caixa, com os seguintes lançamentos:

D – 111111902 – Bancos conta Movimento

C – 218810499 – Depósitos Restituíveis

D – 218810499 – Depósitos Restituíveis

C – 237110300 - Ajustes de Exercícios Anteriores

- Ø R\$ 49.801,46 refere-se ao reconhecimento dos valores de consignações a pagar que a EMTU tinha junto a fornecedores. Este reconhecimento fora feito através dos seguintes lançamentos:

D – 218810499 – Depósitos Restituíveis

C – 237110300 - Ajustes de Exercícios Anteriores

As informações citadas acima foram fornecidas pela Contabilidade da Autarquia Municipal de Trânsito.

Nota nº 08 – MOVIMENTAÇÃO DA CONTA CRÉDITOS A RECEBER

DESCRİÇÃO	VALOR
Saldo do exercício anterior	2.086.485,16
(+) Valores depositados	2.112.273,45
(+) Rendimento de aplicação da conta depósitos especiais	257.792,21
(-) Valores desembolsados	3.500.000,00
(=) Saldo para o exercício seguinte	956.550,82

Fonte: SEMFAZ/CGC

A variação no saldo desta conta de deve principalmente aos depósitos especiais que são feitos ao Tribunal de Justiça em cumprimento a Emenda Constitucional nº 062/2009 para pagamento de Precatórios. De acordo com Ofício nº165/TJ-RO/2015 estes valores estão depositados em modalidade de depósito judicial, operação 040, remunerada pelo índice de remuneração de poupança. O valor do rendimento anual foi contabilizado com receita patrimonial do município e lançado na conta depósitos especiais. Os valores desembolsados são os pagamentos de precatórios que o Tribunal de Justiça fez no exercício, conforme lista oficial do referido Tribunal.

Nota nº 09 – VARIAÇÃO DO SALDO FINANCEIRO

DESCRİÇÃO	VALOR
1. Receita Orçamentária	233.034.313,38
2. Despesas Orçamentária	220.813.109,06
3. Ingressos Extraorçamentários	54.945.562,76
4. Dispêndios Extraorçamentários	35.580.911,08
5. Variação da disponibilidade decorrente da execução orçamentária (1-2)	12.221.204,32
6. Variação da disponibilidade decorrente da execução extraorçamentária (3-4)	19.364.651,68
7. Variação do Período apurada (5 + 6)	31.585.856,00
8. Saldo financeiro do exercício anterior	131.007.813,36
9. Saldo para o exercício seguinte (7 + 8)	162.593.669,36

Fonte: SEMFAZ/CGC

Podem-se observar que a variação do período apurada entre o saldo que passa para o exercício seguinte e o saldo do exercício anterior no montante positivo de R\$ 31.585.856,00, indica que os pagamentos do exercício foram inferiores aos recebimentos, demonstrando assim que houve equilíbrio financeiro e a geração de superávit. Esta variação do período está de acordo com a geração líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa do Anexo 18 - Demonstrativos dos Fluxos de Caixa.

Nota nº 10 – POLÍTICA DE CONTABILIZAÇÃO DAS RETENÇÕES

Nas retenções feitas em Folha de Pagamento de Servidor, bem como os valores retidos de prestadores de serviços, é adotado o Regime de Competência, ou seja por ocasião da liquidação gera uma obrigação financeira no Passivo Circulante. A despesa orçamentária é considerada pelo seu valor bruto, quando da liquidação. Concomitantemente gera-se um empenho extraorçamentário, que ao ser pago, baixa do Passivo Circulante a obrigação financeira.

SONETE DIOGO PEREIRA
JORDENADORA GERAL DE CONTABILIDADE
CRC Nº 3460/O-8

JESUALDO PIRES FERREIRA JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL
CPF 042.321.878-63

LUIZ FERNANDES RIBAS MOTTA
SECRETARIO MUNICIPAL DE FAZENDA
CPF 239.445.959-04

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ**ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL**

DEZEMBRO(31/12/2016)

CONSOLIDADO - Desconsiderando as contas INTRA-OFFS

Exercício de 2016

1 de 17

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	200.479.767,21	134.440.107,71	PASSIVO CIRCULANTE	10.652.374,94	7.567.365,84
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	40.678.911,86	62.706.322,77	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS	2.691.638,24	2.685.334,35
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	40.678.911,86	62.706.322,77	PESSOAL A PAGAR	2.621.985,85	2.685.334,35
CONTA ÚNICA RPPS	1.980.513,54	32.890.088,94	PESSOAL A PAGAR	2.621.985,85	2.685.334,35
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	38.698.398,32	29.816.233,83	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	69.652,39	0,00
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	35.540.852,55	0,00	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	69.652,39	0,00
CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER	29.597.985,00	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	5.864.672,71	4.008.458,53
CRÉDITOS DECORRENTES DE TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PR	26.564,40	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	5.864.672,71	4.008.458,53
CRÉDITOS DECORRENTES DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	29.571.420,60	0,00	FORNECEDORES NACIONAIS	5.864.672,71	4.008.458,53
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	5.891.892,58	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	2.096.063,99	873.572,96
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DOS IMPOSTOS	3.135.293,41	0,00	VALORES RESTITUÍVEIS	713.668,30	800.131,06
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DAS TAXAS	2.756.599,17	0,00	CONSIGNAÇÕES	156,43	0,00
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	50.974,97	0,00	DEPÓSITOS JUDICIAIS	693.789,36	774.544,02
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	50.974,97	0,00	DEPÓSITOS NÃO JUDICIAIS	19.722,51	25.587,04
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	958.650,82	2.090.410,16	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	1.382.395,69	73.441,90
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	2.100,00	3.925,00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.137.752,26	18.561,90
SUPRIMENTO DE FUNDOS	0,00	800,00	DIARIAS A PAGAR	2.100,00	2.725,00
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL	2.100,00	3.125,00	CONVENIOS A PAGAR	216.800,43	22.155,00
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	956.550,82	2.086.485,16	SUBVENÇÕES A PAGAR	0,00	30.000,00
CONTA ESPECIAL - PRECATÓRIOS	956.550,82	2.086.485,16	CONSÓRCIOS A PAGAR	25.743,00	0,00
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	121.914.760,13	68.301.492,88	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	187.584.728,68	176.868.285,62
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	121.914.760,13	68.301.492,88	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS	3.623.959,54	3.687.681,69
APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL - RPPS	40.402.697,45	0,00	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	3.623.959,54	3.687.681,69
AÇÕES	2,63	2,29	OUTROS ENCARGOS SOCIAIS	55.031,35	0,00
APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA - RPPS	81.512.060,05	68.301.490,59	INSS A PAGAR	3.568.928,19	3.687.681,69
ESTOQUES	1.386.591,85	1.341.881,90	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	3.117.241,21	1.757.140,14
ALMOXARIFADO	1.386.591,85	1.341.881,90	EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO	3.117.241,21	1.757.140,14
MATERIAL DE CONSUMO	457.034,31	536.502,16	EMPRÉSTIMOS INTERNOS - EM CONTRATOS	3.117.241,21	1.757.140,14
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	117.218,81	56.445,83	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	19.156.401,70	33.950.527,48
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	3.878,60	9.840,65	FORNECEDORES NACIONAIS E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	19.156.401,70	33.950.527,48
AUTOPEÇAS	208.941,03	320.395,81	FORNECEDORES NACIONAIS	84.607,72	0,00
MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES	371.952,53	67.216,48	PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS	19.071.793,98	33.950.527,48
MATERIAIS GRÁFICOS	34.324,39	100.072,69	OBRIGAÇÕES FISCALS A LONGO PRAZO	37.479,36	307.667,34
MATERIAL DE EXPEDIENTE	193.242,18	243.945,03	OBRIGAÇÕES FISCALS A LONGO PRAZO COM A UNIÃO	37.479,36	307.667,34
MATERIAIS A CLASSIFICAR	0,00	7.463,25	OUTROS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS A RECOLHER	37.479,36	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	161.355.813,28	327.782.486,25			
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	26.151.988,18	203.756.774,40			
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	26.151.988,18	203.756.774,40			

DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	172.481.994,95	161.755.810,17	TRIBUTOS FEDERAIS RENEGOCIADOS	0,00	307.667,34
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO	-336.054.054,92	-152.077.080,87	PROVISÕES A LONGO PRAZO	161.581.430,07	136.744.561,57
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	189.724.048,15	194.078.045,10	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO	161.581.430,07	136.744.561,57
IMOBILIZADO	135.203.825,10	124.025.711,85	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	55.011.448,24	38.894.615,37
BENS MOVEIS	56.662.745,68	54.737.411,52	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	106.569.981,83	97.849.946,20
BENS DE INFORMÁTICA	3.699.987,86	3.814.147,78	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	68.216,80	420.707,40
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	10.530.885,00	9.729.129,57	OUTRAS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	68.216,80	420.707,40
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	657.159,93	666.282,68	INDENIZACOES E RESTITUICOES	68.216,80	257.504,62
VEÍCULOS	17.079.184,53	15.985.657,74	OUTROS CREDORES A LONGO PRAZO	0,00	163.202,78
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	19.984.159,80	19.071.433,14	TOTAL PASSIVO	198.237.103,62	184.435.651,46
DEMAIS BENS MÓVEIS	4.711.368,56	5.470.760,61	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
BENS IMÓVEIS	83.886.933,08	72.298.966,68	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
BENS DE USO ESPECIAL	43.435.223,03	40.952.632,35	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	163.598.476,87	277.786.942,50
BENS DE USO COMUM DO POVO	1.971.900,58	651.682,80	RESULTADOS ACUMULADOS	163.598.476,87	277.786.942,50
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	37.523.999,68	30.508.841,74	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	163.598.476,87	277.786.942,50
INSTALAÇÕES	770.000,00	0,00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	54.948.879,40	48.862.637,27
DEMAIS BENS IMÓVEIS	185.809,79	185.809,79	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	277.786.942,50	213.767.251,31
(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-5.345.853,66	-3.010.666,35	AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-169.137.345,03	15.157.053,92
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA – BENS MÓVEIS	-5.345.853,66	-3.010.666,35	TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	163.598.476,87	277.786.942,50
INTANGÍVEL	0,00	0,00	TOTAL	361.835.580,49	462.222.593,96
SOFTWARES	4.100,00	0,00			
SOFTWARES	4.100,00	0,00			
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	-4.100,00	0,00			
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA - SOFTWARES	-4.100,00	0,00			
TOTAL	361.835.580,49	462.222.593,96			

ATIVO FINANCEIRO	163.550.220,18	133.094.298,52	PASSIVO FINANCEIRO (7.856.637,29)+ Restos não Processado(15.259.981,89)	23.116.619,18	4.934.785,08
ATIVO PERMANENTE	198.285.360,31	329.128.295,44	PASSIVO PERMANENTE	190.380.466,33	179.553.619,97
COMPENSAÇÕES	29.571.420,60	0,00	SALDO PATRIMONIAL	148.338.494,98	277.734.188,91
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS COI	29.571.420,60	0,00	COMPENSAÇÕES	16.339.721,99	3.276.172,06
TOTAL	29.571.420,60	0,00	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	16.339.721,99	3.276.172,06
			TOTAL	16.339.721,99	3.276.172,06

SONETE DIOGO PEREIRA
ORDENADORA GERAL DE CONTABILIDADE
CRC Nº 3460/O-8

JESUALDO PIRES FERREIRA JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL
CPF 042.321.878-63

LUIZ FERNANDES RIBAS MOTTA
SECRETARIO MUNICIPAL DE FAZENDA
CPF 239.445.959-04

NOTA EXPLICATIVA

BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, das informações de naturezas patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal física, social e de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

Com vistas a alcançar os vários segmentos da sociedade, e assim proporcionar maior transparência, procurou-se empregar linguagem simples e didática, por meio de tabelas comparativas e demonstrativos contendo análises verticais, horizontais e percentuais.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância aos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP e demais disposições normativas vigentes.

BALANÇO PATRIMONIAL

Demonstração Contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação.

Segue abaixo Notas explicativas elencando a composição das principais Contas deste Demonstrativo.

Nota nº 01 – ATIVO CIRCULANTE – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.

O Caixa e Equivalentes de Caixa compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Esse grupo é composto pelos saldos de Caixa (numerário e outros valores em tesouraria), Conta Única do RPPS, Bancos Conta Movimento, Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata (distribuídas em contas de poupança e aplicações em títulos do mercado aberto de contas não únicas), Aplicações em Segmento de Renda Fixa e Recursos não Vinculados demonstrados na tabela a seguir:

QUADRO 1	R\$			
DESCRIÇÃO	2016	AV%	2015	AV%
Caixa	0,00	0,00	0,00	0,00
Conta Única do RPPS	1.980.513,54	1,22%	32.890.088,94	25,11%
Bancos Conta Movimento	38.698.398,32	23,80%	29.816.233,83	22,76%
Aplicações em Renda Fixa e Variável (RPPS)	121.914.757,50	74,98%	68.301.490,59	52,13%
TOTAL	162.593.669,36	100,00%	131.007.813,36	100,00%

Fonte: SEMFAZ/CGC

A conta de Aplicações em Segmento de Renda Fixa e Variável que em 2016 representou 74,98% da composição do Caixa e Equivalentes de Caixa, é composta pelas contas de Investimentos do RPPS, que são aplicações em Títulos Públicos e Multimercado, como: IRFM-1, IMA B, IRFM, Caixa Brasil FI Referenciado. Estes fundos de investimentos são de livre movimentação, pois podem ser usados para pagamentos de despesas previdenciárias, bem como aplicações mensais das Receitas Previdenciárias.

Nota nº 02 – ATIVO CIRCULANTE – CRÉDITOS DE CURTO PRAZO

A rubrica Créditos a Curto Prazo compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis no curso do exercício social subsequente.

QUADRO 2	R\$	
DESCRIÇÃO	2016	
Créditos de Transferências a Receber	29.597.985,00	
Dívida Ativa Tributária	5.891.892,58	
Dívida Ativa Não Tributária	50.974,97	
TOTAL	35.540.852,55	

Fonte: SEMFAZ/CGC

A) Créditos de Transferências a Receber

Compreende os valores relativos a créditos a receber decorrentes de transferências da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, Consórcios Públicos e outras Instituições.

O valor de R\$ 26.564,40 é um crédito que a Autarquia Municipal de Trânsito e Transportes de Ji-Paraná tem a receber de Instituições Privadas oriundo de Convênio de gerenciamento de táxi.

O valor de 29.571.420,60 refere-se a valores que o Município tem a receber proveniente de Convênios assinados com a União e o Estado. Este valor demonstra os créditos que o Município tem para dar cobertura ao valor inscrito em restos a pagar não processados.

Quadro 3		R\$
DETALHAMENTO DAS TRANSFERÊNCIAS A RECEBER	VALOR	
Convênios Federais - Ministério da Saúde	4.849.715,38	
Convênios Federais - FNDE	10.162.415,03	
Convênios Federais - Ministério da Defesa	5.000.000,00	
Convênios Federais - Ministério das Cidades	5.772.966,65	
Convênios Federais - Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.000.000,00	
Convênios Federais - Ministério do Turismo	1.686.323,54	
Convênios com Governo do Estado	1.100.000,00	
TOTAL	29.571.420,60	

Fonte: SEMFAZ/CGC

B) Dívida Ativa Tributária e Não Tributária

A Dívida Ativa Tributária e não Tributária de Curto Prazo será explicada na nota nº 007 desta prestação de contas, juntamente com a de Longo Prazo.

Nota nº 03 – ATIVO CIRCULANTE – ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS

Compreende as antecipações concedidas a pessoal, tais como antecipações de salários e ordenados, adiantamentos de 13º salário, adiantamentos de férias, diárias e outros, além da entrega de numerário a terceiros sem vinculação específica ao fornecimento de bens ou serviços, como o caso dos Suprimentos de Fundos. Em suma, adiantamentos concedidos consistem na entrega de numerário a servidor, sempre precedida de empenho na dotação própria, para o fim de realizar despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação. Cabe ressaltar, que antes de 2012, quando um adiantamento era concedido, ocorria o registro de uma Despesa no momento da liquidação. No novo modelo de contabilização, quando da liquidação, é incorporado um ativo de adiantamento que é baixado após a prestação de contas.

O valor de R\$ 2.100,00 refere-se a diárias concedidas e não prestado contas. Este valor encontra-se registrado no TC 10A - Relação de Restos a Pagar Processados.

Nota nº 04 – ATIVO CIRCULANTE – DEPÓSITOS ESPECIAIS

De acordo com as disposições da Emenda Constitucional nº 62, de 09 de dezembro de 2009, nos termos do inciso II, § 1º, do art. 97 do ADCT, o Município de Ji-Paraná aderiu ao Regime Especial de Pagamento de Precatórios, por meio do Decreto Municipal nº 14535/GAB/PMJP/2010, no qual determina fazer um depósito mensal em conta especial controlada pelo Tribunal de Justiça, a base de 1/12 (um, doze avos) de 1 % da Receita Corrente Líquida, para quitar seu estoque de precatórios em 15 anos.

De acordo com Ofício nº 165/TJ-RO/2015 estes valores estão depositados em modalidade de depósito judicial, operação 040, remunerada pelo índice da poupança. O valor do rendimento anual foi contabilizado com Receita Patrimonial do município e lançado na conta depósitos especiais.

Quadro 4		R\$
DESCRIÇÃO	VALOR	
Saldo do exercício anterior	2.086.485,16	
(+) Valores depositados	2.112.273,45	
(+) Rendimento de aplicação da conta depósitos especiais	257.792,21	
(-) Pagamento de Precatórios pelo Tribunal de Justiça	3.500.000,00	
(=) Saldo para o exercício seguinte	956.550,82	

Fonte: SEMFAZ/CGC

Nota nº 05 – ATIVO CIRCULANTE – AÇÕES

De acordo com Processo Administrativo nº 302/2015 da Câmara Municipal de Ji-Paraná estas Ações são da Empresa Oi S/A, que estão aplicadas na Bolsa de Valores. Com base em informações fornecidas pelo Banco do Brasil, de acordo com a cotação do dia, estas ações tiveram rendimento positivo no exercício de 2016 de R\$ 0,34, lançado pela Contabilidade da Câmara na conta Reavaliações de Títulos gerando uma Variação Patrimonial Aumentativa.

Nota nº 06 – ATIVO CIRCULANTE – ESTOQUES

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade como objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

O inventário do estoque foi elaborado de acordo com preceitos que rege a Lei Federal nº 4.320/64 e Instrução Normativa nº 13/2001 do TCE-RO.

Os estoques de almoxarifado foram avaliados e estão registrados ao custo médio ponderado de aquisição.

O levantamento físico foi realizado no dia 30/12/2016, por Comissão Especial nomeada pelo Decreto Municipal nº 6842/GAB/PMJP/2016, e todos os itens relacionados encontram-se em bom estado de conservação e devidamente armazenados.

As informações contidas no inventário de almoxarifado e registrado na Contabilidade foram extraídas do Sistema de Administração de Almoxarifados – Pública Sistemas/Fiorilli Software. Segue abaixo movimentação da conta estoques no exercício de 2016:

Quadro 5		R\$
CONTA ESTOQUES	VALOR	
Saldo Inicial da Conta Estoques	1.341.881,90	
(+) 3.3.9.0.3.0 – Material de Consumo – Valor Empenhado (Anexo 11)	12.777.176,28	
(+) 3.3.9.0.3.1 – Premiações Culturais e outras – Valor Empenhado (Anexo 11)	9.000,00	
(+) 3.3.9.0.3.2 – Material de Distribuição Gratuita – Valor Empenhado (Anexo 11)	27.956,00	
(+) 3.3.9.0.9.2.92 – Despesa de Exercícios anteriores - Valor Empenhado (Anexo 02)	9.820,43	
(+) 3.3.9.0.9.1.01 – Sentenças Judiciais de fornecimento de materiais	54.849,85	
(-) Consumo no período (Uso de Material de Consumo da DVP)	12.825.092,61	
(-) Premiações (DVP)	9.000,00	
(=) Saldo Final da Conta Estoques	1.386.591,85	

Fonte: SEMFAZ/CGC

Nota nº 07 – ATIVO NÃO CIRCULANTE – CREDITO DE LONGO PRAZO – DÍVIDA ATIVA

A Dívida Ativa abrange os créditos a favor da Fazenda Pública, cuja certeza e liquidez foram apuradas, por não terem sido efetivamente recebidos nas datas aprezadas, contendo, inclusive juros e atualização monetária ou quaisquer outros encargos aplicados sobre o valor a ser inscrito em Dívida Ativa. No exercício de 2016 a Dívida Ativa Tributária e Não Tributária está separada em curto e longo prazo. Fora feito o registro no curto prazo do valor que tem expectativa de recebimento nos próximos doze meses. O registro do valor do curto prazo teve por base o valor orçado para 2017 no rubrica de Receita de Dívida Ativa

No quadro abaixo está demonstrado a movimentação da Dívida Ativa em 2016:

Quadro 6						R\$
DESCRIÇÃO	PRINCIPAL	CORREÇÕES	MULTAS	JUROS	TOTAL	
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA						
Saldo Inicial	47.518.345,59	28.987.485,28	7.849.964,32	77.400.014,98	161.755.810,17	
(+) Inscrição no Exercício	7.243.265,37	5.606.979,74	1.333.302,57	15.793.573,59	29.977.121,27	
(-) Cancelamento	2.891.785,63	1.436.152,15	437.174,85	3.861.725,81	8.626.838,44	
(-) Pagamentos (Anexo 10)	2.730.374,57	488.537,70	351.119,39	1.162.173,81	4.732.205,47	
Saldo Final	49.139.450,76	32.669.775,17	8.394.972,65	88.169.688,95	178.373.887,53	
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA						
Saldo Inicial	71.334.574,00	34.225.522,63	10.628.629,00	77.889.319,47	194.078.045,10	
(+) Inscrição no Exercício	1.323.002,57	6.918.291,23	817.874,22	17.184.901,70	26.244.069,72	
(-) Cancelamento	11.140.919,57	5.488.438,89	1.662.951,78	12.126.622,26	30.418.932,50	
(-) Pagamentos (Anexo 10)	77.183,53	11.381,51	4.995,68	34.598,48	128.159,20	
Saldo Final	61.439.473,47	35.643.993,46	9.778.555,76	82.913.000,43	189.775.023,12	
TOTAL GERAL	110.578.924,23	68.313.768,63	18.173.528,41	171.082.689,38	368.148.910,65	

Fonte: SEMFAZ/GGA

Os valores cancelados que totaliza R\$ 39.045.770,94, se deve aos seguintes fatos:

- Ø R\$ 30.418.932,50 de cancelamento da Dívida Ativa Não Tributária é referente decisões judiciais exaradas através de processos administrativos;
- Ø R\$ 8.626.838,44 de cancelamento da Dívida Ativa Tributária se devem aos seguintes fatos: isenção/imunidade, erro de lançamento, lançamento indevido, cumprimento de determinação judicial, prescrição, alocação de valores. Todos os lançamentos de cancelamento estão com devidos processos administrativos a disposição dos órgãos de Controle Externo.
- Ø Junto a Prestação de Contas está anexada a relação da Dívida Ativa cancelada, por credor, tipo de receita, número do processo administrativo e o motivo que deu causa.

Para maior esclarecimento da composição do Crédito de Dívida Ativa do Município detalhamos no quadro abaixo a dívida ativa por exercício.

DIVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA						R\$
EXERCÍCIO	PRINCIPAL	CORREÇÕES	MULTAS	JUROS	TOTAL	
1993	1.542,19	2.002,49	271,13	7.128,87	10.944,68	
1994	12.862,20	60.414,54	7.327,67	203.312,63	283.917,05	
1995	114.471,71	386.875,17	50.134,69	1.313.047,72	1.864.529,29	
1996	147.213,33	418.174,42	59.200,50	1.410.305,18	2.034.893,43	
1997	326.467,02	828.577,97	116.156,45	2.758.499,81	4.029.701,25	
1998	519.950,64	1.246.928,65	177.190,73	4.013.817,04	5.957.887,06	
1999	442.519,22	963.288,55	140.950,55	2.944.414,54	4.491.172,86	
2000	479.814,33	985.775,61	147.011,10	2.953.815,86	4.566.416,90	
2001	1.125.639,50	2.059.772,98	319.366,03	5.979.954,93	9.484.733,44	
2002	902.614,12	1.432.113,20	235.531,99	4.121.431,82	6.691.691,13	
2003	1.073.089,98	1.262.102,44	235.918,47	3.782.790,47	6.353.901,35	
2004	1.398.489,46	1.472.199,67	289.322,76	4.308.577,25	7.468.589,14	
2005	3.959.200,88	3.706.716,08	770.666,52	10.584.395,14	19.020.978,63	
2006	1.978.539,14	1.754.584,49	382.717,94	4.761.585,03	8.877.426,60	
2007	2.438.339,82	1.994.341,39	463.068,33	5.108.765,90	10.004.515,43	
2008	5.905.157,82	5.296.818,76	1.139.173,06	14.628.032,67	26.969.182,32	
2009	1.804.212,81	1.156.757,96	327.331,56	2.756.996,54	6.045.298,87	
2010	3.984.996,77	2.190.069,82	640.843,01	4.932.846,44	11.748.756,04	
2011	3.220.968,62	1.570.344,58	505.151,54	3.482.828,62	8.779.293,37	
2012	2.917.073,58	1.617.975,72	479.494,86	3.845.029,51	8.859.573,68	
2013	1.914.970,64	568.987,22	270.021,58	1.107.182,88	3.861.162,32	
2014	3.087.632,91	686.371,11	395.516,20	1.194.273,64	5.363.793,86	
2015	4.326.223,33	525.375,09	490.583,85	916.826,61	6.259.008,89	
2016	7.057.460,74	483.207,24	752.022,13	1.053.829,85	9.346.519,97	
TOTAL	49.139.450,76	32.669.775,15	8.394.972,65	88.169.688,95	178.373.887,56	

DIVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA						R\$
EXERCÍCIO	PRINCIPAL	CORREÇÕES	MULTAS	JUROS	TOTAL	
2001	174.053,15	323.221,94	49.727,51	939.524,84	1.486.527,45	
2002	160.071,20	242.699,58	39.927,97	695.712,59	1.138.411,34	
2003	804.163,25	921.218,75	172.538,20	2.752.369,49	4.650.289,69	
2004	3.056.662,41	3.266.337,85	704.077,21	9.279.955,75	16.307.033,22	
2005	1.306,57	1.186,45	249,30	3.270,46	6.012,78	
2006	475.950,26	424.361,45	90.031,17	1.163.021,89	2.153.364,77	
2007	1.587,82	1.499,26	608,91	3.292,49	6.988,48	
2008	1.686,15	1.873,92	356,01	5.595,79	9.511,86	
2009	29.170,83	29.878,82	5.919,72	83,160	148.129,37	
2010	52.178.258,79	29.165.926,04	8.135.054,74	65.412.754,74	154.891.994,30	
2011	287.279,74	183.635,56	47.091,53	443.802,95	961.809,78	
2012	136.544,79	59.359,94	19.612,88	128.354,82	343.872,43	
2013	1.152.090,37	342.483,29	149.457,37	651.010,61	2.295.041,65	
2014	1.621.610,56	368.032,33	198.964,29	627.086,99	2.815.694,17	
2015	79.186,61	9.808,34	8.899,50	17.939,26	115.833,70	
2016	1.201.135,07	149.643,78	132.885,24	256.496,46	1.740.160,56	
TOTAL	61.360.757,57	35.491.167,30	9.755.401,55	82.463.349,13	189.070.675,55	

Fonte: SEMFAZ/GGA

Nota nº 08 – ATIVO NÃO CIRCULANTE – AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITO DE LONGO PRAZO

Compreende o ajuste de perdas estimadas com o não recebimento de valores referentes a créditos de longo prazo, por inadimplência de terceiros e outras.

De acordo com o Manual da Dívida Ativa, os montantes a serem registrados em Contas a Receber devem ser mensurados por seu valor líquido de realização, ou seja, pelo produto final em dinheiro ou equivalente que se espera obter, de forma a assegurar a fiel demonstração dos fatos contábeis.

Ressalte-se que nem sempre é possível assegurar que os valores registrados efetivamente serão recebidos, existindo sempre um percentual de incerteza sobre a realização dos créditos.

Assim, com o objetivo de evidenciar essa margem de incerteza empregam-se contas redutoras para os agrupamentos de contas de registro desses Ativos, permitindo que o valor final dos créditos a receber seja uma expressão correta dos recebimentos futuros. No caso da Dívida Ativa, constitui-se um ajuste para reconhecer as perdas prováveis para os créditos de recebimento ou liquidação duvidosa.

Tal provisionamento justifica-se pelo dever que a Contabilidade tem de espelhar correta e claramente a real situação patrimonial do ente. Para tanto, foi adotada a metodologia de cálculo pelo histórico das Médias Percentuais de Recebimento da Receita nos últimos cinco anos. A Metodologia foi regulamentada pelo Município através do Decreto Municipal nº 5189/2015, Art. 33, Anexo I.

Até o exercício de 2015 o registro deste ajuste era somente sobre a Dívida Ativa Tributária. No exercício de 2016 foi feito o registro do ajuste para perdas também na Dívida Ativa Não Tributária. E o critério utilizado para a não tributária foi a metodologia que consiste na classificação dos créditos quanto ao grupo de risco e tipo de recuperação conforme fase processual. Esta metodologia foi aplicada pela Procuradoria Geral do Município, através de Processo Administrativo nº 0621/2016.

DESCRIÇÃO	VALOR ATUAL DA DÍVIDA	AJUSTE DE PERDAS	SALDO	R\$
Dívida Ativa Tributária	178.373.887,53	166.695.099,54	11.678.787,99	
Dívida Ativa Não Tributária	189.775.023,12	169.358.955,38	20.416.067,74	
TOTAL	368.148.910,65	336.054.054,92	32.094.855,73	

Nota nº 09 – ATIVO NÃO CIRCULANTE – IMOBILIZADO

Compreendem os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

O Imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis, bem como pela dedução da depreciação acumulada. No quadro abaixo é apresentada a movimentação desta conta no exercício de 2016.

CONTA IMOBILIZADO	VALOR	R\$
Saldo Inicial da Conta Imobilizado	124.025.711,85	
(+) 4.4.9.0.3.0 – Valor liquidado de Material para Instalações	60.000,00	
(+) 4.4.9.0.5.1 – Valor liquidado de Obras e Instalações	9.587.366,40	
(+) 4.4.9.0.5.2 – Valor liquidado de Equipamentos e Material Permanente	5.251.498,83	
(+) Inscrição Independente da Execução Orçamentária (TC 23)	1.641.563,66	
(-) Baixa Resultante da Execução Orçamentária (TC 23)	78.150,00	
(-) Baixa Independente da Execução Orçamentária (TC 23)	2.814.918,17	
(-) Depreciação Acumulada de Bens Móveis (TC 23)	2.469.247,47	
(=) Saldo Final da Conta Imobilizado	135.203.825,10	

Fonte: SEMFAZ/CGC

As movimentações Independentes da Execução Orçamentária estão explicadas abaixo:

- Ø R\$ 1.641.563,66 - sendo R\$ 1.230.600,00 de um terreno que pertencia ao Município mas ainda não estava incorporado ao inventário; R\$ 141.266,70 referente aos Bens da EMTU - Empresa Municipal de Transportes Urbanos, extinta em 31/12/2015, que foi reconhecido no patrimônio da AMT - Autarquia Municipal de Trânsito; R\$ 100.200,98 - doações recebidas da União, Estado e Instituições Privadas; R\$ 103.082,53 - Bens móveis que pertenciam ao DETRAN que foi repassado para uso da AMT; R\$ 52.753,59 - restos a pagar do exercício de 2015 que os bens foram recebidos em 2016; R\$ 13.659,86 - referente as reavaliações dos bens da AMT.
- Ø R\$ 78.150,00 - Esta baixa refere-se a Alienação de Bens, ou seja, os bens que foram baixados através da realização do Leilão.
- Ø R\$ 2.814.918,17 - Deste valor R\$ 1.980.487,62 refere-se a baixa dos Bens Inservíveis e alguns bens doados; R\$ 834.430,55 - Refere-se a perda por reavaliação dos bens, dentre eles os que foram leiloados. Antes de irem a leilão estes bens foram reavaliados pois não tinham sido depreciados, pois foram adquiridos antes da data de corte. Neste valor também estão as reavaliações realizadas pela Câmara Municipal e dos Bens da AMT.

9.1 – BENS MÓVEIS

Os bens móveis são reconhecidos inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção, incluídos os custos de compra, impostos recuperáveis e outros custos necessários:

para colocar o bem em uso ou funcionamento. Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro do bem do ativo imobilizado serão incorporados quando houver a possibilidade de geração de benefícios futuros ou potenciais de serviços. Os bens móveis do Município, adquiridos a partir de 01/01/2013 foram depreciados pelo método do Custo, e o critério de depreciação pelo método de cotas constantes.

9.2 – BENS IMÓVEIS

Compreende o valor dos bens que são vinculados ao solo e que não podem ser retirados sem destruição ou dano, destinados ao uso e que a entidade não esteja explorando comercialmente fazendo ainda constar seus valores de avaliação ou reavaliação, individualizados, e segregação dos bens por utilização.

A metodologia para depreciação, avaliação ou reavaliação dos bens imóveis foi regulamentada através do Decreto Municipal nº 4750/2015, mas que de acordo com documento apresentado pelo Diretor de Contabilidade do Patrimônio, até a presente data não foi implementada pelo Município por falta de equipe técnica capacitada em seu quadro funcional.

Nota nº 10 – ATIVO NÃO CIRCULANTE – DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE BENS

A metodologia para depreciação de bens foi regulamentada pelo Decreto Municipal nº 1676/2013 e alterado pelo Decreto Municipal nº 4750/2015, Art. 73 a 82. Nesta Conta do Balanço Patrimonial consta a depreciação dos bens móveis, que teve como data de corte 01/01/2013. Os bens imóveis serão depreciados após atualização dos valores a preço de mercado, que está previsto para o exercício de 2017.

Para definição das taxas de depreciação considerar-se-á a deterioração física do bem, assim como o seu desgaste com uso e a sua obsolescência.

O registro da Depreciação teve como método a linha reta, ou cotas constantes, em que se utiliza de taxa de depreciação constante durante a vida útil do ativo, caso o seu valor residual não se altere.

A tabela contendo os percentuais de depreciação bem como a vida útil dos bens é o Anexo VIII do Decreto Municipal nº 4750/2015, disponível no portal de transparência deste Município.

A movimentação desta conta no exercício esta demonstrada abaixo:

Quadro 10		R\$
CONTA DEPRECIÇÃO ACUMULADA		VALOR
Saldo Acumulado em 31.12.2015		3.010.666,35
(+) Variação Patrimonial Diminutiva - Depreciação Acumulada		2.363.969,60
(+) Lançamento da Depreciação Acumulada da AMT - Ajuste de Exercícios Anteriores		105.277,87
(-) Efetivação de Depreciação dos bens Reavaliados		134.060,16
Saldo Acumulado em 31.12.2016		5.345.853,66

Fonte: SEMFAZ/CGC

De acordo com o MCASP, no capítulo que trata de Reavaliação, determina que quando um item do Imobilizado é reavaliado, a depreciação acumulada na data da reavaliação deve ser eliminada contra o valor contábil bruto do ativo, atualizando-se o seu valor líquido pelo valor reavaliado. O valor do ajuste decorrente da atualização ou da eliminação da depreciação acumulada faz parte do aumento ou da diminuição no valor contábil registrado. No caso o valor registrado no quadro acima como efetivação de depreciação refere-se a este ajuste no grupo dos bens que foram reavaliados e que já tinham sido depreciados.

Nota nº 11 – COMPOSIÇÃO DO PASSIVO CIRCULANTE

Quadro 11			R\$
CONTAS	VALOR	ISF	
Pessoal a Pagar	2.617.524,67	P	
Encargos Sociais a Pagar	69.652,39	P	
Indenizações e Restituições	44.010,16	P	
Convênios a Pagar	64.550,43	P	
SUBTOTAL	2.795.737,65		
Pessoal a Pagar	4.461,18	F	
Fornecedores de Contas a Pagar a Curto Prazo	5.864.672,71	F	
Valores Restituíveis	713.668,30	F	
Convênios a Pagar	152.250,00	F	
<hr/>			
Indenizações e Restituições	1.093.742,10	F	
Outras Obrigações de Curto Prazo	27.843,00	F	
SUBTOTAL	7.856.637,29		
TOTAL	10.652.374,94		

Fonte: SEMFAZ/CGC

ISF (Indicador de Superávit Financeiro)

Este quadro tem por objetivo demonstrar os valores registrados no passivo circulante que tem afetação direta na apuração do Superávit Financeiro. Por isso identificou-se as contas diferenciando as que tem seu registro no sistema contábil financeiro bem com as que estão registradas apenas no sistema patrimonial. O ISF (Indicador de Superávit Financeiro) é uma classificação que possibilita esta separação. O PCASP e MCASP utilizam as letras (F) ou (P) para indicar quais as são contas de ativo ou passivo financeiro ou permanente, respectivamente. Os passivos que dependam de autorização orçamentária para amortização ou resgate integram o passivo permanente. Após o empenho, considera-se efetivada a autorização orçamentária, e os passivos passam a integrar o passivo financeiro. Também integram o passivo financeiro os passivos que não são submetidos ao processo de execução orçamentária, a exemplo das cauções e consignações.

Nas notas explicativas abaixo serão detalhadas as contas do quadro 11.

Nota nº 12 – PASSIVO CIRCULANTE – PERMANENTE

12.1 – Pessoal a Pagar - Nesta conta está registrado o valor de R\$ 2.617.524,67 referente à valores provisionados para pagamento de férias, com direito adquirido pelo servidor. Estas informações são fornecidas pela Gerência de Recursos Humanos, que teve como base de cálculo as fórmulas regulamentadas pelo Decreto Municipal nº 4243/2015.

12.2 – Encargos Sociais a Pagar - O valor de R\$ 69.652,39 é uma dívida que a EMTU - Empresa Municipal de Transportes Urbanos, extinta em 31/12/2015, tinha junto a previdência desde o exercício de 2014, mas que não foi definido a qual Regime deveria ser pago. O caso está sendo analisado pela Analista Previdenciária do Fundo Municipal de Previdência Social, através do Processo Administrativo nº 00861/2016. Somente após esta definição é que o valor poderá ser empenhado e pago pela Administração Municipal.

12.3 - Indenizações e Restituições - O valor de R\$ 44.010,16 são obrigações reconhecidas no passivo da AMT - Autarquia Municipal de Trânsito referente as dívidas que a EMTU tinha de rescisões de servidores que trabalharam na referida empresa pública extinta.

12.4 - Convênios a Pagar - O valor de R\$ 64.550,43 refere-se à obrigações que a AMT tem de repassar ao DETRAN E FUNSET parte de suas receitas arrecadadas. A obrigação foi gerada em exercícios anteriores e está em negociação para o parcelamento do débito.

Nota nº 13 – PASSIVO CIRCULANTE – FINANCEIRO

13.1 - Fornecedores a Pagar/Pessoal a Pagar/Indenizações a Pagar/Outras Obrigações - Quadro 11

O valor de R\$ 7.142.968,99 que é o somatório destas contas refere-se aos restos a pagar processados inscritos no exercícios e em exercícios anteriores. Este valor está registrado do Anexo TC 10 A, com detalhamento por fornecedor e a conta corrente onde consta o recurso financeiro para dar suporte a tal obrigação.

13.2 - Valores Restituíveis

Nesta conta estão registrados os seguintes valores:

- Ø R\$ 693.789,36 - Valor referente a depósitos por determinação judicial mas que a Procuradoria Geral do Município não identificou a origem.
- Ø R\$ 19.722,51 - Valor referente ao saldo da conta depósitos de caução.
- Ø R\$ 156,43 - Referente as consignações a pagar da AMT para a previdência.

Na quadro abaixo está o resumo da composição da Dívida Flutuante

Quadro 12		R\$
DESCRIÇÃO	VALOR	
Saldo do exercício anterior		4.912.031,49
(+) Formação		36.865.340,83
(-) Pagamentos		33.920.735,03

(=) Saldo para o exercício seguinte	7.856.637,29
---------------------------------------	--------------

Fonte: SEMFAZ/CGC

Na composição do saldo da Dívida Flutuante foi considerado os valores inscritos em restos a pagar processados, e os valores restituíveis que devem ser considerados para o cálculo do Superávit Financeiro do Exercício. Os valores da formação e pagamento estão pelos valores brutos, considerando os lançamentos de ajustes tanto positivos como negativos, conforme Anexo 17 – Dívida Flutuante.

Nota nº 14 – PASSIVO NÃO CIRCULANTE - COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA

DESCRIÇÃO	VALOR	R\$
Saldo do exercício anterior	40.123.724,05	
(+) Inscrição	2.133.045,15	
(-) Baixa	16.253.470,59	
(=) Saldo para o exercício seguinte	26.003.298,61	

Fonte: SEMFAZ/CGC

De acordo com quadro acima pode-se verificar que a Dívida Consolidada do Município teve uma redução no exercício num percentual de 35,19%.

Na inscrição os fatos mais relevantes foram:

- Ø R\$ 284.920,03 - Referente incorporação dos passivos que a Empresa Pública - EMTU possuía e ao ser transformada em Autarquia Municipal, estes passivos passaram a compor a Dívida Consolidada do Município. Estas dívidas são Previdenciárias e também com órgãos como DETRAN e FUNSET. A Contabilidade da Autarquia informa que são valores parcelados ou em negociação.
- Ø R\$ 1.397.825,96 - Referente recebimento de receita de Operação de Crédito
- Ø R\$ 370.439,39 - Valores de atualização monetária da dívida já contraída.
- Ø R\$ 79.859,77 - Referente requisição de pagamento de novos precatórios junto ao Tribunal de Justiça.

Na baixa os fatos relevantes foram:

- Ø R\$ 11.458.593,27 - Cancelamento de parte do Precatório de Luci Vieira Tavares, mediante homologação do acordo judicial entre as partes.
- Ø R\$ 3.500.000,00 - Pagamento da primeira parcela da negociação referente o Precatório de Luci Viera Tavares, mediante homologação do acordo judicial entre as partes. O restante do valor ficou parcelado em 72 meses.
- Ø R\$ 1.294.877,32 - Referente amortização da dívida no período. Este valor pode ser verificado no Anexo 15 - Variações Patrimoniais Qualitativas.

Nota nº 15 – PASSIVO NÃO CIRCULANTE – PROVISÃO MATEMÁTICA PREVIDENCIÁRIA

Entende-se por Provisão Matemática Previdenciária a diferença a maior entre os valores provisionados pelo RPPS para fazer face a totalidade dos compromissos futuros do plano e as contribuições correspondentes, ou seja, a Provisão Matemática Previdenciária, também conhecida como Passivo Atuarial, representa o total dos recursos necessários ao pagamento dos compromissos dos planos de benefícios, calculados atuarialmente, em determinada data, a valor presente.

Tais provisões são calculadas por profissional habilitado registrado no IBA, conforme Lei Federal 9.717/98.

Para a composição e a política de classificação dos critérios de avaliação da Provisão Matemática Previdenciária (Passivo Atuarial), foram utilizados dados da Provisão Matemática Atuarial com data de 31/12/2016. O critério de avaliação da Provisão Matemática está estabelecido em Nota Técnica Atuarial- NTA, podendo ser consultado no site do Ministério da Previdência Social - MPS

Nota nº 16 – PATRIMONIO LÍQUIDO – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Registra o saldo decorrente de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

A conta Ajustes de Exercícios Anteriores apresentou em 2016 um saldo negativo de R\$ 169.137.345,03, detalhado no quadro abaixo, demonstrando que a entidade teve seu patrimonial diminuído por fato geradores do passado.

AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	VALOR	R\$
Incorporação de Bens do Imobilizado	1.333.682,53	
Lançamento de perda por reavaliação de bens da AMT	(3.046,42)	
Lançamento de perda por reavaliação de bens leiloados	(808.391,59)	
Incorporação por sucessão da EMTU	(300.634,17)	
Ajuste para perda de Créditos de Dívida Ativa Não Tributária anteriores a 2016	(169.358.955,38)	
TOTAL	(169.137.345,03)	

Fonte: SEMFAZ/CGC

Os principais fatos registrados nesta conta foram:

- Ø R\$ 1.333.682,53 - Este valor refere-se a bens pertencentes ao Município mas que não constavam no inventário do imobilizado e que foram registrados por seu valor atualizado, sendo o principal valor um terreno avaliado em R\$ 1.230.600,00 e a diferença são vários outros bens localizados pela Comissão responsável pelo Inventário Anual de Bens, já explicados na nota que trata do Imobilizado.
- Ø R\$ 3.046,42 - Refere-se a perda por reavaliação no ativo imobilizado da Autarquia Municipal de Trânsito.
- Ø R\$ 808.391,59 - Este valor foi registrado como perda do ativo imobilizado por ocasião da reavaliação dos bens que foram leiloados, que estavam já sucateados, mas que estavam registrados na Contabilidade por ser valor original. São bens que não foram depreciados pois foram adquiridos antes da data de corte, 01/01/2012.
- Ø R\$ 300.634,17 - Este valor é o saldo do patrimônio líquido da Empresa Pública extinta em 31/12/2015 que foi reconhecido na AMT - Autarquia Municipal de Trânsito
- Ø R\$ 169.358.955,38 - este é o valor mais significativo que reduziu o patrimônio da entidade. O lançamento de Ajuste para perda de Dívida Ativa Não Tributária passou a ser lançado na Contabilidade em 2016, pois somente neste exercício a Procuradoria Geral do Município, responsável pelas análise jurídica dos Créditos a Receber, conseguiu fechar a metodologia para apuração destas prováveis perdas, através do Processo Administrativo nº 0621/2016.

Nota nº 17 – ATOS POTENCIAIS

O valor de **R\$ 29.571.420,60** registrado nos atos potenciais ativos refere-se ao créditos de transferências de Convênios a receber já detalhados na nota explicativa nº 002, quadro 3, deste demonstrativo.

O valor de **R\$ 16.339.721,99** registrado como atos potenciais passivos refere-se a:

- Ø R\$ 1.082.240,10 - Contrato Assinado com a Caixa Econômica Federal de Operação de Crédito que está previsto a disponibilização do recurso em 2017, mas que a prestação de serviço já se encontra em execução
- Ø R\$ 15.257.481,89 – Contratos de Obras em Andamento que foram empenhados no exercício de 2016 e inscritos em restos a pagar não processados

Nota nº 18 – IMPLANTAÇÃO DA AMT - AUTARQUIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO

Esta nota explicativa foi elaborada com o objetivo de detalhar os valores que foram reconhecidos no patrimônio do Município por ocasião da Extinção da EMTU - Empresa Municipal de Transportes Urbanos e a criação da AMT - Autarquia Municipal de Transportes, através da Lei Municipal nº 2600/2015. A EMTU era uma Empresa Pública, cujo sócio majoritário era o Município, mas o patrimônio desta empresa não estava consolidado no Balanço do Município, por isso a implantação foi reconhecida como Ajustes de Exercícios Anteriores em contrapartida com a natureza de cada conta.

Os saldos das contas reconhecidos em 01/01/2016 foram os seguintes:

SALDO PATRIMONIAIS DA EMTU - 31/12/2015	VALOR	R\$
ATIVO	164.957,17	
Ativo Circulante	128.968,34	
Caixa e Equivalente de Caixa	101.567,85	
Créditos a Receber	27.400,49	
Ativo Não Circulante	35.988,83	
Imobilizado	141.266,70	
(-) Depreciação Acumulada	105.277,87	
Intangível	4.100,00	
(-) Amortização Acumulada	4.100,00	
PASSIVO	164.957,17	
Passivo Circulante	410.559,97	
Consignações e Fornecedores a Pagar	410.559,97	
Passivo Não Circulante	55.031,35	
Parcelamentos de Fornecedores a Pagar	55.031,35	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(300.634,15)	
(-) Prejuízos Acumulados	(300.634,15)	

Fonte: SEMFAZ/CGC

SONETE DIOGO PEREIRA
JORDENADORA GERAL DE CONTABILIDADE
CRC Nº 3460/O-8

JESUALDO PIRES FERREIRA JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL
CPF 042.321.878-63

LUIZ FERNANDES RIBAS MOTTA
SECRETARIO MUNICIPAL DE FAZENDA
CPF 239.445.959-04

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

ANEXO 14C - BALANÇO PATRIMONIAL

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2016

DEZEMBRO(31/12/2016)

1 de 2

CONSOLIDADO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 8211XXXX)	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
ORDINÁRIO	4.711.359,37
VINCULADO	135.722.241,63
Contrib.p/Regime Próprio Previdência Social-RPPS (patronal, serv.compens.financieira)	121.929.207,65
Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	10.920.103,36
Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenv. da Educação - FNDE	-7.725.794,15
Transferências do FUNDEB	74.281,78
Transferências de Convênios - Educação	10.446,69
Transferências de Convênios - Saúde	244.366,55
Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde)	7.755.435,65
Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	2.331.449,87
Recursos Destinados a Fundos	133.964,78
Outros recursos estaduais destinado a Saúde	10.486,12
Operações de Crédito Internas	12.820,43
Alienação de Bens	25.472,90
TOTAL (SUPERAVIT FINANCEIRO)	140.433.601,00

NOTA EXPLICATIVA

INSERIR TEXTO

SONETE DIOGO PEREIRA
ORDENADORA GERAL DE CONTABILIDAD
CRC Nº 3460/O-8

JESUALDO PIRES FERREIRA JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL
CPF 042.321.878-63

LUIZ FERNANDES RIBAS MOTTA
SECRETARIO MUNICIPAL DE FAZENDA
CPF 239.445.959-04

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

DEZEMBRO(31/12/2016)

Exercício de 2016

1 de 7

CONSOLIDADO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	38.878.013,08	41.332.337,67	PESSOAL E ENCARGOS	112.887.493,43	108.055.070,40
IMPOSTOS	33.191.725,28	34.108.233,30	REMUNERAÇÃO A PESSOAL	95.110.469,64	90.258.820,92
TAXAS	5.686.287,80	7.224.104,37	ENCARGOS PATRONAIS	10.363.925,00	10.005.500,00
CONTRIBUIÇÕES	17.794.899,16	16.274.416,27	BENEFÍCIOS A PESSOAL	5.141.899,58	7.202.064,86
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	13.780.599,94	12.707.007,63	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCA	2.271.199,21	588.684,62
CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	4.014.299,22	3.567.408,64	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	6.990.472,65	5.949.182,17
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	198.875,25	271.430,32	APOSENTADORIAS E REFORMAS	3.227.347,25	2.400.341,26
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	198.875,25	271.430,32	PENSÕES	853.169,08	615.395,33
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	73.439.272,13	69.714.172,83	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	2.909.956,32	2.933.445,58
JUROS E ENCARGOS DE MORA	55.584.642,23	55.854.625,80	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	59.197.005,32	61.754.643,01
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	17.854.629,90	11.838.268,02	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	12.825.092,61	17.005.742,65
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	0,00	2.021.279,01	SERVIÇOS	44.007.943,11	42.847.570,27
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	240.295.906,60	197.764.294,65	DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	2.363.969,60	1.901.330,09
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	60.105.746,20	53.087.402,07	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	643.817,38	663.669,56
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	180.100.446,51	144.640.900,05	JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	327.978,34	298.500,48
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	89.333,89	35.992,53	VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAS	315.839,04	58.544,06
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	380,00	0,00	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	0,00	306.625,02
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PA	30.400,34	0,00	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	64.000.160,69	60.916.060,49
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	0,34	0,00	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	60.105.685,84	53.087.402,06
GANHOS COM ALIENAÇÃO	30.400,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	945.788,35	6.860.487,39
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	11.923.554,01	348.785,61	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	1.038.879,63	638.007,04
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	11.458.874,03	4.738,12	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	1.490.358,80	0,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	464.679,98	344.047,49	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	414.459,50	330.164,00
TOTAL DAS VARIAÇÕES AUMENTATIVAS	382.560.920,57	325.705.437,35	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	0,00	0,00
TOTAL	382.560.920,57	325.705.437,35	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	4.988,57	0,00
			DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PAS	55.648.621,33	17.216.660,40
			REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PI	53.673.122,28	17.012.284,67
			PERDAS INVOLUNTÁRIAS	1.975.499,05	204.375,73
			TRIBUTÁRIAS	2.135.573,57	1.767.629,47
			CONTRIBUIÇÕES	2.135.573,57	1.767.629,47
			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	26.108.896,80	20.519.884,58
			PREMIAÇÕES	9.000,00	10.302,80
			SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	50.000,00	30.856,00
			VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES	24.836.868,50	20.478.725,78
			DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.213.028,30	0,00
			TOTAL DAS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS	327.612.041,17	276.842.800,08
			RESULTADO PATRIMONIAL (SUPERÁVIT)	54.948.879,40	48.862.637,27
			TOTAL	382.560.920,57	325.705.437,35

SONETE DIOGO PEREIRA
ORDENADORA GERAL DE CONTABILIDAD
CRC Nº 3460/O-8

JESUALDO PIRES FERREIRA JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL
CPF 042.321.878-63

LUIZ FERNANDES RIBAS MOTTA
SECRETARIO MUNICIPAL DE FAZENDA
CPF 239.445.959-04

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

DEZEMBRO(31/12/2016)

Exercício de 2016

CONSOLIDADO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (DECORRENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA)		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
INCORPORAÇÃO DE ATIVO	14.951.618,82	24.130.298,17
INVESTIMENTOS	14.951.618,82	24.130.298,17
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVO	1.294.877,32	1.908.582,03
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.294.877,32	1.908.582,03
INCORPORAÇÃO DE PASSIVO	1.397.825,96	803.953,91
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.397.825,96	803.953,91
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVO	20.400,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS/AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS(RECEITAS)	20.400,00	0,00

SONETE DIOGO PEREIRA
ORDENADORA GERAL DE CONTABILIDAD
CRC Nº 3460/O-8

JESUALDO PIRES FERREIRA JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL
CPF 042.321.878-63

LUIZ FERNANDES RIBAS MOTTA
SECRETARIO MUNICIPAL DE FAZENDA
CPF 239.445.959-04

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ**ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

DEZEMBRO(31/12/2016)

Exercício de 2016

4 de 7

NOTA EXPLICATIVA**BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, das informações de naturezas patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social e de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

Com vistas a alcançar os vários segmentos da sociedade, e assim proporcionar maior transparência, procurou-se empregar linguagem simples e didática, por meio de tabelas comparativas e demonstrativos contendo análises verticais, horizontais e percentuais.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância aos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público –MCASP e demais disposições normativas vigentes.

Demonstração das Variações Patrimoniais – Demonstração que evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

Nota nº 01 – RESULTADO PATRIMONIAL

O Resultado Patrimonial de 2016 foi superavitário no valor de R\$ 54.948.879,40, evidenciado pela diferença positiva entre as Variações Patrimoniais Quantitativas Aumentativas e Diminutivas, conforme quadro abaixo:

Quadro 1

DESCRIÇÃO	2016	AV%	2015	AV%	AH%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	382.560.920,57	100%	325.705.437,35	100%	17,46%
Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	38.878.013,08	10,16%	41.332.337,67	12,69%	-5,94%
Contribuições	17.794.899,16	4,65%	16.274.416,27	5,00%	9,34%
Exploração e venda de bens, serviços e direitos	198.875,25	0,05%	271.430,32	0,08%	-26,73%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	73.439.272,13	19,20%	69.714.172,83	21,40%	5,34%
Transferências e delegações recebidas	240.295.906,60	62,81%	197.764.294,65	60,72%	21,51%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	11.953.954,35	3,13%	348.785,61	0,11%	3327,31%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	327.612.041,17	100%	276.842.800,08	100%	28,03%
Pessoal e Encargos	112.887.493,43	34,45%	108.055.070,40	39,03%	18,44%
Benefícios previdenciários e Assistenciais	6.990.472,65	2,13%	5.949.182,17	2,15%	17,50%
Uso de Bens, Serviços e Consumo	59.197.005,32	18,05%	61.754.643,01	22,31%	-4,14%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	643.817,38	0,20%	663.669,56	0,24%	-2,99%
Transferências e Delegações Concedidas	64.000.160,69	19,59%	60.916.060,49	22,00%	5,43%
Desvalorização e Perdas de Ativo	55.648.621,33	16,97%	17.216.660,40	6,22%	223,23%
Tributárias	2.135.573,57	0,65%	1.767.629,47	0,64%	20,82%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	26.108.896,80	7,96%	20.519.884,58	7,41%	27,24%
RESULTADO PATRIMONIAL	54.948.879,40		48.862.637,27		

Fonte: SEMFAZ/CGC

Notas: AV – Análise Vertical

AH – Análise Horizontal(2016/2015)

Nas Notas Explicativas a seguir elencaremos as principais alterações patrimoniais que impactaram no Resultado do Exercício.

Nota nº 02 – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Nesta conta estão as Variações decorrentes da arrecadação da Receita Orçamentária de Impostos e Taxas (Anexo 10) acrescido do valor de R\$1.166.146,33, lançado como valor a receber de IPTU e que não foi recebido no exercício, ficando, portanto inscrito no exercício como Dívida Ativa Tributária. De acordo com a análise horizontal verificamos que do exercício de 2015 para 2016 houve uma redução de 5,94% nesta variação. Esta redução está relacionada ao valor da Inscrição da Dívida Ativa que em 2015 foi de R\$ 5.899.616,78, demonstrando assim maior eficiência na arrecadação dos tributos lançados no exercício.

Nota nº 03 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS

Na composição das Variações Patrimoniais Financeiras estão as seguintes movimentações:

- Ø R\$ 17.854.629,90 - referente ao ingresso de receitas patrimoniais oriunda do rendimento de aplicação financeira das contas bancárias da entidade.
- Ø R\$ 55.584.642,23 na conta Juros e Encargos de Mora que é referente ao recebimento de receitas de Multas e Juros de Mora de Tributos (R\$ 529.597,58); Inscrição de valores em Dívida Ativa Tributária (R\$ 28.810.974,94) e Inscrição em Dívida Ativa Não Tributária (R\$ 26.244.069,72), conforme detalhamento na Nota Explicativa nº 07 do Balanço Patrimonial.

Nota nº 04 – TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS

- Ø R\$ 60.105.746,20 - são os repasses extraorçamentários recebidos pelas diversas entidades mantidas pelo Poder Executivo, já detalhadas na Nota Explicativa nº 002 do Balanço Financeiro, bem como os valores de transferências de bens móveis e imóveis entre as entidades. Está classificado neste grupo de contas também o valor de R\$ 1.594.485,31 recebido pelo Fundo de Previdência referente Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial.
- Ø R\$ 180.100.446,51 - Transferências Inter Governamentais que são as receitas de Transferências Constitucionais e Legais recebidas pelo Município.
- Ø R\$ 89.333,89 - São transferências de valores a título de doações que o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes recebe de Instituições Privadas.
- Ø R\$ 380,00 - Transferência recebida a título de doação de bens móveis para a Autarquia Municipal de Trânsito.

Nota nº 05 – VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS

- Ø R\$ 30.400,00 - Não se trata de um valor expressivo, mas entende-se necessário uma nota explicativa, por ser um fato novo e esporádico. O ganho com alienação de ativos no valor de R\$ 30.400,00 refere-se a diferença entre a Receita Arrecadada com os bens Leiloados (R\$ 108.550,00) e a baixa dos bens no Imobilizado (R\$ 78.150,00). O Leilão realizado pelo Município foi devidamente regulamentado pelo Decreto nº 2735/2014 e registrado sua movimentação através do Processo Administrativo nº 4715/2014.
- Ø R\$ 0,34 - A Câmara Municipal tem ações junto a Empresa Oi S/A e este valor é o ganho por reavaliação que estas ações tiveram no exercício de 2016.

Nota nº 06 – OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

Esta conta no exercício de 2016 teve uma movimentação expressiva:

- Ø R\$ 11.458.874,03 - Na composição deste valor tem R\$ 280,76 de cancelamento de restos a pagar, mas o valor mais expressivo é de cancelamento de valores inscritos na Dívida Consolidada como Precatórios. Em negociação realizada pelo Tribunal de Justiça entre as partes onde o Município como parte devedora teve a dívida reduzida em R\$ 11.458.593,27. Acordo realizado em Audiência no Tribunal de Justiça em 22/06/2016.
- Ø R\$ 464.679,98 - Receita orçamentária referente multas administrativas e indenizações e restituições.

Nota nº 07 – QUADRO RESUMO DA COMPOSIÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

Quadro 2

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	VALOR	R\$
Receita Orçamentária – Anexo 10	226.667.572,74	
Transferências de Convênios a Receber	29.571.420,60	
Transferências Financeiras Recebidas	56.888.670,30	
Transferências de Bens Móveis e Imóveis	1.622.590,59	
Inscrição de Dívida Ativa – Principal e Correção	56.221.190,99	
Valorização e ganhos de ativos	30.400,34	
Variação decorrente de anulação de restos a pagar no exercício	280,76	
Cancelamento de valores inscritos como Precatórios	11.458.593,27	
Bens Móveis recebidos por doação e ou Indenização	100.200,98	
TOTAL	382.560.920,57	

Fonte: SEMFAZ/CGC

O valor da Variação Aumentativa decorrente de Receita Orçamentária difere do Anexo 10 devido à arrecadação da Receita de Dívida Ativa, da Receita de Alienação de Bens e da Receita de Operação de Crédito, que tem característica de Variação Qualitativa, ou seja, não gera modificação no patrimônio.

Nota nº 08 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS – PESSOAL E ENCARGOS

Nas variações de pessoal e encargos além das despesas liquidadas com remuneração de pessoal, registram-se também as provisões para pagamento de férias e décimo terceiro salário, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 4243/GAB/PMJP/2015, obedecendo assim o princípio da competência, conforme determina o MCASP.

Nota nº 09 – DESVALORIZAÇÃO E PERDAS DO ATIVO E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS**9.1 - REAVALIAÇÃO DE ATIVOS**

Compreende a variação patrimonial diminutiva relativa à adoção do valor de mercado ou de consenso entre as partes para bens do ativo imobilizado, quando esse for inferior ao valor líquido contábil. O valor de R\$ 9.332,68 foi registrado pela Câmara Municipal por ocasião da reavaliação de um grupo de contas do seu imobilizado.

9.2 - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVO IMOBILIZADO

Compreende a variação patrimonial diminutiva com a redução nos benefícios econômicos futuros ou no potencial de serviços de um ativo imobilizado, que reflete um declínio na sua utilidade além do reconhecimento sistemático por meio da depreciação. O Município através do Decreto Municipal nº 4750/2015 estabeleceu as normas e procedimentos sobre a reavaliação e redução ao valor recuperável de seus ativos, mas até o final do exercício de 2016 não foi possível implementar estas normas, por falta de mão de obra qualificada em seu quadro de servidores, nem foi possível a contratação de empresa especializado no assunto.

9.3 - AJUSTE DE PERDA DE CRÉDITOS E DE INVESTIMENTOS

Compreende a variação patrimonial diminutiva com ajuste de perdas de créditos por inadimplência ou outros fatores que impossibilitam o recebimento de créditos. Compreende também a variação patrimonial diminutiva com ajuste de perdas em investimentos e aplicações temporárias, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, resgatáveis no curto e no longo prazo. O valor registrado nesta conta está detalhado abaixo:

- Ø R\$ 14.618.018,67 - valor referente ao lançamento do ajuste para perdas da Dívida Ativa Tributária do exercício de 2016.
- Ø R\$ 8.626.838,43 - Cancelamento de Dívida Ativa Tributária.
- Ø R\$ 30.418.932,50 - Cancelamento de Dívida Ativa Não Tributária.

9.4 - PERDAS INVOLUNTÁRIAS COM IMOBILIZADO

O valor de R\$ 1.975.499,05 foi baixado do patrimônio por ter sido considerado como bens inservíveis, após análise da comissão responsável pela elaboração do inventário do Município. Os bens baixados foram devidamente relacionados nos Processos Administrativos nº 0060/2016 e 4213/2016, com registro fotográfico demonstrando o seu estado de conservação.

Nota nº 10 – OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS**10.1 - VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES**

O valor registrado nesta conta refere-se a Provisão Matemática Previdenciária.

Entende-se por Provisão Matemática Previdenciária a diferença a maior entre os valores provisionados pelo RPPS para fazer face a totalidade dos compromissos futuros do plano e as contribuições correspondentes, ou seja, a Provisão Matemática Previdenciária, também conhecida como Passivo Atuarial, representa o total dos recursos necessários ao pagamento dos compromissos dos planos de benefícios, calculados atuarialmente, em determinada data, a valor presente.

Tais provisões são calculadas por profissional habilitado registrado no IBA, conforme Lei Federal 9.717/98.

Para a composição e a política de classificação dos critérios de avaliação da Provisão Matemática Previdenciária (Passivo Atuarial), foram utilizados dados da Provisão Matemática Atuarial com data de 31/12/2016. O critério de avaliação da Provisão Matemática está estabelecido em Nota Técnica Atuarial- NTA, podendo ser consultado no site do Ministério da Previdência Social - MPS

Quadro 4

DESCRIÇÃO	2016	2015	R\$
Variações Patrimoniais Aumentativas (A)	382.560.920,57	325.705.437,35	
Variações Patrimoniais Diminutivas (B)	327.612.041,17	276.842.800,08	
Varição (A/B)	1,17	1,18	

Fonte: SEMFAZ/CGC

O Quociente de Resultado das Variações Patrimoniais calculado para o exercício de 2016 foi de 1,17 demonstrando que ocorreu um superávit patrimonial, ou seja, as Variações Patrimoniais Aumentativas foram maiores que as Variações Patrimoniais Diminutivas.

SONETE DIOGO PEREIRA ORDENADORA GERAL DE CONTABILIDADE CRC Nº 3460/O-8	JESUALDO PIRES FERREIRA JUNIOR PREFEITO MUNICIPAL CPF 042.321.878-63	LUIZ FERNANDES RIBAS MOTTA SECRETARIO MUNICIPAL DE FAZENDA CPF 239.445.959-04
--	--	---

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DEZEMBRO/2016 CONSOLIDADO			1 de 5		
FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS	326.025.509,84	299.455.042,16	INGRESSOS	108.550,00	0,00
RECEITAS DERIVADAS	62.830.395,53	58.425.756,15	ALIENAÇÃO DE BENS	108.550,00	0,00
Receita Tributária	37.711.866,75	35.432.720,89	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00	0,00
Receita de Contribuições	17.794.899,16	16.274.416,27	DESEMBOLSOS	14.076.182,93	24.184.246,65
Outras Receitas Derivadas	7.323.629,62	6.718.618,99	AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE	14.016.182,93	24.184.246,65
RECEITAS ORIGINÁRIAS	18.177.588,09	12.321.051,27	CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	0,00
Receita Patrimonial	37.287,22	271.430,32	OUTROS DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTOS	60.000,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	32.601.054,25	19.374.775,60
Receita Industrial	0,00	0,00			
Receita de Serviços	161.588,03	0,00	FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Outras Receitas Originárias	124.082,94	211.352,93	INGRESSOS	14.247.312,00	13.382.686,05
Remuneração das Disponibilidades	17.854.629,90	11.838.268,02	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.397.825,96	803.953,91
TRANSFERÊNCIAS	155.987.141,21	148.395.933,34	INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DE EMPRESAS DEPENDENTES	0,00	0,00
Intergovernamentais	131.620.337,97	127.063.578,47	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL RECEBIDOS	12.849.486,04	12.578.732,14
da União	69.094.915,48	65.208.019,13	DESEMBOLSOS	1.294.877,32	1.908.582,03
de Estados e Distrito Federal	62.525.422,49	61.855.559,34	AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	1.294.877,32	1.908.582,03
de Municípios	0,00	0,00	FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	12.952.434,68	11.474.104,02
Intragovernamentais	0,00	0,00			
Outras Transferências	24.366.803,24	21.332.354,87	APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	89.030.385,01	80.312.301,40	CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	131.007.813,36	124.343.180,39
Ingressos Extra-orçamentários	32.141.714,71	28.728.321,49	(+)GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	31.585.856,00	6.664.632,97
Transferências Financeiras Recebidas	56.888.670,30	51.583.979,91	(-)CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	162.593.669,36	131.007.813,36
DESEMBOLSOS (Incluídos pagto de RP)	293.424.455,59	280.080.266,56			
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO	172.940.943,86	168.818.021,27			
LEGISLATIVA	7.227.533,57	6.989.831,22			
ADMINISTRAÇÃO	29.258.105,23	28.013.391,38			
ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.678.654,51	4.941.005,58			
PREVIDÊNCIA SOCIAL	7.107.381,31	6.088.634,72			
SAÚDE	55.084.495,36	52.257.745,69			
EDUCAÇÃO	41.613.094,81	37.418.598,31			
CULTURA	589.669,79	737.898,12			
URBANISMO	18.571.915,99	18.683.924,32			
HABITAÇÃO	135.255,00	130.870,00			
SANEAMENTO	79.023,06	171.354,89			
GESTÃO AMBIENTAL	838.273,60	842.855,35			
AGRICULTURA	4.604.969,33	4.299.539,00			
TRANSPORTE	3.164.587,74	7.245.047,17			
DESPORTO E LAZER	987.984,56	997.325,52			
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	4.912.003,52	2.062.436,25			
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	4.888.251,14	2.053.024,62			
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	0,00	0,00			
Outros Encargos da Dívida	23.752,38	9.411,63			

Nota nº 02 – Quanto à execução da despesa os créditos autorizados no exercício podem ser assim demonstrados:

ALTERAÇÕES DO ORÇAMENTO INICIAL	VALOR (R\$)
DOTAÇÃO INICIAL	R\$ 456.100,00
(+) Créditos Suplementares	R\$ 143.000,00
(+) Créditos Especiais	R\$ 10.000,00
(-) Anulações de Créditos	R\$ 143.000,00
(=) Autorização Final da Despesa	R\$ 466.100,00
(-) Despesa Empenhada	R\$ 125.227,24
(=) Saldo de Dotação	R\$ 340.872,76

RECURSOS PARA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS	VALOR	%
Recursos de Excesso de Arrecadação	R\$ 0,00	0,00
Anulação de Créditos	R\$ 143.000,00	93,46
Superávit Financeiro	R\$ 10.000,00	6,54
Recursos vinculados, utilizados para abertura de créditos	R\$ 0,00	0,00
TOTAL	R\$ 153.000,00	100

Estas alterações estão detalhadas no Anexo TC 18 – Quadro Demonstrativo das Alterações Orçamentárias, juntada as Prestações de Contas.

Nota nº 03 – Fazendo o Confronto entre a Receita Arrecadada e a Despesa Empenhada, apura-se o seguinte resultado:

ESPECIFICAÇÕES	VALOR (R\$)
Receitas Correntes Arrecadadas	R\$ 46.549,85
(-) Despesas Correntes	R\$ 103.303,74
Déficit/Superávit Corrente	R\$ (56.753,89)
(+) Receita de capital arrecadadas	R\$ 0,00
SUBTOTAL	R\$ (56.753,89)
(-) Despesas de Capital	R\$ 21.923,50
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	R\$ (78.677,39)

Nota nº 04 - Receita prevista não foi arrecadada na sua totalidade devido à interrupção do repasse proveniente da Caerd (Companhia de Água e Esgoto do Estado de Rondônia) por (concessões, permissões) conforme a Lei Municipal nº 2271/2012. No entanto as despesas foram suportadas com saldos existentes em conta do exercício anterior.

ALINE DE SOUZA ALMEIDA
CONTADORA
916.117.502-10

CLEDERSON VIANA ALVES
PRESIDENTE DA AGERJI
CPF 497.593.102-87

AGÊNCIA REG. SERV. PÚB. DELEG. MUN. DE JI-PARANÁ - AGERJI

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

DEZEMBRO(31/12/2016)

Exercício de 2016

1 de 2

ISOLADO:22 - AGÊNCIA REG. SERV. PÚB. DELEG. MUN. DE JI-PARANÁ - AGERJI

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	46.549,85	281.507,89	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	125.227,24	275.923,89
ORDINÁRIO	46.549,85	0,00	ORDINÁRIO	125.227,24	0,00
RECURSOS PRÓPRIOS	0,00	281.507,89	RECURSOS PRÓPRIOS	0,00	275.923,89
SEM DETALHAMENTO DA DESTINAÇÃO DE RECURSOS	0,00	281.507,89	SEM DETALHAMENTO DA DESTINAÇÃO DE RECURSOS	0,00	275.923,89
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	29.997,28	4.875,76	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	4.036,60	1.525,76
RESTOS A PAGAR (INSCRIÇÃO)	29.310,68	3.350,00	RESTOS A PAGAR (PAGOS)	3.350,00	0,00
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	29.310,68	3.350,00	RP PROCESSADOS PAGOS	3.350,00	0,00
CONSIGNAÇÕES	686,60	1.525,76	CONSIGNAÇÕES	686,60	1.525,76
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	506,78	282,00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	506,78	282,00
ISS	179,82	1.243,76	ISS	179,82	1.243,76
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR	129.762,30	120.828,30	SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE	77.045,59	129.762,30
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	129.762,30	120.828,30	BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	77.045,59	129.762,30
TOTAL	206.309,43	407.211,95	TOTAL	206.309,43	407.211,95

ALINE DE SOUZA ALMEIDA
CONTADORA
916.117.502-10

CLEDERSON VIANA ALVES
PRESIDENTE DA AGERJI
CPF 497.593.102-87

AGÊNCIA REG. SERV. PÚB. DELEG. MUN. DE JI-PARANÁ - AGERJI

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

DEZEMBRO(31/12/2016)

Exercício de 2016

2 de 2

NOTA EXPLICATIVA

NOTA EXPLICATIVA

ANEXO 13 – BALANÇO FINANCEIRO

BASE PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, das informações de natureza patrimonial, orçamentárias, econômica, financeira, legal, física, social, de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

Com vistas a alcançar os vários segmentos da sociedade e assim proporcionar maior transparência, procurou-se empregar linguagem simples e didática, por meio de demonstrativos e tabelas comparativas. As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com observância aos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP e demais disposições normativas vigentes.

Nota nº 01 – Quanto aos Restos a Pagar a movimentação desta conta registrada no Balanço Financeiro e no Balanço Orçamentário concilia com os valores registrados no Anexo 17 – Demonstrativo da Dívida Flutuante e TC 10ª e 10B – Rol de Restos a Pagar

Saldo do Exercício Anterior	R\$ 3.350,00
(+) Inscrição	R\$ 29.310,68
(-) Pagamento	R\$ 3.350,00
(-) Cancelamento	R\$ 0,00
(=) Saldo para o exercício seguinte	R\$ 29.310,68

Nota nº 02 – A posição das contas de receitas e despesas financeiras, bem como os saldos discriminados no Balanço Financeiro pode ser assim discriminada:

DISPONÍVEL EXERCÍCIO ANTERIOR - 2015	R\$	129.762,30
(+) INGRESSOS	R\$	76.547,11
Orçamentários	R\$ 46.549,85	
Extra-Orçamentários	R\$ 29.997,26	
(-) DISPÊNDIOS	R\$	129.263,82
Orçamentários	R\$ 125.227,24	
Extra-Orçamentários	R\$ 4.036,58	
(=) DISPONÍVEL DO EXERCÍCIO EM 31/12/2016	R\$	77.045,59

ALINE DE SOUZA ALMEIDA
CONTADORA
916.117.502-10

CLEDERSON VIANA ALVES
PRESIDENTE DA AGERJI
CPF 497.593.102-87

AGÊNCIA REG. SERV. PÚB. DELEG. MUN. DE JI-PARANÁ - AGERJI

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

DEZEMBRO(31/12/2016)

Exercício de 2016

1 de 4

ISOLADO:22 - AGÊNCIA REG. SERV. PÚB. DELEG. MUN. DE JI-PARANÁ - AGERJI

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	77.045,59	129.762,30	PASSIVO CIRCULANTE	29.310,68	3.350,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	77.045,59	129.762,30	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	29.310,68	3.350,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	77.045,59	129.762,30	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	29.310,68	3.350,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	77.045,59	129.762,30	FORNECEDORES NACIONAIS	29.310,68	3.350,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.600.217,37	99.703,54	TOTAL PASSIVO	29.310,68	3.350,00
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.489.007,57	0,00			
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	1.489.007,57	0,00			
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	1.489.007,57	0,00			
IMOBILIZADO	111.209,80	99.703,54			
BENS MOVEIS	123.142,50	101.219,00			
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	2.023,50	0,00			
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	121.119,00	101.219,00			
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-11.932,70	-1.515,46			
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA – BENS MÓVEIS	-11.932,70	-1.515,46			
TOTAL	1.677.262,96	229.465,84			

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.647.952,28	226.115,84
RESULTADOS ACUMULADOS	1.647.952,28	226.115,84
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	1.647.952,28	226.115,84
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	1.421.836,44	105.287,54
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	226.115,84	120.828,30
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.647.952,28	226.115,84
TOTAL	1.677.262,96	229.465,84

ATIVO FINANCEIRO	77.045,59	129.762,30	PASSIVO FINANCEIRO (29.310,68)+ Restos não Processado(0,00)	29.310,68	3.350,00
ATIVO PERMANENTE	111.209,80	99.703,54		0,00	0,00
			SALDO PATRIMONIAL	158.944,71	226.115,84

AGÊNCIA REG. SERV. PÚB. DELEG. MUN. DE JI-PARANÁ - AGERJI

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

DEZEMBRO(31/12/2016)

Exercício de 2016

3 de 4

NOTA EXPLICATIVA

NOTA EXPLICATIVA

ANEXO -14 – BALANÇO PATRIMONIAL

BASE PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, das informações de natureza patrimonial, orçamentárias, econômica, financeira, legal, física, social, de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

Com vistas a alcançar os vários segmentos da sociedade e assim proporcionar maior transparência, procurou-se empregar linguagem simples e didática, por meio de demonstrativos e tabelas comparativas. As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com observância aos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº101/2000, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP e demais disposições normativas vigentes.

Nota nº 01 - A Composição dos Bens Móveis ficou assim distribuída

CASSIFICAÇÃO	SALDO INICIAL 2016	SALDO FINAL 2016
Aparelhos e Utensílios Domésticos	R\$ 4.344,00	R\$ 24.244,00
Mobiliário em Geral	R\$ 96.875,00	R\$ 96.875,00
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	R\$ 00	R\$ 2.023,50
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização.	R\$ 1.515,46	R\$ 11.932,70
TOTAL	R\$ 99.703,54	R\$ 111.209,80

Nota nº 02 - O Superávit Financeiro no Balanço Patrimonial é de R\$ 47.734,91 (quarenta e sete mil e setecentos e trinta e quatro reais e noventa e um centavos), que está devidamente detalhado no Anexo 14C

ATIVO FINANCEIRO	R\$ 77.045,59
Caixa e Equivalente de Caixa	R\$ 77.045,59
(-) Passivo Financeiro	R\$ 29.310,68
Restos a Pagar	R\$ 29.310,68
TOTAL	R\$ 47.734,91

Nota nº 03 - Total do Patrimonial Líquido

ESPECIFICAÇÃO	VALOR R\$
Caixa e Equivalente de Caixa	R\$ 77.045,59
(-) Restos a Pagar	R\$ 29.310,68
(+) Estoques	R\$ -
(+) Imobilizado	R\$ 111.209,80
(+) Crédito a longo prazo (dívida ativa não tributária)	R\$ 1.489.007,57
Total	R\$ 1.647.952,28

Nota nº 04 - Credito a longo prazo (Dívida Ativa não Tributária) no valor de R\$ 1.489.007,57 (um milhão quatrocentos e oitenta e nove mil e sete reais e cinquenta e sete centavos) se refere a instauração do processo de inscrição e execução de Dívida Ativa em desfavor da Caerd , pela mesma não estar repassando os valores da TAXA DE REGULAÇÃO, prevista na Lei Municipal nº2271 de 07/03/2012 e nos itens 1.56 a 1.58 do Contrato de Programa à AGERJI.

ALINE DE SOUZA ALMEIDA
CONTADORA
916.117.502-10

CLEDERSON VIANA ALVES
PRESIDENTE DA AGERJI
CPF 497.593.102-87

AGÊNCIA REG. SERV. PÚB. DELEG. MUN. DE JI-PARANÁ - AGERJI

ANEXO 14C - BALANÇO PATRIMONIAL

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2016

DEZEMBRO(31/12/2016)

1 de 1

ISOLADO:22 - AGÊNCIA REG. SERV. PÚB. DELEG. MUN. DE JI-PARANÁ - AGERJI

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 82111XXXX)	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
ORDINÁRIO	47.734,91
TOTAL (SUPERAVIT FINANCEIRO)	47.734,91

ALINE DE SOUZA ALMEIDA
CONTADORA
916.117.502-10

CLEDERSON VIANA ALVES
PRESIDENTE DA AGERJI
CPF 497.593.102-87

AGÊNCIA REG. SERV. PÚB. DELEG. MUN. DE JI-PARANÁ - AGERJI

ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

DEZEMBRO(31/12/2016)

Exercício de 2016

1 de 3

ISOLADO:22 - AGÊNCIA REG. SERV. PÚB. DELEG. MUN. DE JI-PARANÁ - AGERJI

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	37.287,22	271.430,32	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	110.578,62	176.220,35
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	37.287,22	271.430,32	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	47.164,01	94.626,09
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	1.498.258,39	10.077,57	SERVIÇOS	52.997,37	80.078,80
JUROS E ENCARGOS DE MORA	1.489.007,57	0,00	DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	10.417,24	1.515,46
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	9.250,82	10.077,57	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	11,81	0,00	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	0,00	0,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	11,81	0,00	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	3.142,36	0,00
TOTAL DAS VARIAÇÕES AUMENTATIVAS	1.535.557,42	281.507,89	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	3.142,36	0,00
TOTAL	1.535.557,42	281.507,89	TOTAL DAS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS	113.720,98	176.220,35
			RESULTADO PATRIMONIAL (SUPERÁVIT)	1.421.836,44	105.287,54
			TOTAL	1.535.557,42	281.507,89

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (DECORRENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA)		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
INCORPORAÇÃO DE ATIVO	21.923,50	101.219,00
INVESTIMENTOS	21.923,50	101.219,00

NOTA EXPLICATIVA

NOTA EXPLICATIVA

ANEXO 15 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

BASE PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, das informações de natureza patrimonial, orçamentárias, econômica, financeira, legal, física, social, de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

Com vistas a alcançar os vários segmentos da sociedade e assim proporcionar maior transparência, procurou-se empregar linguagem simples e didática, por meio de demonstrativos e tabelas comparativas. As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com observância aos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº101/2000, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP e demais disposições normativas vigentes.

Nota nº 01 – Composição das Variações Patrimoniais Aumentativas

Quadro nº 01

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	VALOR
1 -Receita Orçamentária - Anexo 2A	R\$ 37.287,22
2 - Juros e Encargos de Mora	R\$ 1.489.007,57
3 – Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	R\$ 9.250,82
4 – Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	R\$ 11,81
TOTAL	R\$ 1.535.557,42

Nota nº 02 – O valor de R\$ 37.287,22 (trinta e sete mil e duzentos e oitenta e sete reais e vinte e dois centavos) é oriundo de repasses da Caerd(Companhia de Água e Esgoto do Estado de Rondônia) Lei Municipal 2271/2012. O valor de R\$ 1.489.007,57 (um milhão quatrocentos e oitenta e nove mil e sete reais e cinqüenta e sete centavos) se refere a instauração do processo de inscrição e execução de Dívida Ativa em desfavor da Caerd , pela mesma não estar repassando os valores da TAXA DE REGULAÇÃO, prevista na Lei Municipal nº2271 de 07/03/2012 e nos itens 1.56 a 1.58 do Contrato de Programa à AGERJI. O Valor de R\$ 9.250,82(nove mil duzentos e cinqüenta reais e oitenta e dois centavos) é o Rendimento da Aplicação Financeira. O valor de R\$ 11,81 (onze reais e oitenta e um centavos) é restituição de pagamentos indevidos. Resultando no total de 1.535.557,42 (um milhão quinhentos e trinta e cinco mil e quinhentos e cinqüenta e sete reais e quarenta e dois centavos) que representa as variações patrimoniais aumentativas com operações financeiras.

Nota nº 03 – Composição das Variações Patrimoniais Diminutivas

Quadro nº 02

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	VALOR
1 –Despesas com Material de Consumo	R\$ 47.164,01
2 - Serviços	R\$ 52.997,37
3 – Depreciação Acumulada do Exercício	R\$ 10.417,24
4 – Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	R\$ 3.142,36
TOTAL	R\$ 110.578,62
RESULTADO PATRIMONIAL SUPERAVIT	R\$ 1.421,836,44
TOTAL	R\$ 1.535.557,42

Nota nº 04 – O Valor de R\$ 110.578,62 (cento e dez mil e quinhentos e setenta e oito reais e sessenta e dois centavos) representa o somatório das variações diminutivas com o uso de Material de Consumo, Serviços e Depreciação. Confrontando as variações Patrimoniais Aumentativas (quadro 01) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (quadro 02) a entidade apresenta um superavit de R\$ 1.421,836, 44 (um milhão quatrocentos e vinte e um mil e oitocentos e trinta e seis reais e quarenta e quatro centavos), conforme registrado no Balanço Patrimonial - Patrimônio Líquido – Anex 14.

ALINE DE SOUZA ALMEIDA
CONTADORA
916.117.502-10

CLEDERSON VIANA ALVES
PRESIDENTE DA AGERJI
CPF 497.593.102-87

AGÊNCIA REG. SERV. PÚB. DELEG. MUN. DE JI-PARANÁ - AGERJI

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício de 2016

DEZEMBRO/2016

1 de 3

ISOLADO:22 - AGÊNCIA REG. SERV. PÚB. DELEG. MUN. DE JI-PARANÁ - AGERJI

FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS	47.236,43	282.899,65
RECEITAS DERIVADAS	0,00	0,00
Receita Tributária	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00
Outras Receitas Derivadas	0,00	0,00
RECEITAS ORIGINÁRIAS	46.549,85	281.507,89
Receita Patrimonial	37.287,22	271.430,32
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Originárias	11,81	0,00
Remuneração das Disponibilidades	9.250,82	10.077,57
TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00
Intergovernamentais	0,00	0,00
da União	0,00	0,00
de Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
de Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	0,00	0,00
Outras Transferências	0,00	0,00
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	686,58	1.391,76
Ingressos Extra-orçamentários	686,58	1.391,76
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	0,00
DESEMBOLSOS (Incluídos pagto de RP)	79.709,64	172.746,65
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO	79.023,06	171.354,89
SANEAMENTO	79.023,06	171.354,89
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00
Intergovernamentais	0,00	0,00
da União	0,00	0,00
de Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
de Municípios	0,00	0,00
FUNDEB (Retenções)	0,00	0,00
Outras Deduções de Receita(Renuncia,Rest,Desc)	0,00	0,00
Intragovernamentais	0,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	686,58	1.391,76
Desembolsos Extra-Orçamentários	686,58	1.391,76
Transferências Financeiras Concedidas	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	-32.473,21	110.153,00

FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	20.243,50	101.219,00
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE	20.243,50	101.219,00
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTOS	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-20.243,50	-101.219,00

FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
--	-----------------	--------------------

INGRESSOS	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DE EMPRESAS DEPENDENTES	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL RECEBIDOS	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00

APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	129.762,30	120.828,30
(+)GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	-52.716,71	8.934,00
(=)CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	77.045,59	129.762,30

NOTA EXPLICATIVA

NOTA EXPLICATIVA

ANEXO 18 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

BASE PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, das informações de natureza patrimonial, orçamentárias, econômica, financeira, legal, física, social, de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

Com vistas a alcançar os vários segmentos da sociedade e assim proporcionar maior transparência, procurou-se empregar linguagem simples e didática, por meio de demonstrativos e tabelas comparativas. As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com observância aos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº101/2000, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP e demais disposições normativas vigentes.

Nota nº 01 - Ingresso do Fluxo de Caixa das Operações

Os Ingressos no Fluxo de Caixa relacionados às Atividades das Operações são formados pelas Receitas Originárias, que são oriundas de Repasse Financeiro da Caerd (Companhia de Água e Esgoto do Estado de Rondônia) conforme a Lei Municipal nº 2271/2012 Art. 24. Para fazer frente às despesas operacionais da Agência, fica definido que o (s) operador (es), contratado (s), concessionário (s) ou permissionário (s) dos serviços delegados, promoverá o repasse de, no mínimo 3% (três por cento) de seu faturamento bruto, realizado cidade de Ji-Paraná, para a Agência, a título de remuneração da atividade reguladora dos serviços.

Nota nº 02 - Desembolsos do Fluxo de Caixa das Operações

Os Desembolsos representam os valores pagos da despesa orçamentária, como também os desembolsos inclusos no pagamento dos restos a pagar.

Nota nº03 - Os ingressos e desembolsos das operações da conta Outros Ingressos Operacionais refere-se aos INGRESSOS E DISPÊNDIOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS, valores retidos na fonte de prestadores de serviços. A necessidade desta informação acessória é manter a integridade dos valores da receita orçamentária recebida, bem como os valores pagos demonstrados por função de governo e que podem ser conferidos com as demais peças que compõem as contas de governo através do SIGAP Contábil. Também com a finalidade de, ao final do demonstrativo, a informação pertencente ao valor do campo CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA, confira com o saldo do mesmo grupo no Balanço Patrimonial. Essa metodologia atendeu orientação da IPC 08- Metodologia de Elaboração do Demonstrativo dos Fluxos de Caixa publicada em 23/12/2014, itens 19 e 20, que prevê esta situação.

Nota nº 04 - Fluxo de Caixas das Atividades de Investimento.

O fluxo de caixa das atividades de Investimento não houve ingresso apenas desembolso representando os valores pagos da despesa orçamentária, por isso encontra-se com saldo negativo.

Nota nº 05 - Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

Sem movimentações

Nota nº 06 - Apuração do Fluxo de Caixa do Período.

Quadro - 01

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	R\$	129.762,30
(+)GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	R\$	(52.716,71)
Fluxo de caixa líquido das atividades das operações	R\$	(32.473,21)
Fluxo de caixa líquido das atividades de Investimento	R\$	(20.243,50)
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento	R\$	0,00
(=)CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	R\$	77.045,59

BALANÇO - FMDCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

DEZEMBRO(31/12/2016)

1 de 5

ISOLADO:23 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente - FMDCA

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c = (b-a)
RECEITAS CORRENTES	105.000,00	105.000,00	95.299,66	-9.700,34
RECEITA PATRIMONIAL	1.000,00	1.000,00	8.265,77	7.265,77
Receitas de Valores Mobiliários	1.000,00	1.000,00	8.265,77	7.265,77
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	104.000,00	104.000,00	87.033,89	-16.966,11
Transferências de Instituições Privadas	104.000,00	104.000,00	87.033,89	-16.966,11
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	105.000,00	105.000,00	95.299,66	-9.700,34
REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I-II)	105.000,00	105.000,00	95.299,66	-9.700,34
DÉFICIT (IV)			0,00	0,00
TOTAL (V) = (III-IV)	105.000,00	105.000,00	95.299,66	
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITO ADICIONAIS)			0,00	0,00
Superávit Financeiro			0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais			0,00	0,00

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

DEZEMBRO(31/12/2016)

2 de 5

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i)=(e-f)
DESPESAS CORRENTES	124.100,00	124.000,00	89.931,40	89.931,40	89.931,40	34.068,60
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	124.100,00	124.000,00	89.931,40	89.931,40	89.931,40	34.068,60
DESPESAS DE CAPITAL	10.100,00	10.200,00	0,00	0,00	0,00	10.200,00
INVESTIMENTOS	10.100,00	10.200,00	0,00	0,00	0,00	10.200,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS	134.200,00	134.200,00	89.931,40	89.931,40	89.931,40	44.268,60
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII)=(VI+VII)	134.200,00	134.200,00	89.931,40	89.931,40	89.931,40	44.268,60
SUPERÁVIT (IX)			5.368,26			
TOTAL (X)=(VIII + IX)	134.200,00	134.200,00	95.299,66	89.931,40	89.931,40	44.268,60

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANT (b)				
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANT (b)			
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
DEZEMBRO(31/12/2016)

Exercício de 2016

3 de 5

ANEXO B

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTACAO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i)=(e-f)
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

NOTA EXPLICATIVA

BASE PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, das informações de natureza patrimonial, orçamentárias, econômica, financeira, legal, física, social, de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

Com vistas a alcançar os vários segmentos da sociedade e assim proporcionar maior transparência, procurou-se empregar linguagem simples e didática, por meio de demonstrativos e tabelas comparativas. As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com observância aos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº101/2000, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP e demais disposições normativas vigentes.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas e o resultado orçamentário apurado no exercício.

Nota nº 01 – Quanto à execução da Receita em relação à Receita Prevista alcançou o percentual de 90,76% A receita prevista é proveniente de doações de Pessoas Físicas e Jurídicas, dedutíveis do Imposto de Renda, nos termos do art. 260 da Lei nº 8.242 de 12 de outubro de 1991.

Quadro nº 01

RECEITAS	PREVISÃO PARA O EXERCÍCIO (A)	ARRECADAÇÃO JAN a DEZ (B)	B/A %
Receita Corrente prevista	R\$ 105.000,00	R\$ 95.299,66	
Receita de Capital Prevista	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
TOTAL	R\$ 105.000,00	R\$ 95.299,66	90,76

Fonte SEMFAZ/CGC

Nota nº 02 – Quanto à execução da despesa os créditos autorizados no exercício podem ser assim demonstrados:

Quadro nº 02

ALTERAÇÕES DO ORÇAMENTO INICIAL	VALOR (R\$)
DOTAÇÃO INICIAL	R\$ 134.200,00
(+) Créditos Suplementares	R\$ 18.000,00
(+) Créditos Especiais	R\$ 10.400,00
(-) Anulações de Créditos	R\$ 28.400,00
(=) Autorização Final da Despesa	R\$ 134.200,00
(-) Despesa Empenhada	R\$ 89.931,40
(=) Saldo de Dotação	R\$ 44.268,60

Fonte SEMFAZ/CGC

Quadro nº 03

RECURSOS PARA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS	VALOR	%
Recursos de Excesso de Arrecadação	R\$ 0,00	0
Anulação de Créditos	R\$ 28.400,00	100
Superávit Financeiro	R\$ 0,00	0
TOTAL	R\$ 28.400,00	100

Fonte SEMFAZ/CGC

Estas alterações estão detalhadas no Anexo TC 18 – Quadro Demonstrativo das Alterações Orçamentárias, Juntada as Prestações de Contas.

Nota nº 03 – A Despesa Executada Totaliza R\$ 89.931,40 (oitenta e nove mil novecentos e trinta e um reais e quarenta centavos).

Quadro nº 04

DESPESA-EXECUTADA - Alteração do Orçamento Inicial	VALOR (R\$)
Dotação Inicial – Créditos orçamentários	R\$ 71.931,40
Créditos Suplementares	R\$ 18.000,00
Créditos Especiais	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 89.931,40

Fonte: SEMFAZ/CGC

Quadro nº 05

DESPESAS	FIXAÇÃO PARA O EXERCÍCIO (A)	EXECUÇÃO JAN a DEZ (B)	B/A %
Despesas Correntes Fixada	R\$ 124.100,00	R\$ 89.931,40	
Despesa de Capital Fixada	R\$ 10.100,00	R\$ 0,00	
TOTAL	R\$ 134.200,00	R\$ 89.931,40	67,01

Fonte SEMFAZ/CGC

Nota nº 04 – Fazendo o Confronto entre a Receita Arrecadada e a Despesa Empenhada, apura-se o seguinte resultado:

Quadro nº 06

ESPECIFICAÇÕES	VALOR (R\$)
Receitas Correntes Arrecadadas	R\$ 95.299,66
(-) Despesas Correntes	R\$ 89.931,40
Déficit/Superávit Corrente	R\$ 5.368,26
(+) Receita de capital arrecadadas	R\$ 0,00
SUBTOTAL	R\$ 5.368,26
(-) Despesas de Capital	R\$ 0,00
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	R\$ 5.368,26

Fonte SEMFAZ/CGC

O Balanço Orçamentário apresentou resultado superavitário no exercício no valor de **R\$ 5.368,26 (cinco mil trezentos e sessenta e oito reais e vinte e seis centavos)**.

Nota nº 05 – O Resultado Orçamentário representado abaixo por destinação de recursos:

Quadro nº 07

DESCRIÇÃO	RECEITA	DESPESA	DÉFICIT/SUPERÁVIT
Recursos Vinculados	R\$ 95.299,66	R\$ 89.931,40	R\$ 5.368,26
Recursos Ordinários	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 95.299,66	R\$ 89.931,40	R\$ 5.368,26

Fonte SEMFAZ/CGC

- **Recursos Vinculados** são as receitas oriundas de doações de Pessoas Físicas e Jurídicas, dedutíveis do Imposto de Renda, nos termos do art. 260 da Lei nº 8.242 de 12 de outubro de 1991 e rendimentos de Aplicações. Recursos destinados a programas e serviços específicos ao atendimento da Criança e do Adolescente em vulnerabilidade social.

- **Recursos Ordinários** são as transferências recebidas do município, para custear despesas do Tesouro de livre aplicação.

JOSENETA DUTRA LANA
DIRETORA DE CONTABILIDADE
CRC:008625/O

MARIA SONIA G. REIGOTA FERREIRA
SEC. MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
033.891.878-71

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO
DEZEMBRO(31/12/2016)

Exercício de 2016

1 de 2

ISOLADO:23 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente - FMDCA

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	95.299,66	46.055,16	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	89.931,40	110.769,00
VINCULADO	95.299,66	46.055,16	ORDINÁRIO	0,00	30.774,00
RECURSOS DESTINADOS A FUNDOS	95.299,66	46.055,16	VINCULADO	89.931,40	79.995,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	91,26	30.156,60	RECURSOS DESTINADOS A FUNDOS	89.931,40	79.995,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	91,26	30.156,60	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	4.980,66	217,65
REPASSE RECEBIDO	91,26	30.156,60	CONSIGNAÇÕES	4.980,66	217,65
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	4.980,66	217,65	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	4.080,65	0,00
CONSIGNAÇÕES	4.980,66	217,65	ISS	900,01	217,65
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	4.080,65	0,00	SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE	98.622,73	93.163,21
ISS	900,01	217,65	BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	98.622,73	93.163,21
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR	93.163,21	127.720,45	TOTAL	193.534,79	204.149,86
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	93.163,21	127.720,45			
TOTAL	193.534,79	204.149,86			

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO
DEZEMBRO(31/12/2016)

Exercício de 2016

2 de 2

NOTA EXPLICATIVA

BASE PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, das informações de natureza patrimonial, orçamentárias, econômica, financeira, legal, física, social, de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações. Com vistas a alcançar os vários segmentos da sociedade e assim proporcionar maior transparência, procurou-se empregar linguagem simples e didática, por meio de demonstrativos e tabelas comparativas. As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com observância aos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº101/2000, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP e demais disposições normativas vigentes.

BALANÇO FINANCEIRO

Demonstrará a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentário, conjugados com os saldos em espécie proveniente do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte. A análise do Balanço Financeiro permite verificar todos os valores que interferiram de alguma forma no resultado financeiro do exercício, visto que este deve listar todos os ingressos e saídas financeiras executadas no período.

Nota nº 01 – As Receitas e Despesas Orçamentárias estão discriminadas por destinação de Recursos, ou seja, ordinária e vinculada. Ordinárias são as Transferências Recebidas – Recurso de Livre aplicação enquanto as Vinculadas estão de acordo com sua vinculação legal.

Nota nº 02 – A posição das contas de receitas e despesas financeiras, bem como os saldos discriminados no Balanço Financeiro pode ser assim

discriminada:

Quadro nº 01

SALDO FINANCEIRO EXERCÍCIO ANTERIOR		R\$	93.163,21
(+) INGRESSOS		R\$	100.371,58
Orçamentários	R\$	95.299,66	
Transferência Financeira	R\$	91,26	
Extra-Orçamentários	R\$	4.980,66	
(-) DISPÊNDIOS		R\$	94.912,06
Orçamentários	R\$	89.931,40	
Extra-Orçamentários	R\$	4.980,66	
(=) DISPONÍVEL DO EXERCÍCIO EM 31/12/2016		R\$	98.622,73

Fonte: SEMFAZ/CGC

Nota nº 03 - O saldo de Bancos Conta Movimento, no valor de **R\$ 98.622,73 (noventa e oito mil seiscientos e vinte e dois reais e setenta e três centavos)**, coincide com os existentes no grupo "Circulante" do Balanço Patrimonial, nas contas Disponibilidades: Caixa e Equivalente de Caixas, como também coincidem com o Resultado Final Anexo 18 - Demonstração do Fluxo de Caixa, o que demonstra sua exatidão.

Nota nº04 – Variação do Saldo Financeiro

Quadro nº 02

DESCRIÇÃO	VALOR EM R\$
1. Receita Orçamentária + Transferências Recebidas	95.390,92
2. Despesas Orçamentárias	89.931,40
3. Ingressos Extra-Orçamentários	4.980,66
4. Dispêndios Extra-Orçamentários	4.980,66
5. Variação das Disponibilidades decorrente da execução orçamentária (1-2)	5.459,52
6. Variação da disponibilidade decorrente da execução extra-orçamentária (3-4)	0,00
7. Variação do Período Apurado (5-6)	5.459,52
8. Saldo Financeiro do Exercício Anterior	93.163,21
9. Saldo Para o Exercício Seguinte (7+8)	98.622,73

Fonte: SEMFAZ/CGC

Podemos observar que a variação do período apurada entre o saldo que passa para o exercício seguinte e o saldo do exercício anterior no montante positivo de **R\$ 5.459,52 (cinco mil quatrocentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e dois centavos)** indica que os pagamentos do exercício foram inferiores aos recebimentos, demonstrando assim que houve equilíbrio financeiro e a geração de superávit.

Nota nº05 – Política de Contabilização das Retenções – Os valores retidos de Prestadores de Serviços, é adotado o Regime de Competência, ou seja, por ocasião da liquidação gera uma obrigação financeira no Passivo Circulante. A despesa orçamentária é considerada pelo seu valor bruto, quando da liquidação. Concomitantemente gera-se um empenho Extra-Orçamentário, que ao ser pago, baixa do Passivo Circulante a obrigação financeira.

JOSENITA DUTRA LANA
DIRETORA DE CONTABILIDADE
CRC:008625/O

MARIA SONIA G. REIGOTA FERREIRA
SEC. MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
033.891.878-71

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
DEZEMBRO(31/12/2016)

Exercício de 2016

1 de 3

ISOLADO:23 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente - FMDCA

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	98.622,73	93.163,21	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	98.622,73	93.163,21	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	98.622,73	93.163,21	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	98.622,73	93.163,21
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	98.622,73	93.163,21	RESULTADOS ACUMULADOS	98.622,73	93.163,21
TOTAL	98.622,73	93.163,21	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	98.622,73	93.163,21
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	5.459,52	-34.557,24
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	93.163,21	127.720,45
			TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	98.622,73	93.163,21
			TOTAL	98.622,73	93.163,21

ATIVO FINANCEIRO	98.622,73	93.163,21	PASSIVO FINANCEIRO (0,00)+ Restos não Processado(0,00)	0,00	0,00
	0,00	0,00	PASSIVO PERMANENTE	0,00	0,00
			SALDO PATRIMONIAL	98.622,73	93.163,21

ESPECIFICAÇÃO			ESPECIFICAÇÃO		
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 811xxxxxx)	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xxxxxx)	Exercício Atual	Exercício Anterior

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
 DEZEMBRO(31/12/2016)

Exercício de 2016

3 de 3

NOTA EXPLICATIVA

BASE PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, das informações de natureza patrimonial, orçamentárias, econômica, financeira, legal, física, social, de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

Com vistas a alcançar os vários segmentos da sociedade e assim proporcionar maior transparência, procurou-se empregar linguagem simples e didática, por meio de demonstrativos e tabelas comparativas. As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com observância aos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº101/2000, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP e demais disposições normativas vigentes.

BALANÇO PATRIMONIAL

Demonstração Contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação. Segue abaixo Notas explicativas elencando a composição das principais Contas deste Demonstrativo.

Nota nº 01 – O Patrimônio Líquido da entidade é composto somente pelo Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa). A entidade não possui estoque e Imobilizado.

Nota nº 02 – Houve superávit de **R\$ 5.459,52** (cinco mil quatrocentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e dois centavos).

Quadro nº 01

ELEMENTOS	Final Exercício 2016	Saldo exercício Anterior	VARIAÇÕES
Ativo Financeiro	R\$ 98.622,73	R\$ 93.163,21	R\$ 5.459,52
Ativo Permanente	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) Passivo Financeiro	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) Passivo Permanente	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Saldo Patrimonial	R\$ 98.622,73	R\$ 93.163,21	R\$ 5.459,52

Fonte SEMFAZ/CGC

JOSENITA DUTRA LANA
DIRETORA DE CONTABILIDADE
CRC:008625/O

MARIA SONIA G. REIGOTA FERREIRA
SEC. MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
033.891.878-71

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

ANEXO 14C - BALANÇO PATRIMONIAL

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2016

1 de 1

DEZEMBRO(31/12/2016)

ISOLADO:23 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente - FMDCA

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 82111XXXX)	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
ORDINÁRIO	1.048,75
VINCULADO	97.573,98
Recursos Destinados a Fundos	97.573,98
TOTAL (SUPERAVIT FINANCEIRO)	98.622,73

JOSENITA DUTRA LANA
DIRETORA DE CONTABILIDADE
CRC:008625/O

MARIA SONIA G. REIGOTA FERREIRA
SEC. MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
033.891.878-71

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

DEZEMBRO(31/12/2016)

Exercício de 2016

1 de 3

ISOLADO:23 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente - FMDCA

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	8.265,77	10.062,63	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	18.000,00	30.774,00
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	8.265,77	10.062,63	SERVIÇOS	18.000,00	30.774,00
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	87.125,15	66.149,13	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	71.931,40	79.995,00
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	91,26	30.156,60	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	71.931,40	79.995,00
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	87.033,89	35.992,53	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	0,00
TOTAL DAS VARIAÇÕES AUMENTATIVAS	95.390,92	76.211,76	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	0,00
RESULTADO PATRIMONIAL (DÉFICIT)	0,00	34.557,24	TOTAL DAS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS	89.931,40	110.769,00
TOTAL	95.390,92	110.769,00	RESULTADO PATRIMONIAL (SUPERÁVIT)	5.459,52	0,00
			TOTAL	95.390,92	110.769,00

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS
(DECORRENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA)

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
	0,00	0,00
	0,00	0,00

NOTA EXPLICATIVA

BASE PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, das informações de natureza patrimonial, orçamentárias, econômica, financeira, legal, física, social, de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes

nas referidas demonstrações.

Com vistas a alcançar os vários segmentos da sociedade e assim proporcionar maior transparência, procurou-se empregar linguagem simples e didática, por meio de demonstrativos e tabelas comparativas. As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com observância aos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº101/2000, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP e demais disposições normativas vigentes.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Demonstração que evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

Nota nº 01 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - As Transferências Intragovernamentais se referem aos valores recebidos do município de acordo com as necessidades do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, haja vista que não existem valores mínimos ou máximos fixado em Lei para repasse ao Fundo, e as **Transferências das Instituições Privadas** são aquelas proveniente de doações de Pessoas Físicas e Jurídicas, dedutíveis do Imposto de Renda, nos termos do art. 260 da Lei nº 8.242 de 12 de outubro de 1991.

Nota nº 02 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - As transferências a Instituições Privadas se referem aos repasses destinadas as Instituições privadas sem fins lucrativos as quais desenvolvem atividades com crianças e adolescentes em situações de risco e vulnerabilidade social. O repasse foi efetuado mediante seleção de Projetos em conformidade com o edital 001/CMDCA/16 aprovado com a Resolução nº008/CMDCA/2016, como também firmação de convênio junto a PGM (Procuradoria Geral do Município) conforme determina art. 116 da Lei Nº 8.666 de junho de 1993 . Os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente São criados por Lei para beneficiar a criança e o adolescente ao direito a vida, a saúde, a alimentação, á educação, ao lazer, a profissionalização, a cultura, ao respeito, a liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

JOSENITA DUTRA LANA
DIRETORA DE CONTABILIDADE
CRC:008625/O

MARIA SONIA G. REIGOTA FERREIRA
SEC. MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
033.891.878-71

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício de 2016

DEZEMBRO/2016

1 de 3

ISOLADO:23 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente - FMDCA

FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS	100.371,56	76.429,41
RECEITAS DERIVADAS	0,00	0,00
Receita Tributária	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00
Outras Receitas Derivadas	0,00	0,00
RECEITAS ORIGINÁRIAS	8.265,77	10.062,63
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Originárias	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades	8.265,77	10.062,63
TRANSFERÊNCIAS	87.033,89	35.992,53
Intergovernamentais	0,00	0,00
da União	0,00	0,00
de Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
de Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	0,00	0,00
Outras Transferências	87.033,89	35.992,53
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	5.071,90	30.374,25
Ingressos Extra-orçamentários	4.980,64	217,65
Transferências Financeiras Recebidas	91,26	30.156,60
DESEMBOLSOS (Incluídos pago de RP)	94.912,04	110.986,65
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO	89.931,40	110.769,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	89.931,40	110.769,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00
Intergovernamentais	0,00	0,00
da União	0,00	0,00
de Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
de Municípios	0,00	0,00
FUNDEB (Retenções)	0,00	0,00
Outras Deduções de Receita(Renuncia,Rest,Desc)	0,00	0,00
Intragovernamentais	0,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	4.980,64	217,65
Desembolsos Extra-Orçamentários	4.980,64	217,65
Transferências Financeiras Concedidas	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	5.459,52	-34.557,24

FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	0,00	0,00
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE	0,00	0,00
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTOS	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	0,00	0,00

FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DE EMPRESAS DEPENDENTES	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL RECEBIDAS	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00

FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DE EMPRESAS DEPENDENTES	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL RECEBIDAS	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00

APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	93.163,21	127.720,45
(+)GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	5.459,52	-34.557,24
(=)CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	98.622,73	93.163,21

NOTA EXPLICATIVA

BASE PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, das informações de natureza patrimonial, orçamentárias, econômica, financeira, legal, física, social, de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

Com vistas a alcançar os vários segmentos da sociedade e assim proporcionar maior transparência, procurou-se empregar linguagem simples e didática, por meio de demonstrativos e tabelas comparativas. As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com observância aos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº101/2000, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP e demais disposições normativas vigentes.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Tem por finalidade apresentar informações sobre os fluxos das transações e eventos que afetaram o caixa do Município ao longo de um determinado período, de forma organizada e estruturada por atividades, permitindo melhor compreensão da articulação entre as diversas demonstrações financeiras. Por meio desta demonstração é possível avaliar as alternativas de investimentos e as razões que provocaram as mudanças da situação financeira do governo, as formas de aplicação do resultado superavitário gerado pelas operações e até mesmo os motivos de eventuais déficits.

Nota nº 01 – Ingresso do Fluxo de Caixa das Operações

Os Ingressos no Fluxo de Caixa relacionados às Atividades das Operações são formados pelas Receitas Originárias, Doações de Pessoas Físicas e Jurídicas, dedutíveis do Imposto de Renda, nos termos do art. 260 da Lei nº 8.242 de 12 de outubro de 1991e Transferências Intragovernamentais (Repasse Financeiros Recebidos – Recurso Livre).

Nota nº 02 – Desembolsos do Fluxo de Caixa das Operações

Os Desembolsos representam os valores pagos da despesa orçamentária e Transferências concedidas a Instituições Privadas sem fins lucrativos relacionadas à Assistência Social que desenvolvem atividades com Crianças e Adolescente.

Nota nº 03 – Nos ingressos e desembolsos das operações foi acrescentada a conta Outros Ingressos Operacionais. Estas linhas refere-se aos INGRESSOS E DISPÊNDIOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS, tais como: valores retidos na fonte de prestadores de serviços. A necessidade desta informação acessória é manter a integridade dos valores da receita orçamentária recebida, bem como os valores pagos demonstrados por função de governo e que podem ser conferidos com as demais peças que compõem as contas de governo através do SIGAP Contábil. Também com a finalidade de, ao final do demonstrativo, a informação pertencente ao valor do campo CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA, confira com o saldo do mesmo grupo no Balanço Patrimonial. Essa metodologia atendeu orientação da IPC 08-Metodologia de Elaboração do Demonstrativo dos Fluxos de Caixa, publicada em 23/12/2014, itens 19 e 20, que prevê esta situação

Nota nº 04– Fluxo de Caixas das Atividades de Investimento.

Sem movimentações.

Nota nº 05 – Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

Sem movimentações.

Nota nº 06 – Apuração do Fluxo de Caixa do Período.

Quadro nº 01

SALDO FINANCEIRO EXERCÍCIO ANTERIOR	R\$	93.163,21
(+) INGRESSOS	R\$	99.471,56
Receita Patrimonial (anexo 12)	R\$	8.265,77
Transferências de Instituições Privadas (anexo 12)	R\$	87.033,89
Extra-Orçamentários – consignações	R\$	4.980,64
Transferências Recebidas - Recurso livre – (anexo 13)	R\$	91,26
(-) DISPÊNDIOS	R\$	94.012,04
Orçamentários – (Anexo – 12) Despesas pagas	R\$	89.931,40
Extra-Orçamentários – consignações	R\$	4.980,64
(=) DISPONÍVEL DO EXERCÍCIO EM 31/12/2016	R\$	98.622,73

Fonte SEMFAZ/CGC

Quadro - 02

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	R\$	93.163,21
(+) GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	R\$	5.459,52
Fluxo de caixa líquido das atividades das operações	R\$	5.459,52
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento	R\$	0,00
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento	R\$	0,00
(=) CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	R\$	98.622,73

Fonte SEMFAZ/CGC

JOSENITA DUTRA LANA
DIRETORA DE CONTABILIDADE
CRC:008625/O

MARIA SONIA G. REIGOTA FERREIRA
SEC. MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
033.891.878-71

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

DEZEMBRO(31/12/2016)

ISOLADO:20 - Fundo de Previdência Social - FPS

Exercício de 2016

1 of 3

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	29.781.950,86	22.989.392,12	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	7.108.824,43	6.076.754,21
ORDINÁRIO	282.373,76	0,00	ORDINÁRIO	454.238,04	422.765,30
VINCULADO	29.499.577,10	22.989.392,12	VINCULADO	6.654.586,39	5.653.988,91
CONTRIB.P/REGIME PRÓPRIO PREVIDÊNCIA SOCIAL-RPPS (PATRONAL, SERV.COMPENS.FINANCEIRA)	29.499.577,10	22.989.392,12	CONTRIB.P/REGIME PRÓPRIO PREVIDÊNCIA SOCIAL-RPPS (PATRONAL, SERV.COMPENS.FINANCEIRA)	6.654.586,39	5.653.988,91
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	30.565,08	983.652,91	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	830.178,67	701.282,82
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	30.565,08	983.652,91	RESTOS A PAGAR (PAGOS)	0,00	11.880,51
APORTE DE RECURSOS PARA O RPPS - PLANO FINANCEIRO - OUTROS	0,00	983.652,91	RP PROCESSADOS PAGOS	0,00	11.880,51
APORTES PARA O RPPS			CONSIGNAÇÕES	830.178,67	689.402,31
OUTROS APORTES PARA O RPPS	30.565,08	0,00	ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES	261,65	0,00
REPASSE RECEBIDO	0,00	0,00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	193.302,45	142.002,62
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	830.178,67	689.402,31	INSS	13.952,53	13.212,73
CONSIGNAÇÕES	830.178,67	689.402,31	ISS	1.312,04	955,92
ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES	261,65	0,00	PENSAO ALIMENTICIA	10.492,48	4.886,94
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	193.302,45	142.002,62	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	314.806,87	236.804,48
INSS	13.952,53	13.212,73	RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	13.664,15	3.907,63
ISS	1.312,04	955,92	RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	282.386,50	287.631,99
PENSAO ALIMENTICIA	10.492,48	4.886,94	SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE	123.895.271,04	101.191.579,53
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	314.806,87	236.804,48	CONTA ÚNICA RPPS	1.980.513,54	32.890.088,94
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	13.664,15	3.907,63	APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA - RPPS	81.512.060,05	68.301.490,59
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	282.386,50	287.631,99	APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL - RPPS	40.402.697,45	0,00
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR	101.191.579,53	83.307.169,22	TOTAL	131.834.274,14	107.969.616,56
CONTA ÚNICA RPPS	32.890.088,94	32.840.693,20			
APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA - RPPS	68.301.490,59	50.466.476,02			
TOTAL	131.834.274,14	107.969.616,56			

NOTA EXPLICATIVA

BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, das informações de naturezas patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social e de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

Com vistas a alcançar os vários segmentos da sociedade, e assim proporcionar maior transparência, procurou-se empregar linguagem simples e didática, por meio de tabelas comparativas e demonstrativos contendo análises verticais, horizontais e percentuais.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância aos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público –MCASP e demais disposições normativas vigentes.

BALANÇO FINANCEIRO

Demonstrará a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentárias, conjugados com os saldos em espécie proveniente do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

Nota nº 01 – RECEITA E DESPESA ORÇAMENTÁRIA

De acordo com o MCASP, as receitas devem ser discriminadas no Balanço Financeiro pelo valor bruto de recebimento, seguidos das deduções legais e as despesas pelo valor empenhado. Na discriminação os valores devem ser separados em ordinários e vinculados. Os ordinários são os recursos administrativos do FPS do Município e que são de livre aplicação, enquanto no grupo dos vinculados são detalhadas todas as receitas e despesas que tem sua vinculação estipulada por determinação legal. O detalhamento das receitas e despesas vinculadas está de acordo com Tabela de Fonte de Recursos utilizada pelo TCE-RO.

Nota nº 02 – TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS

As transferências financeiras no valor total de R\$ 30.565,08 são recebidas da Fundação Cultural e a Câmara Municipal, que repassaram ao Fundo de Previdência Social em cumprimento aos 1,5% de taxa administrativa, estipulado na Lei de criação do FPS nº 1403/2005 e alterado pela lei 2695/2014.

Nota nº 03 – MOVIMENTAÇÃO DA CONTA DEPÓSITOS/CONSIGNAÇÕES

DESCRIÇÃO	VALOR	R\$
Saldo do exercício anterior		0,00
(+) Inscrição	830.178,67	
(-) Pagamento	830.178,67	
(=) Saldo para o exercício seguinte		0,00

Fonte: Balanço Anual do FPS

Nota nº 04 – VARIAÇÃO DO SALDO FINANCEIRO

Quadro 2 R\$

DESCRIÇÃO	VALOR
1. Receita Orçamentária	29.781.950,86
2. Transferências Financeiras (Recebidas)	30.565,08
3. Ingressos Extra-orçamentários	830.178,67
4. Despesas Orçamentárias	7.108.824,43
5. Dispêndios Extra-orçamentários	830.178,67
6. Variação da disponibilidade decorrente da execução orçamentária (1+2-4)	22.703.691,51
7. Variação da disponibilidade decorrente da execução extra-orçamentárias (3-5)	(0,00)
8. Variação do Período apurada (6 -7)	22.703.691,51
9. Saldo financeiro do exercício anterior	101.191.579,53
10. Saldo para o exercício seguinte (8 + 9)	123.895.271,04

Fonte: Balanço Anual do FPS

Podemos observar que a variação do período apurada entre o saldo que passa para o exercício seguinte e o saldo do exercício anterior no montante positivo de R\$ 22.703.691,51

ROSE NASCIMENTO DE OLIVIERA LUNA
DIRETORA DE CONTABILIDADE
CRC-RO 006348/O-1

EVANDRO CORDEIRO MUNIZ
PRESIDENTE
CPF 606.771.802-25

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL DEZEMBRO(31/12/2016)

Exercício de 2016

1

ISOLADO:20 - Fundo de Previdência Social - FPS

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	123.895.271,04	101.195.300,03	PASSIVO CIRCULANTE	10.466,75	9,80
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.980.513,54	32.890.088,94	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS	10.466,75	9,80
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	1.980.513,54	32.890.088,94	PESSOAL A PAGAR	10.466,75	9,80
CONTA ÚNICA RPPS	1.980.513,54	32.890.088,94	PESSOAL A PAGAR	10.466,75	9,80
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	121.914.757,50	68.301.490,59	PASSIVO NAO-CIRCULANTE	161.581.430,07	136.744,561
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	121.914.757,50	68.301.490,59	PROVISÕES A LONGO PRAZO	161.581.430,07	136.744,561
APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL - RPPS	40.402.697,45	0,00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO	161.581.430,07	136.744,561
APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA - RPPS	81.512.060,05	68.301.490,59	PLANO PREVIDENCIARIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	55.011.448,24	38.894.615,11
ESTOQUES	0,00	3.720,50	PLANO PREVIDENCIARIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	106.569.981,83	97.849.945,45
ALMOXARIFADO	0,00	3.720,50	TOTAL PASSIVO	161.591.896,82	136.754,362
MATERIAL DE EXPEDIENTE	0,00	3.720,50	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.277.675,67	47.075,67	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
IMOBILIZADO	1.277.675,67	47.075,67	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-36.418.950,11	-35.511.986,40
BENS MOVEIS	47.075,67	47.075,67	RESULTADOS ACUMULADOS	-36.418.950,11	-35.511.986,40
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	50,00	50,00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	-36.418.950,11	-35.511.986,40
BENS DE INFORMÁTICA	28.731,00	28.731,00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	-906.963,71	-2.588.514,11
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	18.294,67	18.294,67	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-35.511.986,40	-32.923.472,29
BENS IMÓVEIS	1.230.600,00	0,00	TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-36.418.950,11	-35.511.986,40
BENS DE USO ESPECIAL	1.230.600,00	0,00	TOTAL	125.172.946,71	101.242.375,70
TOTAL	125.172.946,71	101.242.375,70			

ATIVO FINANCEIRO	123.895.271,04	101.191.579,53	PASSIVO FINANCEIRO (0,00)+ Restos não Processado(0,00)	0,00	
ATIVO PERMANENTE	1.277.675,67	50.796,17	PASSIVO PERMANENTE	161.591.896,82	136.754,36
			SALDO PATRIMONIAL	-36.418.950,11	-35.511,98

ESPECIFICAÇÃO			ESPECIFICAÇÃO		
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 81xxxxxx)	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 82xxxxxx)	Exercício Atual	Exercício Anterior

NOTA EXPLICATIVA

BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, das informações de naturezas patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social e de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

Com vistas a alcançar os vários segmentos da sociedade, e assim proporcionar maior transparência, procurou-se empregar linguagem simples e didática, por meio de tabelas comparativas e demonstrativos contendo análises verticais, horizontais e percentuais.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância aos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP e demais disposições normativas vigentes.

BALANÇO PATRIMONIAL

Demonstração Contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação.

Nota nº 01 – ATIVO CIRCULANTE – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.

“Caixa e Equivalentes de Caixa” e “Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo”, tais contas apresentam o valor total de livre movimentação dos recursos previdenciários para pagamento dos benefícios, mais o saldo da conta da taxa administração do Fundo de Previdência Social do Município de Ji-Paraná.

Esse grupo é composto pelos saldos de Caixa, Conta Única do RPPS, Bancos Conta Movimento, Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata, distribuídas em Aplicações em Segmento de Renda Fixa e variável seguindo limite estabelecido Resolução CMN 3922/4392 e aprovado na Política de Investimento para 2016, conforme demonstrado na tabela a seguir

Quadro1 DESCRIÇÃO	R\$			
	2015	AV%	2016	AV%
Caixa	0,00	0,00	0,00	0,00
Conta Única do RPPS	32.890.088,94	32,5%	1.980.513,54	1,59%
Invest.e Aplic. Temporárias a C. Prazo. (Renda fixa e variável)	68.301.490,59	67,5%	121.914.757,50	98,41%
TOTAL	101.191.579,53	100,00%	123.895.271,04	100,00%

Fonte: Balanço Anual do FPS

A conta de aplicações em segmento de Renda Fixa e Variável que em 2016 representou 98,41% da composição do "Caixa e Equivalentes de Caixa", é composta pelas contas de investimento do RPPS, que são aplicações em títulos públicos e multimercado, como: IRFM-1, IMA B, IRFM, Caixa FI Brasil Referenciado. Estes fundos de investimento são de livre movimentação, pois podem ser usados para pagamento de despesas previdenciárias, bem como Aplicações mensais das receitas Previdenciárias.

Nota nº 02 – ATIVO NÃO CIRCULANTE – IMOBILIZADO

Compreendem os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

O Imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis, bem como pela dedução da depreciação acumulada.

ROSE NASCIMENTO DE OLIVIERA LUNA
DIRETORA DE CONTABILIDADE
CRC-RO 006348/O-1

EVANDRO CORDEIRO MUNIZ
PRESIDENTE
CPF 606.771.802-25

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ**ANEXO 14C - BALANÇO PATRIMONIAL****DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL**

Exercício de 2016

DEZEMBRO(31/12/2016)

1 of 1

ISOLADO:20 - Fundo de Previdência Social - FPS

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 82111XXXX)	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
ORDINÁRIO VINCULADO	1.966.063,39
Contrib.p/Regime Próprio Previdência Social-RPPS (patronal, serv.compens.financeira)	121.929.207,65
TOTAL (SUPERAVIT FINANCEIRO)	123.895.271,04

ROSE NASCIMENTO DE OLIVIERA LUNA
DIRETORA DE CONTABILIDADE
CRC-RO 006348/O-1

EVANDRO CORDEIRO MUNIZ
PRESIDENTE
CPF 606.771.802-25

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ**ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

DEZEMBRO(31/12/2016)

Exercício de 2016

1 of 4

ISOLADO:20 - Fundo de Previdência Social - FPS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
CONTRIBUIÇÕES	13.780.599,94	12.707.007,63	PESSOAL E ENCARGOS	296.615,06	272.421,90
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	13.780.599,94	12.707.007,63	REMUNERAÇÃO A PESSOAL	258.649,10	232.617,20
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	14.406.865,61	8.778.962,33	ENCARGOS PATRONAIS	36.154,33	34.227,76
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	14.406.865,61	8.778.962,33	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCA	1.811,63	5.576,94
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	2.855.650,39	2.487.075,07	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	6.654.586,39	5.653.988,91
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	2.855.650,39	2.487.075,07	APOSENTADORIAS E REFORMAS	3.227.347,25	2.400.341,26
TOTAL DAS VARIAÇÕES AUMENTATIVAS	31.043.115,94	23.973.045,03	PENSÕES	853.169,08	615.395,33
RESULTADO PATRIMONIAL (DÉFICIT)	906.963,71	2.588.514,99	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	2.574.070,06	2.638.252,32
TOTAL	31.950.079,65	26.561.560,02	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	162.009,70	156.423,43
			USO DE MATERIAL DE CONSUMO	14.974,93	5.923,65
			SERVIÇOS	147.034,77	150.499,78
			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	24.836.868,50	20.478.725,78
			VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES	24.836.868,50	20.478.725,78
			TOTAL DAS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS	31.950.079,65	26.561.560,02
			TOTAL	31.950.079,65	26.561.560,02

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (DECORRENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA)		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
	0,00	0,00
	0,00	0,00

NOTA EXPLICATIVA**BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, das informações de natureza patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social e de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

Com vistas a alcançar os vários segmentos da sociedade, e assim proporcionar maior transparência, procurou-se empregar linguagem simples e didática, por meio de tabelas comparativas e demonstrativos contendo análises verticais, horizontais e percentuais.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância aos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público –MCASP e demais disposições normativas vigentes.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Demonstração que evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

Nota nº 01 – RESULTADO PATRIMONIAL

O Resultado Patrimonial de 2016 foi de R\$ 906.963,71 evidenciado pela diferença negativa entre as Variações Patrimoniais Quantitativas Aumentativas e Diminutivas, conforme quadro abaixo:

Quadro1	R\$				
DESCRIÇÃO	2015	AV%	2016	AV%	AH%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	23.973.045,0	100%	31.043.115,9	100%	29,49
	3		4		%
Contribuições	12.707.007,6	53,00	13.780.599,9	44,39	8,45%
	3	%	4	%	
VPA Financeiras	8.778.962,33	36,60	14.406.865,6	46,41	64,11
		%	1	%	%
Transferências e delegações recebidas	2.487.075,07	10,42	2.855.650,39	9,2%	48,20
		%			%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas			0,00	0,0%	0,0%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	26.561.560,0	100%	31.950.079,6	100%	20,29
	2		5		%
Pessoal e Encargos	272.421,90	1,03%	296.615,06	0,93%	8,88%
Benefícios previdenciários e Assistenciais	5.653.988,91	21,29	6.654.586,39	20,84	17,70
		%		%	%
Uso de Bens, Serviços e Consumo	156.423,43	0,59%	162.009,70	0,52%	3,57%
Desvalorização e Perdas de Ativo	0,00	0,0%	0,00	0,00%	0,00%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	20.478.725,7	77,09	24.836.868,5	77,71	21,28
	8	%	0	%	%
RESULTADO PATRIMONIAL	(2.588.514,99		(906.963,71)		
)				

Fonte: Balanço Anual do FPS

Notas: AV – Análise Vertical

AH – Análise Horizontal (2015/2016)

Nota nº 02 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS

Na composição das Variações Patrimoniais Financeiras estão as Receitas Patrimoniais referentes aos rendimentos dos investimentos deste RPPS

Nota nº 03 – TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS

Nesta conta encontra-se registradas as transferências intragovernamentais, que são os repasses extra-orçamentários recebidos pelas entidades do Poder Executivo, legislativo e Fundação Cultural e Agencia Municipal de Transito -AMT como aportes de taxa administrativa e ainda os aportes para cobertura do déficit atuarial conforme legislação vigente. Dentre as transferências recebidas temos uma transferência não financeira, referente a taxa administrativa efetuada em bens imóveis no valor de R\$1.230.600,00 para construção da sede Própria do Fundo de Previdência Social, através processo administrativo 12852/2015 aprovado pelo conselho Municipal de Previdência. Foi utilizado os valores referente a taxa administrativa do executivo ao FPS no exercício.

Nota nº 04 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS – PESSOAL E ENCARGOS

Nestas variações além das despesas liquidadas com remuneração de pessoal, no exercício de 2016 registra-se as provisões para pagamento de férias, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 4243/GAB/PMJP/2015, obedecendo assim o princípio da competência, conforme determina o MCASP.

Nota nº 05 – QUOCIENTE DO RESULTADO DAS VARIAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

É resultante da relação entre total das Variações Patrimoniais Aumentativas e o total das Variações Patrimoniais Diminutivas. Se o índice apresentado for maior que 1, indica um superávit patrimonial, se for igual a 1, indica equilíbrio, ou seja, não houve alteração no patrimônio e se for menor que 1, indica um déficit patrimonial.

Quadro 2

R\$

DESCRIÇÃO	2015	2016	AH%
Variações Patrimoniais Aumentativas (A)	23.973.045,03	31.043.115,94	
Variações Patrimoniais Diminutivas (B)	26.561.560,02	31.950.079,65	20,0%
Variação (A/B)	0,90	0,97	

Fonte: Balanço Anual do FPS

Notas: AH – Análise Horizontal(2015/2014)

O Quociente de Resultado das Variações Patrimoniais calculado para o exercício de 2016 foi de 0,97 demonstrando que ocorreu um déficit patrimonial, ou seja, as Variações Patrimoniais Aumentativas foram menores que as Variações Patrimoniais Diminutivas.

ROSE NASCIMENTO DE OLIVIERA LUNA
DIRETORA DE CONTABILIDADE
CRC-RO 006348/O-1

EVANDRO CORDEIRO MUNIZ
PRESIDENTE
CPF 606.771.802-25

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício de 2016

DEZEMBRO/2016

1 of 4

ISOLADO:20 - Fundo de Previdência Social - FPS

FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS	30.642.694,60	24.662.334,88
RECEITAS DERIVADAS	15.375.085,25	14.210.429,79
Receita Tributária	0,00	0,00
Receita de Contribuições	13.780.599,94	12.707.007,63
Outras Receitas Derivadas	1.594.485,31	1.503.422,16
RECEITAS ORIGINÁRIAS	14.406.865,61	8.778.962,33
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Originárias	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades	14.406.865,61	8.778.962,33
TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00
Intergovernamentais	0,00	0,00
da União	0,00	0,00
de Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
de Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	0,00	0,00
Outras Transferências	0,00	0,00
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	860.743,74	1.672.942,76
Ingressos Extra-orçamentários	830.178,66	689.289,85
Transferências Financeiras Recebidas	30.565,08	983.652,91
DESEMBOLSOS (Incluídos pagto de RP)	7.939.003,09	6.777.924,57
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO	7.107.381,31	6.088.634,72
PREVIDÊNCIA SOCIAL	7.107.381,31	6.088.634,72
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS	1.443,12	0,00
Intergovernamentais	0,00	0,00
da União	0,00	0,00
de Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
de Municípios	0,00	0,00
FUNDEB (Retenções)	0,00	0,00
Outras Deduções de Receita(Renuncia,Rest,Desc)	0,00	0,00
Intragovernamentais	1.443,12	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	830.178,66	689.289,85
Desembolsos Extra-Orçamentários	830.178,66	689.289,85
Transferências Financeiras Concedidas	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	22.703.691,51	17.884.410,31

FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	0,00	0,00
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE	0,00	0,00
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTOS	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	0,00	0,00

FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DE EMPRESAS DEPENDENTES	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL RECEBIDOS	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00

APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	101.191.579,53	83.307.169,22
(+)GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	22.703.691,51	17.884.410,31
(=)CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	123.895.271,04	101.191.579,53

NOTA EXPLICATIVA

BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, das informações de naturezas patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social e de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

Com vistas a alcançar os vários segmentos da sociedade, e assim proporcionar maior transparência, procurou-se empregar linguagem simples e didática, por meio de tabelas comparativas e demonstrativos contendo análises verticais, horizontais e percentuais.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância aos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público –MCASP e demais disposições normativas vigentes.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Tem por finalidade apresentar informações sobre os fluxos das transações e eventos que afetaram o caixa do Fundo de Previdência do Município ao longo de um determinado período, de forma organizada e estruturada por atividades, permitindo melhor compreensão da articulação entre as diversas demonstrações financeiras

Nota nº 01 – Esta Demonstração dos Fluxos de Caixa foi elaborada pelo método direto e evidencia as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes, nos seguintes fluxos: das operações e dos investimentos.

Nota nº 02 – FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Compreende os ingressos, inclusive decorrentes de receitas originárias e derivadas, e os desembolsos relacionados com a ação pública e os demais fluxos que não se qualificam como de investimentos ou financiamentos.

Os ingressos estão compostos pelas Receitas Correntes, as Transferências Intragovernamentais, que são os repasses financeiros recebidos do Poder Executivo, Legislativo e Autarquia.

Os desembolsos representam os valores pagos da despesa orçamentária.

O fluxo líquido das atividades operacionais no exercício de 2016 foi de R\$ 22.703.691,51, evidenciando o quanto o Fundo de Previdência Social do Município gerou de caixa suficiente para amortizar déficit, manter a capacidade de pagamento dos benefícios de seus contribuintes.

Nota nº 03 – APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO

Na apuração do Fluxo do período, também tem a finalidade de, ao final do demonstrativo, a informação pertencente ao valor do

campo CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA, confira com o saldo do mesmo grupo no Balanço Patrimonial, neste sentido verifica-se que no Balanço Patrimonial as contas “Caixa e Equivalentes de Caixa” e “Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo”, tais contas apresentam o valor total de livre movimentação dos recursos previdenciários para pagamento dos benefícios, mais o saldo da conta da taxa administração do Fundo de Previdência Social do Município de Ji-Paraná.

Esse grupo é composto pelos saldos de Caixa, Conta Única do RPPS, Bancos Conta Movimento, Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata, distribuídas em Aplicações em Segmento de Renda Fixa e variável seguindo limite estabelecido Resolução CMN 3922/4392 e aprovado na Política de Investimento para 2016, conforme demonstrado na tabela a seguir

DESCRÇÃO	R\$			
	2015	AV%	2016	AV%
Caixa	0,00	0,00	0,00	0,00
Conta Única do RPPS	32.890.088,94	32,5%	1.980.513,54	1,59%
Invest.e Aplic. Temporárias a C. Prazo. (Renda fixa e variável)	68.301.490,59	67,5%	121.914.757,50	98,41%
TOTAL	101.191.579,53	100,00%	123.895.271,04	100,00%

Fonte: Balanço Anual do FPS

A conta de aplicações em segmento de Renda Fixa e Variável que em 2016 representou 98,41% da composição do “Caixa e Equivalentes de Caixa”, é composta pelas contas de investimento do RPPS, que são aplicações em títulos públicos e multimercado, como: IRFM-1, IMA B, IRFM, Caixa FI Brasil Referenciado. Estes fundos de investimento são de livre movimentação, pois podem ser usados para pagamento de despesas previdenciárias, bem como Aplicações mensais das receitas Previdenciárias. Sendo no que no demonstrativo fluxo de Caixa os valores apresentam se totalizado, mas que representam o mesmo constante do Balanço Patrimonial.

Nota nº 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo desta conta deve conciliar com o valor da conta Caixa e Equivalentes de Caixa do Balanço Patrimonial, somando se o investimento e aplicações temporárias a curto prazo. conforme nota n.º 03.

ROSE NASCIMENTO DE OLIVIERA LUNA
DIRETORA DE CONTABILIDADE
CRC-RO 006348/O-1

EVANDRO CORDEIRO MUNIZ
PRESIDENTE
CPF 606.771.802-25

BALANÇO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

DEZEMBRO(31/12/2016)

Exercício de 2016

1 de 5

ISOLADO:18 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c = (b-a)
RECEITAS CORRENTES	1.943.053,76	1.943.053,76	491.488,58	-1.451.565,18
RECEITA PATRIMONIAL	190.140,16	190.140,16	240.975,06	50.834,90
Receitas de Valores Mobiliários	190.140,16	190.140,16	240.975,06	50.834,90
TRANSFERENCIAS CORRENTES	1.752.913,60	1.752.913,60	250.513,52	-1.502.400,08
Transferências Intergovernamentais	1.752.913,60	1.752.913,60	248.513,52	-1.504.400,08
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	2.000,00	2.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	1.943.053,76	1.943.053,76	491.488,58	-1.451.565,18
REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I+II)	1.943.053,76	1.943.053,76	491.488,58	-1.451.565,18
DÉFICIT (IV)			1.180.124,62	
TOTAL (V) = (III+IV)	1.943.053,76	1.943.053,76	1.671.613,20	
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITO ADICIONAIS)		159.200,00	159.200,00	
Superávit Financeiro		159.200,00	159.200,00	
Reabertura de Créditos Adicionais		0,00	0,00	

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTACAO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i)=(e-f)
DESPESAS CORRENTES	3.255.983,88	3.467.079,70	1.611.269,78	1.611.269,78	1.545.675,72	1.855.809,92
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	952.679,96	1.383.066,96	1.033.719,57	1.033.719,57	1.033.719,57	349.347,39
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.303.303,92	2.084.012,74	577.550,21	577.550,21	511.956,15	1.506.462,53
DESPESAS DE CAPITAL	151.600,00	160.304,18	60.343,42	60.343,42	60.343,42	99.960,76
INVESTIMENTOS	151.600,00	160.304,18	60.343,42	60.343,42	60.343,42	99.960,76
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS	3.407.583,88	3.627.383,88	1.671.613,20	1.671.613,20	1.606.019,14	1.955.770,68
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII)=(VI+VII)	3.407.583,88	3.627.383,88	1.671.613,20	1.671.613,20	1.606.019,14	1.955.770,68
SUPERÁVIT (IX)			0,00			
TOTAL (X)=(VIII + IX)	3.407.583,88	3.627.383,88	1.671.613,20	1.671.613,20	1.606.019,14	1.955.770,68

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANT (b)				
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANT (b)			
DESPESAS CORRENTES	0,00	63.345,58	63.345,58	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	63.345,58	63.345,58	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	63.345,58	63.345,58	0,00	0,00

ANEXO B

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTACAO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i)=(e-f)
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	97.559,90	125.909,90	104.799,65	104.799,65	104.799,65	21.110,25
DESPESAS CORRENTES	97.559,90	125.909,90	104.799,65	104.799,65	104.799,65	21.110,25
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	97.559,90	125.909,90	104.799,65	104.799,65	104.799,65	21.110,25
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

NOTA EXPLICATIVA

BASE PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, das informações de natureza patrimonial, orçamentárias, econômica, financeira, legal, física, social, de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações. Com vistas a alcançar os vários segmentos da sociedade e assim proporcionar maior transparência procurou-se empregar linguagem simples e didática, por meio de demonstrativos e tabelas comparativas. As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com observância aos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº101/2000, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP e demais disposições normativas vigentes.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas e o resultado orçamentário apurado no exercício. Adicionalmente ao Balanço Orçamentário, são incluídos dois quadros demonstrativos de execução de restos a pagar; um relativo aos restos a pagar não processados e o outro relativo aos restos a pagar processados, com mesmo detalhamento das despesas orçamentárias do balanço, de modo a propiciar uma análise da execução orçamentária do exercício em conjunto com a execução dos restos a pagar.

Nota nº 01 – Quanto à execução da Receita em relação à Receita Prevista alcançou o percentual de 25,29%. A receita prevista é proveniente do repasse Fundo a Fundo, do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS/MDS a qual não foi realizada em sua totalidade devido à suspensão dos Recursos destinados **Proteção Social Especial e Proteção Social Básica** através da **Portaria MDS nº036 de 25 de abril de 2014**, que ainda permaneceu vigente para o exercício 2016.

Quadro nº 01

RECEITAS	PREVISÃO PARA O EXERCÍCIO (A)	ARRECADADAÇÃO JAN a DEZ (B)	B/A %
Receita Corrente prevista	R\$ 1.943,053,76	R\$ 491.488,58	25,29
Receita de Capital Prevista	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
TOTAL	R\$ 1.943.053,76	R\$ 491.488,58	

Fonte: SEMFAZ/CGC

Quadro nº 02

RECEITA ARRECADADA POR FONTE	VALOR (R\$)	%
Transferências União - FNAS	R\$ 248.513,52	50,56
Transferências de Instituições Privadas	R\$ 2.000,00	0,41
Renumeração Das Disponibilidades	R\$ 240.975,06	49,03
RECEITA ARRECADADA	R\$ 491.488,58	100

Fonte: SEMFAZ/CGC

Quadro nº 03

RECEITA POR FONTE	VALOR PREVISTO	VALOR ARRECADADO
Transferências Da União	R\$ 1.752.913,60	R\$ 248.513,52
Transferências De Instituições Privadas	R\$ 0,00	R\$ 2.000,00
Renumeração Das Disponibilidades	R\$ 190.140,16	R\$ 240.975,06

RECEITA ARRECADADA	R\$ 1.943.053,76	R\$ 491.488,58
---------------------------	-------------------------	-----------------------

Fonte: SEMFAZ/CGC

Nota nº 02 – De acordo com a movimentação Orçamentária do exercício, os créditos autorizados foram os seguintes:

Quadro nº 04

ALTERAÇÕES DO ORÇAMENTO INICIAL	VALOR (R\$)
DOTAÇÃO INICIAL	R\$ 3.407.583,88
(+) Créditos Suplementares	R\$ 453.796,35
(+) Créditos Especiais	R\$ 34.900,00
(-) Anulações de Créditos	R\$ 329.496,35
(+) Remanejamento	R\$ 60.600,00
(=) Autorização Final da Despesa	R\$ 3.627.383,88
(-) Despesa Empenhada	R\$ 1.671.613,20
(=) Saldo de Dotação	R\$ 1.955.770,68

Fonte: SEMFAZ/CGC

JOSENITA DUTRA LANA
DIRETORA DE CONTABILIDADE
CRC:008625/O

MARIA SONIA G. REIGOTA FERREIRA
SEC. MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
033.891.878-71

NOTA EXPLICATIVA

Quadro nº 05

RECURSOS PARA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS	VALOR	%
Recursos de Excesso de Arrecadação	R\$ 0,00	0,00
Anulação de Créditos	R\$ 329.496,35	67,42
Superávit Financeiro	R\$ 159.200,00	32,58
TOTAL	R\$ 488.696,35	100

Fonte: SEMFAZ/CGC

Estas alterações estão detalhadas no Anexo TC 18 – Quadro Demonstrativo das Alterações Orçamentárias, juntada as Prestações de Contas.

Nota nº 03 – A Despesa Executada Totaliza R\$ 1.671.613,20 (Um milhão seiscentos e setenta e um mil e seiscentos e treze reais e vinte centavos).

Quadro nº 06

DESPESA-EXECUTADA - Alteração do Orçamento Inicial	VALOR (R\$)
Dotação Inicial – Créditos orçamentários	R\$ 1.228.625,94
Créditos Suplementares	R\$ 409.789,19
Créditos Especiais	R\$ 33.198,07
TOTAL	R\$ 1.671.613,20

Fonte: SEMFAZ/CGC

Nota nº 04 – Fazendo o Confronto entre a Receita Arrecadada e a Despesa Empenhada, apura-se o seguinte resultado:

Quadro nº 07

ESPECIFICAÇÕES	VALOR (R\$)
Receitas Correntes Arrecadadas	R\$ 491.488,58
(-) Despesas Correntes	R\$ 1.611.269,78
Déficit/Superávit Corrente	R\$ (1.119.781,20)
(+) Receita de capital arrecadas	R\$ 0,00
SUBTOTAL	R\$ (1.119.781,20)
(-) Despesas de Capital	R\$ 60.343,42
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	R\$ (1.180.124,62)

Fonte: SEMFAZ/CGC

Nota nº 05 - Em análise ao Balanço Orçamentário apresenta Déficit de **R\$ 1.180.124,62 (um milhão cento e oitenta mil e cento e vinte e quatro reais e sessenta e dois centavos)**. Parte do valor **R\$ 869.059,29** (oitocentos e sessenta e nove mil e cinquenta e nove reais e vinte e nove centavos) refere-se a despesas que são custeadas com transferência de Recursos do Tesouro, motivo pelo qual o referido fundo ser uma entidade dependente de transferências por não ser fonte arrecadadora e executar despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos. E o restante das despesas no valor **R\$ 802.553,91** (oitocentos e dois mil quinhentos e cinquenta e três reais e noventa e um centavos) foi custeado por saldo em conta de exercício anterior (recursos reprogramados) para execução no corrente exercício, conforme Resolução Nº 010/CMAS/2015 de 17 de dezembro de 2015 art. 1º.

Quadro nº 08

ANEXO 13	RECEITA	DESPESA	DÉFCIT/SUPERÁVIT
Recursos Vinculados	R\$ 491.488,58	R\$ 802.553,91	R\$ (311.065,33)
Recursos Ordinários	R\$ 0,00	R\$ 869.059,29	R\$ (869.059,29)
TOTAL	R\$ 491.488,58	R\$ 1.671.613,20	R\$ (1.180.124,62)

Fonte: SEMFAZ/CGC

- **Recursos Vinculados** são as receitas oriundas de Transferências de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS e rendimentos de Aplicações. Estes Recursos são destinados a programas e serviços específicos.

- **Recursos Ordinários** são as transferências recebidas do município, recursos do Tesouro de livre aplicação.

JOSENITA DUTRA LANA
DIRETORA DE CONTABILIDADE
CRC:008625/O

MARIA SONIA G. REIGOTA FERREIRA
SEC. MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
033.891.878-71

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO
DEZEMBRO(31/12/2016)

Exercício de 2016

1 de 3

ISOLADO:18 - Fundo Municipal de Assistencia Social - FMAS

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	491.488,58	552.071,06	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	1.671.613,20	2.825.921,31
ORDINÁRIO	2.000,00	0,00	ORDINÁRIO	869.059,29	1.376.464,77
VINCULADO	489.488,58	552.071,06	VINCULADO	802.553,91	1.449.456,54
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FNAS	489.488,58	552.071,06	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FNAS	802.553,91	1.449.456,54
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	867.106,34	1.376.507,82	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	267.966,01	291.528,73
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	867.106,34	1.376.507,82	RESTOS A PAGAR (PAGOS)	63.345,58	78.511,52
REPASSE RECEBIDO	867.106,34	1.376.507,82	RP PROCESSADOS PAGOS	63.345,58	78.511,52
EXTRA-ORÇAMENTARIA	270.214,49	276.362,79	CONSIGNAÇÕES	204.620,43	213.017,21
RESTOS A PAGAR (INSCRIÇÃO)	65.594,06	63.345,58	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	35.986,30	38.749,87
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	65.594,06	63.345,58	INSS	2.939,38	19.348,06
CONSIGNAÇÕES	204.620,43	213.017,21	ISS	6.058,38	8.177,52
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	35.986,30	38.749,87	OUTROS CONSIGNATARIOS	14.742,52	10.667,01
INSS	2.939,38	19.348,06	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	48.785,54	42.769,08
ISS	6.058,38	8.177,52	RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	4.007,36	4.319,95
OUTROS CONSIGNATARIOS	14.742,52	10.667,01	RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	92.100,95	88.985,72
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	48.785,54	42.769,08	SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE	2.397.098,09	2.707.867,89
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	4.007,36	4.319,95	BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	2.397.098,09	2.707.867,89
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	92.100,95	88.985,72	TOTAL	4.336.677,30	5.825.317,93
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR	2.707.867,89	3.620.376,26			
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	2.707.867,89	3.620.376,26			
TOTAL	4.336.677,30	5.825.317,93			

JOSENITA DUTRA LANA
DIRETORA DE CONTABILIDADE
CRC:008625/O

MARIA SONIA G. REIGOTA FERREIRA
SEC. MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
033.891.878-71

NOTA EXPLICATIVA

BASE PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, das informações de natureza patrimonial, orçamentárias, econômica, financeira, legal, física, social, de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

Com vistas a alcançar os vários segmentos da sociedade e assim proporcionar maior transparência, procurou-se empregar linguagem simples e didática, por meio de demonstrativos e tabelas comparativas. As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com observância aos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº101/2000, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP e demais disposições normativas vigentes.

BALANÇO FINANCEIRO

Demonstrará a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentário, conjugados com os saldos em espécie proveniente do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

A análise do Balanço Financeiro permite verificar todos os valores que interferiram de alguma forma no resultado financeiro do exercício, visto que este deve listar todos os ingressos e saídas financeiras executadas no período.

Nota nº 01 – As Receitas e Despesas Orçamentárias estão discriminadas por destinação de Recursos, ou seja, ordinária e vinculada. Ordinárias são as Transferências Recebidas – Recurso de Livre aplicação enquanto as Vinculadas estão de acordo com sua vinculação legal. As despesas evidenciam a finalidade específica da efetiva aplicação dos recursos.

Nota nº 02 - Transferências de Cota Financeira Recebida de Outra Entidade – Recurso livre, são os valores recebidos do município de acordo com as necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social, haja vista que não existem valores mínimos ou máximos fixado em Lei.

Nota nº 03 – Quanto aos Restos a Pagar a movimentação desta conta registrada no Balanço Financeiro e no Balanço Orçamentário concilia com os valores registrados no Anexo 17 – Demonstrativo da Dívida Flutuante e TC 10A e 10B – Rol de Restos a Pagar.

Quadro nº 01

Saldo do Exercício Anterior	R\$	63.345,58
(+) Inscrição	R\$	65.594,06
(-) Pagamento	R\$	63.345,58
(-) Cancelamento	R\$	0,00
(=) Saldo para o exercício seguinte	R\$	65.594,06

Fonte: SEMFAZ/CGC

Nota nº 04 – A posição das contas de receitas e despesas financeiras, bem como os saldos existentes no Balanço Financeiro pode ser assim discriminada:

Quadro nº 02

DISPONÍVEL EXERCÍCIO ANTERIOR - EM 31/12/ 2015		R\$	2.707.867,89
(+) INGRESSOS		R\$	1.628.809,41
Orçamentários	R\$	491.488,58	
Extra-Orçamentários	R\$	270.214,49	
Transferências Recebidas	R\$	867.106,34	
(-) DISPÊNDIOS		R\$	1.939.579,21
Orçamentários	R\$	1.671.613,20	
Extra-Orçamentários	R\$	267.966,01	
Transferências Concedidas	R\$	0,00	
(=) DISPONÍVEL DO EXERCÍCIO EM 31/12/2016		R\$	2.397.098,09

Fonte: SEMFAZ/CGC

O saldo disponível do exercício em 31/12/2016, para o exercício seguinte, no valor de **R\$ 2.397.098,09 (dois milhões trezentos e noventa e sete mil e noventa e oito reais e nove centavos)**, concilia com os existentes no grupo “Circulante” do Balanço Patrimonial, nas contas Disponibilidades: Caixa e Equivalente de Caixas, como também coincidem com o Resultado Final Anexo 18 - Demonstração do Fluxo de Caixa, o que demonstra sua exatidão.

Nota nº05 – Variação do Saldo Financeiro

Quadro nº 03

DESCRIÇÃO	VALOR EM R\$
1. Receita Orçamentária + Transferências Recebidas	1.358.594,92
2. Despesas Orçamentárias	1.671.613,20
3. Ingressos Extra-Orçamentários	270.214,49
4. Dispêndios Extra-Orçamentários	267.966,01
5. Variação das Disponibilidades decorrente da execução orçamentária (1-2)	(313.018,28)
6. Variação da disponibilidade decorrente da execução extra-orçamentária (3-4)	2.248,48
7. Variação do Período Apurado (5-6)	(310.769,80)
8. Saldo Financeiro do Exercício Anterior	2.707.867,89
9.Saldo Para o Exercício Seguinte (7+8)	2.397.098,09

Fonte: SEMFAZ/CGC

Podemos observar que a variação do período apurada entre o saldo que passa para o exercício seguinte e o saldo do exercício anterior no montante negativo de **-R\$ 310.769,80 (trezentos e dez mil setecentos e sessenta e nove reais e oitenta centavos)**, indica que os pagamentos do exercício foram superiores aos recebimentos. Este fato é devido à suspensão dos Recursos destinados **Proteção Social Especial e Proteção Social Básica através da Portaria MDS nº036 de 25 de abril de 2014**, que ainda permaneceu vigente para o exercício 2016. No entanto parte das despesas do exercício foi custeada por saldo em conta de exercício anterior (recursos reprogramados para execução no corrente exercício, conforme Resolução Nº 010/CMAS/2015 de 17 de dezembro de 2015 art. 1º.

Nota nº06 – Política de Contabilização das Retenções – Nas retenções feitas em Folha de Pagamento de Servidor, bem como os valores retidos de Prestadores de Serviços, é adotado o Regime de Competência, ou seja, por ocasião da liquidação gera uma obrigação financeira no Passivo

Circulante. A despesa orçamentária é considerada pelo seu valor bruto, quando da liquidação. Concomitantemente gera-se um empenho Extra-Orçamentário, que ao ser pago baixa do Passivo Circulante a obrigação financeira.

Nota nº07 - Quanto ao aspecto Financeiro – O saldo bancário do exercício anterior de **R\$ 2.707.867,89** (dois milhões setecentos e sete mil e oitocentos e sessenta e sete reais e oitenta e nove centavos), que (+) adicionado a importância das receitas recebidas do Fundo Nacional de Assistência Social e rendimentos de aplicações no valor de **R\$ 489.488,58** (quatrocentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e cinquenta e oito centavos), (+) transferências de Instituições Privadas **R\$ 2.000,00** (dois mil reais) e (+) os Repasses realizados pelo Poder Executivo Municipal no exercício de 2016 de **R\$ 867.106,34** (oitocentos e sessenta e sete mil, cento e seis reais e trinta e quatro centavos) (-) menos o valor das Despesas Orçamentárias pagas no Exercício corrente de **R\$ 1.606.019,14** (um milhão seiscentos e seis mil e dezenove reais e quatorze centavos), (-) menos o valor de **R\$ 63.345,58** (sessenta e três mil e trezentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e oito centavos) referente aos Restos a Pagar de 2015 pago no exercício em análise, restaria ainda recursos financeiros na ordem de **R\$ 2.397.098,09** (dois milhões trezentos e noventa e sete mil e noventa e oito reais e nove centavos) demonstrado no Anexo TC 02 - Demonstrativos de Bancos 31 de dezembro de 2016 para ser aplicado no exercício de 2017, como também demonstrados no Anexo 14: Caixa e Equivalente de Caixa, e no Anexo 18, Caixa e Equivalente de Caixa Final.

JOSENITA DUTRA LANA
DIRETORA DE CONTABILIDADE
CRC:008625/O

MARIA SONIA G. REIGOTA FERREIRA
SEC. MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
033.891.878-71

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

ANEXO 14C - BALANÇO PATRIMONIAL

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2016

DEZEMBRO(31/12/2016)

1 de 1

ISOLADO:18 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 82111XXXX)	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
ORDINÁRIO	54,16
VINCULADO	2.331.449,87
Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	2.331.449,87
TOTAL (SUPERAVIT FINANCEIRO)	2.331.504,03

JOSENITA DUTRA LANA
DIRETORA DE CONTABILIDADE

MARIA SONIA G. REIGOTA FERREIRA
SEC. MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2016

DEZEMBRO(31/12/2016)

1 de 5

ISOLADO:18 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	2.404.812,05	2.715.139,94	PASSIVO CIRCULANTE	114.090,72	105.056,99
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.397.098,09	2.707.867,89	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS	48.496,66	41.711,41
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	2.397.098,09	2.707.867,89	PESSOAL A PAGAR	48.496,66	41.711,41
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	2.397.098,09	2.707.867,89	PESSOAL A PAGAR	48.496,66	41.711,41
ESTOQUES	7.713,96	7.272,05	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	65.594,06	63.345,58
ALMOXARIFADO	7.713,96	7.272,05	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZ	65.594,06	63.345,58
MATERIAL DE CONSUMO	0,00	7.272,05	FORNECEDORES NACIONAIS	65.594,06	63.345,58
AUTOPEÇAS	7.713,96	0,00	TOTAL PASSIVO	114.090,72	105.056,99
ATIVO NÃO CIRCULANTE	238.487,05	195.346,89	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
IMOBILIZADO	238.487,05	195.346,89	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
BENS MOVEIS	272.050,77	211.707,35	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.529.208,38	2.805.429,84
BENS DE INFORMÁTICA	14.282,99	14.282,99	RESULTADOS ACUMULADOS	2.529.208,38	2.805.429,84
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	80.301,22	29.107,80	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	2.529.208,38	2.805.429,84
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	8.373,01	8.373,01	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	-276.221,46	-930.875,99
VEÍCULOS	156.600,00	156.600,00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.805.429,84	3.736.305,83
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	12.493,55	3.343,55	TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.529.208,38	2.805.429,84
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-33.563,72	-16.360,46	TOTAL	2.643.299,10	2.910.486,83
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA – BENS MÓVEIS	-33.563,72	-16.360,46			
TOTAL	2.643.299,10	2.910.486,83			

ATIVO FINANCEIRO	2.397.098,09	2.707.867,89	PASSIVO FINANCEIRO (65.594,06)+ Restos não Processado(0,00)	65.594,06	63.345,58
ATIVO PERMANENTE	246.201,01	202.618,94	PASSIVO PERMANENTE	48.496,66	41.711,41
			SALDO PATRIMONIAL	2.529.208,38	2.805.429,84

ESPECIFICAÇÃO			ESPECIFICAÇÃO		
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 811xxxxxx)	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xxxxxx)	Exercício Atual	Exercício Anterior

NOTA EXPLICATIVA

BASE PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, das informações de natureza patrimonial, orçamentárias, econômica, financeira, legal, física, social, de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações. Com vistas a alcançar os vários segmentos da sociedade e assim proporcionar maior transparência, procurou-se empregar linguagem simples e didática, por meio de demonstrativos e tabelas comparativas. As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com observância aos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP e demais disposições normativas vigentes.

BALANÇO PATRIMONIAL

Demonstração Contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação. Segue abaixo Notas explicativas elencando a composição das principais Contas deste Demonstrativo.

Nota nº 01 - ATIVO CIRCULANTE – ESTOQUES

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades. O inventário do estoque foi elaborado de acordo com preceitos que rege a Lei Federal nº 4.320/64 e Instrução Normativa nº 13/2001 do TCE-RO.

Os estoques de almoxarifado foram avaliados e estão registrados ao custo médio ponderado de aquisição. O levantamento físico foi realizado pela Comissão nomeada pelo Decreto Municipal nº 6842/GAB/PMJP/2016, NO DIA 31/12/2016, e todos os itens relacionados encontra-se em bom estado de conservação e devidamente armazenados. As informações contidas no inventário de almoxarifado e registradas na Contabilidade foram extraídas do Sistema de Administração de Almoxarifados – Pública Sistemas/Fiorilli Software. Segue abaixo movimentação da conta estoques no exercício de 2016:

Quadro nº 01

SALDO DA CONTA ESTOQUE	
1. Saldo Inicial da Conta Estoque (Saldo Final do Balanço Patrimonial do exercício anterior)	R\$ 7.272,05
2. Elemento de Despesa - Material de Consumo (Anexo 11)	R\$ 165.716,93
3. Elemento de Despesa - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita (Anexo 11)	R\$ 19.875,00
4. Consumo no período (Uso de Material de Consumo na DVP) ANEXO 15	R\$ 185.150,02
5. Saldo Final apurado da Conta Estoque (1+2+3-4)	R\$ 7.713,96

Fonte: SEMFAZ/CGC

Nota nº 02 – ATIVO NÃO CIRCULANTE – IMOBILIZADO

Compreendem os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a eles os benefícios, os riscos e o controle desses bens. O Imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis, bem como pela dedução da depreciação acumulada. No quadro abaixo é apresentada a movimentação desta conta no exercício de 2016.

Quadro nº02

CONTA IMOBILIZADO – BENS MÓVEIS	VALOR
Saldo Inicial - Imobilizado	R\$ 195.346,89
(+) Variação Patrimonial Qualitativa – Anexo 15	R\$ 60.343,42
(-) Depreciação , Amortização e exaustão – Anexo 15	R\$ 17.203,26
(=) Saldo Atual	R\$ 238.487,05

Fonte: Sistema de Administração Patrimônio – Pública Sistemas/Fiorilli Software.

Nota nº03

A variação Patrimonial Qualitativa no montante de **R\$ 60.343,42** (sessenta mil trezentos e quarenta e três reais e quarenta e dois centavos), se refere ao valor empenhado no elemento de despesa **44.90.52.00 – Equipamentos e Material permanente**, o qual está registrado no **Anexo - 02 – Demonstrativo da Despesa**.

Nota nº04 – Ativo não Circulante - Bem Imóveis

Não foi empenhado qualquer despesa no elemento de Despesa **44.90.51.00** Obras e Instalações . Portanto o Fundo Municipal de Assistência Social não possui bens imóveis. Os prédios onde estão instalados os programas/serviços: do Abrigo Municipal, CRAS São Francisco, Cras Roda Moinho, CRAS Jardim dos Migrantes, Centro de Convivência do Idoso – CCI, Liberdade Assistida/LA e Bolsa Família são bens imóveis pertencente a Prefeitura do Município de Ji-Paraná.

Nota nº05 – Ativo não Circulante - Bens Móveis

Os bens móveis são reconhecidos inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção, incluídos os custos de compra, impostos recuperáveis e outros custos necessários para colocar o bem em uso ou funcionamento. Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro do bem do ativo imobilizado são incorporados quando houver a possibilidade de geração de benefícios futuros ou potenciais de serviços. Os bens móveis do Município, adquiridos a partir de 01/01/2013 foram depreciados pelo método do Custo, e o critério de depreciação pelo método de cotas constantes

Nota nº 06 - ATIVO NÃO CIRCULANTE – DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE BENS

A metodologia para depreciação de bens foi regulamentada pelo Decreto Municipal nº 1676/2013 e alterado pelo Decreto Municipal nº 4750/2015, Art. 73 a 82. Nesta Conta do Balanço Patrimonial consta a depreciação dos bens móveis, que teve como data de corte 01/01/2013. O registro da Depreciação teve como método a linha reta, ou cotas constantes, em que se utiliza de taxa de depreciação constante durante a vida útil do ativo caso o seu valor residual não se altere. A tabela contendo os percentuais de depreciação bem como a vida útil dos bens é o Anexo VIII do Decreto Municipal nº 4750/2015, disponível no portal de transparência deste Município.

Nota nº 07 - PASSIVO PERMANENTE – PESSOAL A PAGAR

Nesta conta está registrado o valor de R\$ 48.496,66 (quarenta e oito mil quatrocentos e noventa e seis reais e sessenta e seis centavos) referente à valores provisionados para pagamento de férias, direitos adquiridos pelo servidor. Estas informações são fornecidas pela Gerência de Recursos Humanos, que teve como base de cálculo as fórmulas regulamentadas pelo Decreto Municipal nº 4243/2015

Nota nº 08 – PASSIVO FINANCEIRO – FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO

Compreendem as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar. Tais obrigações não contemplam os restos a pagar não processados, pois representam uma obrigação somente orçamentária.

Nota nº 09 – Composição do Patrimônio Líquido:**Quadro nº 03**

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Caixa e Equivalente de Caixa	R\$ 2.397.098,09
(-) Passivo Financeiro (Restos a Pagar)	R\$ 65.594,06
(-) Passivo Permanente (provisão 1/3 férias – Pessoal a Pagar)	R\$ 48.496,66
(+) Estoques	R\$ 7.713,96
(+) Imobilizado	R\$ 238.487,05
TOTAL	R\$ 2.529.208,38

Fonte: SEMFAZ/CGC

Nota nº 10 – Déficits do exercício: Patrimônio Líquido**Quadro nº 04**

ESPECIFICAÇÃO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO
	EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2016	
Caixa e Equivalente de Caixa	R\$ 2.707.867,89	R\$ 2.397.098,09	(R\$ 310.769,80)
(-) Passivo Financeiro (Restos a Pagar)	R\$ 63.345,58	R\$ 65.594,06	(R\$ 2.248,48)
(-) Passivo Permanente (pessoal a pagar)	R\$ 41.711,41	R\$ 48.496,66	(R\$ 6.785,25)
(+) Estoques	R\$ 7.272,05	R\$ 7.713,96	R\$ 441,91
(+) Imobilizado	R\$ 195.346,89	R\$ 238.487,05	R\$ 43.140,16
TOTAL	R\$ 2.805.429,84	R\$ 2.529.208,38	(R\$ 276.221,46)

Fonte: SEMFAZ/CGC

Nota nº 11 – O Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial (ANEXO 14 C) é de R\$ 2.331.504,03 (dois milhões trezentos e trinta e um mil e quinhentos e quatro reais e três centavos). Segue detalhamento abaixo:

Quadro nº 05

ATIVO FINANCEIRO	R\$	2.397.098,09
Caixa e equivalente de caixa	R\$	2.397.098,09
Recurso Ordinário – Recurso Livre Aplicação	R\$	3.524,16

Recurso Vinculado – Recurso Federal	R\$	2.393.573,93	
(-) Passivo Financeiro			R\$ 65.594,06
Restos a pagar			R\$ 65.594,06
Recurso Ordinário – Recurso Livre Aplicação	R\$	3.470,00	
Recurso Vinculado – Recurso Federal	R\$	62.124,06	
(=) Situação Financeira Líquida			R\$ 2.331.504,03

Fonte: SEMFAZ/CGC

- **Recursos Vinculados** são as receitas oriundas de Transferências de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS e rendimentos de Aplicações. Estes Recursos são destinados a programas e serviços específicos.

- **Recursos Ordinários** são as transferências recebidas do município, recursos do Tesouro de livre aplicação.

JOSENITA DUTRA LANA
DIRETORA DE CONTABILIDADE
CRC:008625/O

MARIA SONIA G. REIGOTA FERREIRA
SEC. MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
033.891.878-71

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANA

ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

DEZEMBRO(31/12/2016)

ISOLADO:18 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

Exercício de 2016

1 de 3

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	240.975,06	261.374,14	PESSOAL E ENCARGOS	1.068.616,15	1.127.208,29
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	240.975,06	261.374,14	REMUNERAÇÃO A PESSOAL	935.705,17	960.276,76
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	1.117.619,86	1.667.204,74	ENCARGOS PATRONAIS	104.799,65	99.527,78
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	867.106,34	1.376.507,82	BENEFÍCIOS A PESSOAL	28.111,33	67.051,22
TRANSFERÊNCIAS INTER-GOVERNAMENTAIS	248.513,52	290.696,92	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCA	0,00	352,53
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	2.000,00	0,00	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	566.200,23	1.666.664,14
TOTAL DAS VARIAÇÕES AUMENTATIVAS	1.358.594,92	1.928.578,88	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	185.150,02	364.341,89
RESULTADO PATRIMONIAL (DÉFICIT)	276.221,46	930.875,99	SERVIÇOS	363.846,95	1.288.652,95
TOTAL	1.634.816,38	2.859.454,87	DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	17.203,26	13.669,30
			TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00	65.582,44
			TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	65.582,44
			TOTAL DAS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS	1.634.816,38	2.859.454,87
			TOTAL	1.634.816,38	2.859.454,87

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

(DECORRENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA)

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
INCORPORAÇÃO DE ATIVO	60.343,42	31.511,99
INVESTIMENTOS	60.343,42	31.511,99

NOTA EXPLICATIVA

BASE PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, das informações de natureza patrimonial, orçamentárias, econômica, financeira, legal, física, social, de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações. Com vistas a alcançar os vários segmentos da sociedade e assim proporcionar maior transparência, procurou-se empregar linguagem simples e didática, por meio de demonstrativos e tabelas comparativas. As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com observância aos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº101/2000, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP e demais disposições normativas vigentes.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Demonstração que evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

Nota nº 01 – Composição das Variações Patrimoniais:

Quadro nº 01

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	VALOR
1 - Receita Orçamentária - Renúncias e Aplicações depósitos Bancários	R\$ 240.975,06
2 – Transferências Inter Governamentais – Repasse Fundo a Fundo FNAS	R\$ 248.513,52
3 - Transferências Financeiras Recebidas Intragovernamentais	R\$ 867.106,34
4 – Transferências das Instituições Privadas	R\$ 2.000,00
TOTAL	R\$ 1.358.594,92

Fonte: SEMFAZ/CGC

Quadro nº 02

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	VALOR
1 - Despesa Corrente (Anexo 12) – Balanço Orçamentário (despesa empenhada)	R\$ 1.611.269,78
2 - (-) Estoque no exercício – (Diferença entre estoque exercício 2016 e 2015) Anexo 14	R\$ 441,91
3 - (+) Depreciações Acumulada do Exercício	R\$ 17.203,26
4 - (+) Passivo Permanente registrado no exercício (pessoal a pagar) - anexo 14 (diferença entre exercício 2016 e 2015)	R\$ 6.785,25
TOTAL	R\$ 1.634.816,38

Fonte: SEMFAZ/CGC

O passivo permanente (item 4 – Quadro 02) são os registros das provisões para pagamento de 1/3 de férias, regulamentado pelo Decreto Municipal nº4243/GAB/PMJP/2015, obedecendo ao princípio da competência conforme determina o MCASP.

Nota nº 02 – Confrontando as variações Patrimoniais Aumentativas (quadro 01) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (quadro 02) a entidade apresenta déficits de **R\$ 276.221,46 (duzentos e setenta e seis mil duzentos e vinte e um reais e quarenta e seis centavos)**, conforme registrado no Balanço Patrimonial - Patrimônio Líquido – Anexo 14.

Nota nº 03 - As Variações Patrimoniais Diminutivas podem ser assim discriminadas:

PESSOAL E ENCARGOS (ANEXO 11)	R\$ 1.068.616,15
Renumeração a Pessoal	R\$ 935.705,17
Vencimento e Vantagens Fixas - Anexo 2 (despesas)	R\$ 926.646,17
Desp. Variáveis (horas extras) - Anexo 2 (despesas)	R\$ 2.273,75
Provisão de férias do exercício (1/3) Saldo exercício anterior (-) saldo exercício atual	R\$ 6.785,25
Encargos Patronais - Anexo 2 (despesas)	R\$ 104.799,65
Benefícios a Pessoal	R\$ 28.111,33
Auxílio Alimentação - Anexo 2 (despesas)	R\$ 7.200,00
Indenizações e Restituições - Anexo 2 (despesas)	R\$ 20.911,33
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	R\$ 566.200,23
Uso de Material de Consumo	R\$ 185.150,02
Despesa realizada Material de Consumo (Anexo 02)	R\$ 165.716,93
Despesa realizada Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita (Anexo 02)	R\$ 19.875,00
(-) Estoque no exercício – (Diferença entre estoque exercício 2016 e 2015) Anexo 14	(R\$ 441,91)
Serviços Anexo 11)	R\$ 363.846,95
Diárias Civil - Anexo 2 (despesas)	R\$ 10.450,00
Passagens e Despesas com Locomoção - Anexo 2 (despesas)	R\$ 9.393,40
Outros serviços Terceiros Pessoa Física - Anexo 2 (despesas)	R\$ 59.408,40
Outros serviços Terceiro a Pessoa Jurídica - Anexo 2 (despesas)	R\$ 284.595,15
Depreciação no exercício (Anexo 14 - depreciação acumulada (-) dep. Exerc. anterior)	R\$ 17.203,26
TOTAL DAS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS	R\$ 1.634.816,38

JOSENITA DUTRA LANA
DIRETORA DE CONTABILIDADE
CRC:008625/O

MARIA SONIA G. REIGOTA FERREIRA
SEC. MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
033.891.878-71

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício de 2016

DEZEMBRO/2016

1 de 3

ISOLADO:18 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS	1.563.175,42	2.141.596,09
RECEITAS DERIVADAS	0,00	0,00
Receita Tributária	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00
Outras Receitas Derivadas	0,00	0,00
RECEITAS ORIGINÁRIAS	240.975,06	261.374,14
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Originárias	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades	240.975,06	261.374,14
TRANSFERÊNCIAS	250.513,52	290.696,92
Intergovernamentais	248.513,52	290.696,92
da União	248.513,52	290.696,92
de Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
de Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	0,00	0,00
Outras Transferências	2.000,00	0,00
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	1.071.686,84	1.589.525,03
Ingressos Extra-orçamentários	204.580,50	213.017,21
Transferências Financeiras Recebidas	867.106,34	1.376.507,82
DESEMBOLSOS (Incluídos pagto de RP)	1.813.601,80	3.011.492,47
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO	1.504.221,65	2.698.947,48
ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.504.221,65	2.698.947,48
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS	104.799,65	99.527,78
Intergovernamentais	0,00	0,00

da União	0,00	0,00
de Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
de Municípios	0,00	0,00
FUNDEB (Retenções)	0,00	0,00
Outras Deduções de Receita(Renuncia,Rest,Dese)	0,00	0,00
Intragovernamentais	104.799,65	99.527,78
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	204.580,50	213.017,21
Desembolsos Extra-Orçamentários	204.580,50	213.017,21
Transferências Financeiras Concedidas	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	-250.426,38	-869.896,38

FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	60.343,42	42.611,99
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE	60.343,42	42.611,99
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTOS	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-60.343,42	-42.611,99

FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DE EMPRESAS DEPENDENTES	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL RECEBIDOS	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00

APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	2.707.867,89	3.620.376,26
(+)GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	-310.769,80	-912.508,37
(=)CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	2.397.098,09	2.707.867,89

NOTA EXPLICATIVA

BASE PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, das informações de natureza patrimonial, orçamentárias, econômica, financeira, legal, física, social, de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações. Com vistas a alcançar os vários segmentos da sociedade e assim proporcionar maior transparência, procurou-se empregar linguagem simples e didática, por meio de demonstrativos e tabelas comparativas. As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com observância aos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº101/2000, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP e demais disposições normativas vigentes.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Tem por finalidade apresentar informações sobre os fluxos das transações e eventos que afetaram o caixa da Entidade ao longo de um determinado período, de forma organizada e estruturada por atividades, permitindo melhor compreensão da articulação entre as diversas demonstrações financeiras. Por meio desta demonstração é possível avaliar as alternativas de investimentos e as razões que provocaram as mudanças da situação financeira do governo, as formas de aplicação do resultado superavitário gerado pelas operações e até mesmo os motivos de eventuais déficits.

Nota nº 01 – Ingresso do Fluxo de Caixa das Operações

Os Ingressos no Fluxo de Caixa relacionados às Atividades das Operações são formados pelas Receitas Originárias, Transferências da União e Transferências Intragovernamentais, Transferências das Instituições Privadas e Repasses Financeiros Recebidos – (Recurso Livre).

Nota nº 02 – Desembolsos do Fluxo de Caixa das Operações

Os Desembolsos representam os valores pagos da despesa orçamentária, bem como os restos a pagar processados e não processados.

Nota nº03 - Nos ingressos e desembolsos das operações há o registro da conta **Outros Ingressos Operacionais** que não estão no Modelo apresentado no MCASP. Estas linhas referem-se aos INGRESSOS E DISPÊNDIOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS, tais como consignações (retenções feitas em folha de pagamento) bem como valores retidos na fonte de prestadores de serviços. A necessidade desta informação acessória é manter a integridade dos valores da receita orçamentária recebida, bem como os valores pagos demonstrados por função de governo e que podem ser conferidos com as demais peças que compõem as contas de governo através do SIGAP Contábil. Também com a finalidade de, ao final do demonstrativo, a informação pertencente ao valor do campo CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA, confira com o saldo do mesmo grupo no Balanço Patrimonial. Essa metodologia atendeu orientação da IPC 08-*Metodologia de Elaboração do Demonstrativo dos Fluxos de Caixa* publicada em 23/12/2014, itens 19 e 20, que prevê esta situação

Nota nº 04– Fluxo de Caixas das Atividades de Investimento.

O fluxo de caixa dos investimentos inclui os recursos relacionados à aquisição e à alienação de ativo não circulante, bem como recebimentos em dinheiro por liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos e outras operações da mesma natureza. O Fundo Municipal de Assistência Social de Ji-Paraná-RO não apresentou ingresso de recursos provenientes de investimento, contudo, realizou desembolsos no montante de **R\$ 60.343,42** (sessenta mil trezentos e quarenta e três reais e quarenta e dois centavos) gerando fluxo de caixa líquido de

investimentos negativo.

Nota nº 05 – Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

O fluxo de caixa dos financiamentos inclui os recursos relacionados à captação e à amortização de empréstimos e financiamentos. O Fundo Municipal de Assistência Social de Ji-Paraná-RO não apresentou movimentação nesta conta.

Nota nº 06 – Apuração do Fluxo de Caixa do Período.

Quadro - 01

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL		R\$ 2.707.867,89
(+) GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		R\$ (310.769,80)
Fluxo de caixa líquido das atividades das operações	R\$ (250.426,38)	
Fluxo de caixa líquido das atividades de Investimento	R\$ (60.343,42)	
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento	R\$ 0,00	
(=) CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		R\$ 2.397.098,09

Fonte SEMFAZ/CGC

Quadro nº 02

SALDO FINANCEIRO EXERCÍCIO ANTERIOR		R\$ 2.707.867,89
(+) INGRESSOS		R\$ 1.563.175,42
Receita Originárias (anexo 12) – Renumerações depósitos	R\$ 240.975,06	
Transferências Intergovernamentais - FNAS (anexo 12)	R\$ 248.513,52	
Outras Transferências (transferência instituição privada)	R\$ 2.000,00	
Extra-Orçamentários – consignações	R\$ 204.580,50	
Transferências Recebidas - recurso livre – anexo 13)	R\$ 867.106,34	
(-) DISPÊNDIOS		R\$ 1.873.945,22
Orçamentários – (Anexo – 12) Despesas pagas	R\$ 1.606.019,14	
Extra – Orçamentários – Restos a pagar (anexo 13) (pagos)	R\$ 63.345,58	
Extra-Orçamentários – consignações	R\$ 204.580,50	
(=) DISPONÍVEL DO EXERCÍCIO EM 31/12/2016		R\$ 2.397.098,09

Fonte SEMFAZ/CGC

O saldo Disponível do exercício em 31/12/2016 no valor de **R\$ 2.397.098,09 (dois milhões trezentos e noventa e sete mil e noventa e oito reais e nove centavos)**, concilia com o saldo de Bancos Conta em Movimento, para o exercício seguinte – ANEXO 13, como também coincidem com os saldos existentes no grupo “Circulante” do Balanço Patrimonial – ANEXO 14, nas contas: Caixa e Equivalente de Caixas, o que demonstra sua exatidão.

JOSENITA DUTRA LANA
DIRETORA DE CONTABILIDADE
CRC:008625/O

MARIA SONIA G. REIGOTA FERREIRA
SEC. MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
033.891.878-71

BALANÇO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

DEZEMBRO(31/12/2016)

ISOLADO:10 - Fundo Municipal de Saúde

Exercício de 2016

1 of 6

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c = (b-a)
RECEITAS CORRENTES	27.004.523,32	29.046.785,96	30.215.806,86	1.169.020,90
RECEITA PATRIMONIAL	402.051,44	503.659,67	1.013.644,43	509.984,76
Receitas de Valores Mobiliários	402.051,44	503.659,67	1.013.644,43	509.984,76
TRANSFERENCIAS CORRENTES	26.602.171,88	28.542.826,29	29.202.062,43	659.236,14
Transferências Intergovernamentais	26.602.171,88	28.542.826,29	29.202.062,43	659.236,14
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	300,00	300,00	100,00	-200,00
Indenizações e Restituições	300,00	300,00	100,00	-200,00
RECEITAS DE CAPITAL	1.280.098,75	1.575.497,88	4.285.171,68	2.709.673,80
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	20.400,00	20.400,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	20.400,00	20.400,00	0,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1.280.098,75	1.555.097,88	4.264.771,68	2.709.673,80
Transferências Intergovernamentais	1.280.098,75	1.555.097,88	4.264.771,68	2.709.673,80
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	28.284.622,07	30.622.283,84	34.500.978,54	3.878.694,70
REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I+II)	28.284.622,07	30.622.283,84	34.500.978,54	3.878.694,70
DÉFICIT (IV)			28.233.221,44	
TOTAL (V) = (III+IV)	28.284.622,07	30.622.283,84	62.734.199,98	
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		11.175.496,99	11.175.496,99	
(UTILIZADOS PARA CRÉDITO ADICIONAIS)		0,00	0,00	
Superávit Financeiro		11.175.496,99	11.175.496,99	
Reabertura de Créditos Adicionais		0,00	0,00	

NOTA EXPLICATIVA

Balanço Orçamentário

Demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas e o resultado orçamentário apurado no exercício. No Balanço Orçamentário, são incluídos dois quadros demonstrativos de execução de restos a pagar, um relativo aos restos a pagar não processados, outro relativo aos restos a pagar processados, com o mesmo detalhamento das despesas orçamentárias do Balanço, de modo a propiciar uma análise de execução orçamentária do exercício em conjunto com a execução dos restos a pagar.

Nota nº 01 – De acordo com a movimentação Orçamentária do exercício, os créditos autorizados foram os seguintes:

ALTERAÇÕES DO ORÇAMENTO INICIAL	VALOR (R\$)
DOTAÇÃO INICIAL	53.915.888,96
(+) Créditos Suplementares	18.607.064,76
(+) Créditos Especiais	1.929.025,17
(+) Créditos Extraordinários	0,00
(+) Reformulações Administrativas	7.182.924,61
(-) Anulações de Créditos	6.779.931,17
(-) Anulações das Reformulações	4.681.782,47
(=) Dotação Atualizada	70.173.189,86
(-) Despesa Empenhada	62.734.199,98
(=) Recursos não Utilizados	7.438.989,88

As alterações estão detalhadas no Anexo TC 18 - Quadro Demonstrativo das Alterações Orçamentárias juntada a Prestação de Contas.

Nota nº 02 - DESPESA EXECUTADA POR TIPO DE CRÉDITO

A despesa executada s no exercício de 2016 foi de R\$ 62.734.199,98 (sessenta e dois milhões, setecentos e trinta e quatro mil, cento e noventa e nove reais e noventa e oito centavos), no quadro abaixo está detalhada esta execução por tipo de créditos.

DESPESA EXECUTADA – Alteração do Orçamento Inicial	VALOR (R\$)
Dotação Inicial – Créditos Orçamentários	47.337.722,06
Créditos Suplementares	14.665.371,78
Créditos Especiais	731.106,14
TOTAL	62.734.199,98

Nota nº 03 – UTILIZAÇÃO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO

É resultante da relação entre os créditos adicionais abertos por meio de superávit financeiro e o total do superávit financeiro apurado no exercício anterior, indicando a parcela do superávit financeiro utilizada para abertura de créditos adicionais.

DESCRIÇÃO	2016	2015
1 – Créditos Adicionais (Superávit Financeiro) A	11.175.496,99	8.161.890,96
2 – Superávit Financeiro do exercício anterior B	11.157.593,34	10.556.192,50
3 – Variação % (A/B)	1%	0,77

O quociente de utilização do Superávit Financeiro apurado para o exercício de 2016 demonstra que para cada R\$ 1,00 de Superávit Financeiro, o Fundo Municipal de Saúde utilizou 1% para a abertura de créditos adicionais.

Nota nº 04 - Quanto ao Anexo 02, o valor de R\$ 220,20 (duzentos e vinte reais e vinte centavos) que foi cancelado, são as anulações de restos a pagar processados de 2015, que trata-se de:

VALOR	MOTIVO
220,20	Empresa do Estado de Minas Gerais, encerrou suas atividades, não foi possível localizar os responsáveis para efetuar o pagamento.

Nota nº 05 – RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

É resultante da relação entre a Receita Realizada e a Despesa Empenhada, indicando a existência de superávit ou déficit.

ESPECIFICAÇÃO	2014	2015	2016
	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)
Receita Realizada (A)	27.668.302,39	35.131.821,12	34.500.978,54
Despesa Empenhada (B)	53.624.957,88	59.007.978,00	62.734.199,98
Resultado (A-B)	25.956.655,49	23.876.156,88	28.233.221,44

Fazendo um confronto entre a receita Arrecadada e a Despesa Empenhada apurou-se um déficit no valor de R\$ 28.233.221,44 (vinte e oito milhões, duzentos e trinta e três mil, duzentos e vinte e um reais e quarenta e quatro centavos), se explica devido à execução de despesas vinculadas a recursos de Transferências Financeiras recebidas extra-orçamentária, conforme demonstradas no balanço financeiro, mas que não são consideradas como receita orçamentária no Fundo Municipal de Saúde.

Nota nº 06- A Receita de Capital no valor de R\$ 4.285.171,68 (quatro milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, cento e setenta e um reais e sessenta e oito centavos), refere-se a: R\$ 4.264.771,68 são Investimentos repassados pelo Ministério da Saúde para o Fundo Municipal de Saúde e o valor de R\$ 20.400,00 são recursos de Alienações de Bens.

NEIVA MARIA COLDEBELLA
DRA DE CONTABILIDADE PARA A ÁREA DE
CRC- RO 002617/O

RENATO ANTONIO FUVERKI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE
306.219.179-15

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

DEZEMBRO(31/12/2016)

ISOLADO:10 - Fundo Municipal de Saúde

Exercício de 2016

1 of 3

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	34.500.978,54	35.131.821,12	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	62.734.199,98	59.007.978,00
VINCULADO	34.500.978,54	35.131.821,12	ORDINÁRIO	28.074.927,02	24.390.884,07
ALIENAÇÃO DE BENS	20.656,62	0,00	VINCULADO	34.659.272,96	34.617.093,93
OUTROS RECURSOS ESTADUAIS DESTINADO A SAÚDE	2.485,28	370.403,34	ALIENAÇÃO DE BENS	20.339,91	0,00
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	33.412.214,07	34.761.146,42	OUTROS RECURSOS ESTADUAIS DESTINADO A SAÚDE	23.716,46	1.871,25
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO - SAÚDE	1.065.622,57	271,36	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	33.600.378,12	34.432.462,49
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	28.645.868,62	24.450.839,44	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO - SAÚDE	1.014.838,47	182.760,19
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	28.645.868,62	24.450.839,44	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	11.476.809,68	11.413.313,49
REPASSE RECEBIDO	28.645.868,62	24.450.839,44	RESTOS A PAGAR (PAGOS)	1.252.240,59	2.025.440,86
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	13.217.681,77	10.640.333,42	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	0,00	210.883,24
RESTOS A PAGAR (INSCRIÇÃO)	2.993.112,68	1.252.460,79	RP PROCESSADOS PAGOS	1.252.240,59	1.814.557,62
RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	1.159.439,48	0,00	CONSIGNAÇÕES	10.224.569,09	9.387.872,63
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	1.833.673,20	1.252.460,79	DEPOSITOS RECEBIDOS POR DETERMINAÇÃO JUDICIAL	5.400,00	25.315,72
CONSIGNAÇÕES	10.224.569,09	9.387.872,63	ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES	24.928,23	18.076,32
DEPOSITOS RECEBIDOS POR DETERMINAÇÃO JUDICIAL	5.400,00	25.315,72	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	3.442.686,59	3.205.936,67
ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES	24.928,23	18.076,32	INSS	351.337,02	381.440,07
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	3.442.686,59	3.205.936,67	ISS	357.676,29	246.790,12
INSS	351.337,02	381.440,07	OUTROS CONSIGNATARIOS	456.536,94	304.179,07
ISS	357.676,29	246.790,12	PENSAO ALIMENTICIA	89.487,35	79.145,86
OUTROS CONSIGNATARIOS	456.536,94	304.179,07	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	3.063.501,75	2.840.675,67
PENSAO ALIMENTICIA	89.487,35	79.145,86	RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	135.631,43	127.455,85
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	3.063.501,75	2.840.675,67	RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	2.297.383,49	2.158.857,28
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	135.631,43	127.455,85	SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE	14.563.573,40	12.410.054,13
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	2.297.383,49	2.158.857,28	BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	14.563.573,40	12.410.054,13
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR	12.410.054,13	12.608.351,64	TOTAL	88.774.583,06	82.831.345,62
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	12.410.054,13	12.608.351,64			
TOTAL	88.774.583,06	82.831.345,62			

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ**ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO**

DEZEMBRO(31/12/2016)

Exercício de 2016

2 of 3

NOTA EXPLICATIVA**Balanço Financeiro**

Demonstra a receita e a despesa bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que transferem para o exercício seguinte.

Nota nº 01 – As receitas e despesas orçamentárias estão discriminadas por destinação de recursos, ou seja, ordinária e vinculada. Ordinárias são as Transferências Recebidas – recurso de livre aplicação enquanto que as vinculadas estão de acordo com sua vinculação legal. As despesas evidenciam a finalidade específica da efetiva aplicação dos recursos.

Nota nº 02- As Transferências Financeiras de Cota Financeira Recebida de Outra Entidade - recurso livre refere-se aos valores recebidos do município de acordo com as necessidades do Fundo Municipal de Saúde.

Nota nº 03– MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS À PAGAR

Os restos a pagar compreendem as despesas orçamentárias, empenhadas e não pagas até 31 de dezembro de 2016, a movimentação desta conta registrada no Balanço Financeiro e no Balanço Orçamentário (Anexo I e II) concilia com os valores registrados no Anexo 17 – Demonstrativo da Dívida Flutuante e TC 10 A e TC 10 B – Rol dos Restos a Pagar.

Quadro - 01

Saldo do Exercício Anterior	1.252.460,79
(+) Inscrição	2.993.112,68
(-) Pagamento	1.252.240,59
(-) Cancelamento	20,20
(=) Saldo para o Exercício Seguinte	2.993.112,68

Nota nº 04 – A posição das contas de receitas e despesas financeiras, bem como os saldos discriminados no Balanço Financeiro pode ser assim discriminados:

Quadro - 02

DISPONÍVEL EXERCÍCIO ANTERIOR	12.410.054,13
(+) INGRESSOS	76.364.528,93
Orçamentários	34.500.978,54
Extra-Orçamentários	13.217.681,77
Transferências Recebidas	28.645.868,62
(-) DISPÊNDIOS	74.211.009,66
Orçamentários	62.734.199,98
Extra-Orçamentários	11.476.809,68
Transferências Concedidas	
Perdas e Aplicações Financeiras	
(=) DISPONÍVEL DO EXERCÍCIO EM 31/12/2016	14.563.573,40

O saldo de Caixa e Bancos no valor de R\$ 14.563.573,40 (quatorze milhões, quinhentos e sessenta e três mil, quinhentos e setenta e três reais e quarenta centavos) concilia com os existentes no grupo circulante do Balanço Patrimonial, nas contas disponibilidades: Caixa Equivalente de Caixa, como também coincidem com o Resultado Final do Anexo 18 – Demonstração do Fluxo de Caixa, o que demonstra sua exatidão.

Nota nº 05 – Política de Contabilização das Retenções

Nas retenções feitas em Folha de Pagamento de Servidor, bem como os valores retidos de prestadores de serviços, é adotado o Regime de Competência, ou seja por ocasião da liquidação gera uma obrigação financeira no Passivo Circulante. A despesa orçamentária é considerada pelo seu valor bruto, quando da liquidação. Concomitantemente gera-se um empenho extra orçamentário, que ao ser pago, baixa do Passivo Circulante a obrigação financeira.

Nota nº 06 – APLICAÇÃO EM SAÚDE

A base de cálculo para as transferências financeiras da Saúde, em cumprimento ao Art. 212 da CF, e de acordo com a IN 022/TCE-RO/04, está detalhada no quadro abaixo:

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS (ART.212 DA CF)	VALOR
1 – Receita Própria do Município	35.472.949,37
Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU	3.833.853,67
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	6.448.161,76
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	18.829.961,68
Imposto s/Transmissão inter vivos – ITBI	2.913.601,84
Receita de Dívida Ativa Proventos de Impostos principal, correção monetária, multas e juros)	3.447.370,42
2 – Transferências Estaduais	56.682.532,73
Cota Parte do ICMS	44.570.216,59
Cota Parte do IPVA	12.112.316,14
3 – Transferências Federais	34.989.162,85
Cota Parte do FPM	34.332.771,69
ICMS Desoneração – LC nº 87/96	66.689,60
Cota Parte do ITR	382.161,96
Cota Parte do IPI Exp.	207.539,60
4 – Totais Geral de Impostos (item 1 + 2 + 3)	127.144.644,95
5 - Valores Mínimos para cumprimento do artigo 77 da Constituição Federal (15%) (item 4 x 15%)	19.071.696,74

Fonte: SEMFAZ/CGC

O valor mínimo a ser repassado para saúde seria R\$19.071.696,74. O Município repassou o valor de R\$ 28.645.868,62, atingindo o percentual de 22,08% de aplicação em saúde.

A correta aplicação dos valores em saúde estão evidenciados nesta prestação de contas, através dos anexos da IN nº 022/TCE-RO/04.

Referente as cotas parte FPM estabelecidas pelas Portarias nº 55/2007 e 84/2014 que institui o 1% do FPM de Julho e Dezembro. Estas receitas não compõem a base de cálculo para aplicação em Saúde.

NEIVA MARIA COLDEBELLA
 JRA DE CONTABILIDADE PARA A ÁREA DE
 CRC- RO 002617/O

RENATO ANTONIO FUVERKI
 SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE
 306.219.179-15

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ**ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL**

DEZEMBRO(31/12/2016)

ISOLADO:10 - Fundo Municipal de Saúde

Exercício de 2016

1 de 7

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	20.025.643,66	12.639.996,76	PASSIVO CIRCULANTE	2.707.843,43	2.152.388,84
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	14.563.573,40	12.410.054,13	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS	874.170,23	899.928,05
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	14.563.573,40	12.410.054,13	PESSOAL A PAGAR	874.170,23	899.928,05
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	14.563.573,40	12.410.054,13	PESSOAL A PAGAR	874.170,23	899.928,05
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	4.849.715,38	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	1.603.441,82	1.240.488,17
CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER	4.849.715,38	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZ	1.603.441,82	1.240.488,17
CRÉDITOS DECORRENTES DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	4.849.715,38	0,00	FORNECEDORES NACIONAIS	1.603.441,82	1.240.488,17
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	400,00	1.675,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	230.231,38	11.972,62
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	400,00	1.675,00	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	230.231,38	11.972,62
SUPRIMENTO DE FUNDOS	0,00	800,00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	204.088,38	11.197,62
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL	400,00	875,00	DIARIAS A PAGAR	400,00	775,00
ESTOQUES	611.954,88	228.267,63	CONSÓRCIOS A PAGAR	25.743,00	0,00
ALMOXARIFADO	611.954,88	228.267,63	TOTAL PASSIVO	2.707.843,43	2.152.388,84
MATERIAL DE CONSUMO	141.073,85	91.831,20	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	82.174,42	36.670,05	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	104,00	0,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	39.670.074,88	31.160.659,30
AUTOPEÇAS	8.801,50	22.741,46	RESULTADOS ACUMULADOS	39.670.074,88	31.160.659,30
MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES	371.952,53	67.216,48	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	39.670.074,88	31.160.659,30
MATERIAIS GRÁFICOS	618,00	723,06	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	8.787.518,34	4.299.948,86
MATERIAL DE EXPEDIENTE	7.230,58	9.085,38			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	22.352.274,65	20.673.051,38			
IMOBILIZADO	22.352.274,65	20.673.051,38			

BENS MOVEIS	11.581.399,98	11.296.805,75	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	31.160.659,30	26.860.710,44
BENS DE INFORMÁTICA	908.324,73	773.704,99	AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-278.102,76	0,00
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	2.190.070,73	1.951.734,24	TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	39.670.074,88	31.160.659,30
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	98.588,09	73.281,97	TOTAL	42.377.918,31	33.313.048,14
VEÍCULOS	2.560.948,55	2.365.008,55			
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	5.317.053,33	5.065.569,93			
DEMAIS BENS MÓVEIS	506.414,55	1.067.506,07			
BENS IMÓVEIS	11.422.409,18	9.700.983,42			
BENS DE USO ESPECIAL	5.148.899,24	5.148.899,24			
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	6.273.509,94	4.552.084,18			
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-651.534,51	-324.737,79			
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA – BENS MÓVEIS	-651.534,51	-324.737,79			
TOTAL	42.377.918,31	33.313.048,14			

ATIVO FINANCEIRO	14.563.573,40	12.410.054,13	PASSIVO FINANCEIRO (1.833.673,20)+ Restos não Processado(1.159.439,48)	2.993.112,68	1.252.460,79
ATIVO PERMANENTE	27.814.344,91	20.902.994,01	PASSIVO PERMANENTE	874.170,23	899.928,05
			SALDO PATRIMONIAL	38.510.635,40	31.160.659,30
COMPENSAÇÕES	4.849.715,38	0,00	COMPENSAÇÕES	1.159.439,48	0,00
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CO	4.849.715,38	0,00	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	1.159.439,48	0,00
TOTAL	4.849.715,38	0,00	TOTAL	1.159.439,48	0,00

NOTA EXPLICATIVA**Balanco Patrimonial**

O Balanco Patrimonial é uma demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação que compreendem os atos que possam vir a afetar o patrimônio.

Nota nº 01 – Os Adiantamentos concedidos a Pessoal, é caracterizado por ser um adiantamento de valores a um servidor para futura prestação de contas.

Nota nº 02 – O Valor de 400,00 (quatrocentos reais), refere-se a diárias, liquidadas e não pagas no exercício

Nota nº 03 – ATIVO CIRCULANTE – ESTOQUE

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades. O inventário do estoque foi elaborado de acordo com preceitos que rege a Lei Federal nº 4.320/64 e a Instrução Normativa nº 13/2001 do TCE-RO. Os estoques de almoxarifado foram avaliados e estão registrados ao custo médio ponderado de aquisição. O levantamento físico foi realizado pela Comissão nomeada pelo Decreto Municipal nº 6842/GB/PMJP/2016, no dia 31/12/2016 e todos os itens relacionados encontram-se em bom estado de conservação e devidamente armazenados. As informações contidas no inventário de almoxarifado e registrado na Contabilidade foram extraídas do Sistema de Administração de Almoxarifado. Segue abaixo movimentação da conta estoque do exercício de 2016.

Saldo da Conta Estoque Balanco Patrimonial	Valor
1- Saldo Inicial da Conta Estoque	228.267,63
2- (+) 3.3.9.0.9.1 - Material de Consumo – Sentenças Judiciais – PCASP – 3.3.1.1.1.9.8.0	54.849,85
3- (+) 3.3.9.0.3.0 - Material de Consumo (Anexo 11)	5.771.155,50
4- (+) 3.3.9.0.9.2 - Despesas de Exercícios Anteriores (Anexo 02)	5.043,06
5- (-) Consumo no período (Uso de Material de Consumo na (VPD)	5.447.361,21
6- Saldo Final apurado da Conta Estoque (1+2+3+4-5)	611.954,83
7- Saldo Final da Conta Estoque no Balanco Patrimonial (Anexo 14 e Isolado)	611.954,88

Nota nº 04 – Imobilizado

Compreendem os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a eles os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis, bem como pela dedução da depreciação acumulada. No quadro abaixo é demonstrada a movimentação desta conta no exercício 2016.

CONTA IMOBILIZADO	VALOR
Saldo inicial da conta Imobilizado	20.673.051,38
(+) 4.4.9.0.5.1 – Valor liquidado de Obras e Instalações	1.721.425,76
(+) 4.4.9.0.5.2 – Valor liquidado de Equipamentos e Material Permanente	1.457.562,80
(+) Inscrição Independente da Execução Orçamentária (TC 23)	104.106,00
(-) Baixa Decorrente de Execução Orçamentária (TC 23)	18.100,00
(-) Baixa Independente da Execução Orçamentária	1.256.826,96
(-) Depreciação Acumulada de Bens Móveis	328.944,33
(=) Saldo Final da Conta Imobilizado	22.352.274,65

O valor de R\$ 104.106,00 de inscrição independente da execução orçamentária refere-se a : R\$ 98.106,00 recebido por doação do Estado para o Fundo Municipal de Saúde e R\$ 6.000,00 refere-se a incorporação de Bens que estavam classificados no patrimônio como bens inservíveis que foram incorporados ao patrimônio para venda de bens (Leilão).

O Valor de R\$ 18.100,00 baixa decorrente da execução orçamentária, refere-se a Alienação de Bens, ou seja bens que foram baixados através da realização do Leilão.

Nota nº 05 – Patrimônio Líquido – Ajuste de Exercícios Anteriores

Registra o saldo decorrente de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes. A conta Ajustes de exercícios anteriores apresentou em 2016 um saldo negativo de R\$ 278.102,76 (duzentos e setenta e oito mil, cento e dois reais e setenta e seis centavos).

Este valor foi registrado como perda do ativo imobilizado por ocasião da reavaliação dos Bens que foram leiloados que estavam já sucateados, mas que estavam registrados na Contabilidade por ser valor original. São bens que não foram depreciados pois foram adquiridos antes da data de corte 01/01/2012

Nota nº 06 – Provisões - Passivo Circulante – Pessoal à Pagar

Nesta conta está registrado o valor de R\$ 874.170,23 que se refere à valores provisionados para pagamento de férias, com direito adquirido pelo servidor. Estas informações são fornecidas pela Gerência de Recursos Humanos, que teve como base de cálculo as fórmulas regulamentadas pelo Decreto Municipal nº 4243/2015.

Nota nº 07 – Ativo não Circulante – Depreciação Acumulada de Bens

A metodologia para depreciação de bens foi regulamentada pelo Decreto Municipal nº 1676/2013 e alterado pelo Decreto Municipal nº 4750/2015, Art. 73 a 82. Nesta Conta do Balanco Patrimonial consta

depreciação dos bens móveis, que teve como data de corte 01/01/2013. O registro da Depreciação teve como método a linha reta, ou cotas constantes, em que se utiliza de taxa de depreciação constante durante vida útil do ativo, caso o seu valor residual não se altere.

Nota n° 08— O Superávit Financeiro no Balanço Patrimonial é de R\$ 11.570.460,72 (onze milhões, quinhentos e setenta mil quatrocentos e sessenta reais e setenta e dois centavos) está devidamente detalhado r Anexo 14 C.

ATIVO FINANCEIRO	14.563.573,40
Caixa e Equivalente de Caixa	14.563.573,40
(-) Passivo Financeiro	2.993.112,68
Restos a Pagar	2.993.112,68
(=) Situação Financeira Líquida	11.570.460,72

NEIVA MARIA COLDEBELLA
ORA DE CONTABILIDADE PARA A ÁREA DE
CRC- RO 002617/O

RENATO ANTONIO FUVERKI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE
306.219.179-15

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

ANEXO 14C - BALANÇO PATRIMONIAL

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2016

DEZEMBRO(31/12/2016)

1 of 1

ISOLADO:10 - Fundo Municipal de Saúde

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 82111XXXX)	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
ORDINÁRIO	395.187,98
VINCULADO	11.175.272,74
Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	10.920.103,36
Transferências de Convênios - Saúde	244.366,55
Outros recursos estaduais destinado a Saúde	10.486,12
Alienação de Bens	316,71
TOTAL (SUPERAVIT FINANCEIRO)	11.570.460,72

NEIVA MARIA COLDEBELLA
ORA DE CONTABILIDADE PARA A ÁREA DE
CRC- RO 002617/O

RENATO ANTONIO FUVERKI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE
306.219.179-15

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Exercício de 2016

DEZEMBRO(31/12/2016)

1 of 4

ISOLADO:10 - Fundo Municipal de Saúde

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	1.013.644,43	980.654,72	PESSOAL E ENCARGOS	41.653.045,30	39.537.333,90
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.013.644,43	980.654,72	REMUNERAÇÃO A PESSOAL	36.209.389,45	33.864.734,61
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	67.060.524,11	59.890.522,84	ENCARGOS PATRONAIS	3.054.331,16	3.179.356,54
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	28.645.868,62	24.450.839,44	BENEFÍCIOS A PESSOAL	1.848.354,64	2.347.532,72
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	38.414.655,49	35.439.683,40	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCA	540.970,05	145.710,03
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PA	2.300,00	0,00	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	15.720.822,69	15.970.142,96
GANHOS COM ALIENAÇÃO	2.300,00	0,00	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	5.447.361,16	6.456.320,69
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	320,20	375,14	SERVIÇOS	9.944.517,20	9.297.240,13
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	220,20	0,14	DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	328.944,33	216.582,14
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	100,00	375,00	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	241.315,12
TOTAL DAS VARIAÇÕES AUMENTATIVAS	68.076.788,74	60.871.552,70	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	0,00	241.315,12
TOTAL	68.076.788,74	60.871.552,70	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	919.576,07	822.811,86
			TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	585.933,39	589.527,23
			TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	23.080,68	13.895,63
			TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	310.562,00	219.389,00
			EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	0,00	0,00
			DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PAS	967.657,91	0,00
			REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PI	0,00	0,00
			PERDAS INVOLUNTÁRIAS	967.657,91	0,00
			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	28.168,43	0,00
			DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	28.168,43	0,00
			TOTAL DAS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS	59.289.270,40	56.571.603,84
			RESULTADO PATRIMONIAL (SUPERÁVIT)	8.787.518,34	4.299.948,86
			TOTAL	68.076.788,74	60.871.552,70

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (DECORRENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA)

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
INCORPORAÇÃO DE ATIVO	3.178.988,56	4.362.893,49
INVESTIMENTOS	3.178.988,56	4.362.893,49
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVO	20.400,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS/AMORTIZAÇÃO DE EMPRESTIMOS(RECEITAS)	20.400,00	0,00

NOTA EXPLICATIVA**Demonstração das Variações Patrimoniais**

Evidencia as alterações verificadas no Patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

Nota nº 01 – Composição das Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas

Quadro - 01

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	VALOR
(+) Receita Orçamentária (Anexo 02)	34.500.978,54
(+) Transferência Financeira Recebida Intra - Governamental	28.645.868,62
(+) Convênios firmados com a União a Receber	4.849.715,38
(+) Anulação Restos a Pagar no exercício	220,20
(+) Bens Recebidos em Doações pelo Governo do Estado	98.106,00
(-) Baixa Decorrente de Execução Orçamentária	18.100,00
Total	68.076.788,74

Quadro - 02

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	VALOR
Despesas Correntes	52.564.723,53
Depreciação Acumulada do Exercício – Anexo 15	328.944,33
Uso de Material de Consumo (Anexo15)	5.447.361,16
Desvalorização e Perdas de Ativo (Anexo 15)	967.657,91
Transferências Concedidas de Bens móveis	5.066,29
Suprimento de Fundo e Adiantamentos a Pessoal de 2015,, restituídos e pagos em 2016	1.675,00
(-) Provisão de férias do exercício (1/3) Saldo exercício anterior (-) saldo exercício atual	25.757,82
(-) Diárias à Pagar de 2016	400,00
Total	59.289.270,40

Nota nº 02 - Confrontando as Variações Patrimoniais Aumentativas com as Diminutivas a Entidade apresenta um superávit de R\$ 8.787.518,34 (oito milhões, setecentos e oitenta e sete mil, quinhentos e dezoito reais e trinta e quatro centavos) que está representado do Balanço Patrimonial.

Nota nº 03 – O valor de R\$ 5.066,29 (cinco mil e sessenta e seis reais e vinte e nove centavos), refere-se a Bens Móveis que estavam no Patrimônio do Fundo Municipal de Saúde e foram transferidos conforme Decreto nº 5805/GAB/PMJP/2016 para a Secretaria Municipal de Educação.

Nota nº 04 – Perdas Involuntárias com Imobilizado

O valor de R\$ 967.657,91 (novecentos e sessenta e sete mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e noventa e um centavos) foi baixado do patrimônio por ter sido considerado como bens inservíveis, após análise da comissão responsável pela elaboração do inventário do Município. Os bens baixados foram devidamente relacionados nos Processos Administrativos nº 0060/2016 e 4213/2016, com registro fotográfico demonstrando o seu estado de conservação.

Nota nº 05 – O valor de R\$ 25.757,02 (vinte e cinco mil, setecentos e cinquenta e sete reais e dois centavos), são os registros das provisões para pagamento de 1/3 de férias, regulamentado pelo Decreto Municipal nº4243/GAB/PMJP/2015, obedecendo ao princípio da competência conforme determina o MCASP.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício de 2016

DEZEMBRO/2016

1 of 4

ISOLADO:10 - Fundo Municipal de Saúde

FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS	69.078.139,13	62.828.267,97
RECEITAS DERIVADAS	0,00	0,00
Receita Tributária	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00
Outras Receitas Derivadas	0,00	0,00
RECEITAS ORIGINÁRIAS	1.013.744,43	981.029,72
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Originárias	100,00	375,00
Remuneração das Disponibilidades	1.013.644,43	980.654,72
TRANSFERÊNCIAS	29.202.062,43	28.042.401,40
Intergovernamentais	29.202.062,43	28.042.401,40
da União	28.713.382,26	27.671.998,06
de Estados e Distrito Federal	488.680,17	370.403,34
de Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	0,00	0,00
Outras Transferências	0,00	0,00
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	38.862.332,27	33.804.836,85
Ingressos Extra-orçamentários	10.216.463,65	9.353.997,41
Transferências Financeiras Recebidas	28.645.868,62	24.450.839,44
DESEMBOLSOS (Incluídos pagto de RP)	68.440.670,92	64.583.337,14
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO	55.084.495,36	52.257.745,69
SAÚDE	55.084.495,36	52.257.745,69
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS	3.139.711,91	2.971.594,04
Intergovernamentais	8.455,68	5.645,63
da União	8.455,68	5.645,63
de Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
de Municípios	0,00	0,00
FUNDEB (Retenções)	0,00	0,00
Outras Deduções de Receita(Renuncia,Rest,Desc)	0,00	0,00
Intragovernamentais	3.131.256,23	2.965.948,41
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	10.216.463,65	9.353.997,41
Desembolsos Extra-Orçamentários	10.216.463,65	9.353.997,41
Transferências Financeiras Concedidas	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	637.468,21	-1.755.069,17

FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS	20.400,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	20.400,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	2.769.120,62	4.551.618,34
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.769.120,62	4.551.618,34
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTOS	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-2.748.720,62	-4.551.618,34

FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS	4.264.771,68	6.108.390,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DE EMPRESAS DEPENDENTES	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL RECEBIDOS	4.264.771,68	6.108.390,00
DESEMBOLSOS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	4.264.771,68	6.108.390,00

APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	12.410.054,13	12.608.351,64
(+)GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	2.153.519,27	-198.297,51
(=)CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	14.563.573,40	12.410.054,13

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
DEZEMBRO/2016

Exercício de 2016

3 of 4

NOTA EXPLICATIVA

Demonstração de Fluxos de Caixa

Tem a finalidade de apresentar informações sobre os fluxos das transações e eventos que afetaram o caixa da Entidade ao longo de um determinado período, de forma organizada e estruturada por atividades, permitindo melhor compreensão da articulação entre as diversas demonstrações financeiras. Por meio desta demonstração é possível avaliar as alternativas de investimentos e as razões que provocam as mudanças da situação financeira do governo, as formas de aplicação do resultado superavitário gerado pelas operações e até mesmo os motivos de eventuais déficits.

Nota nº 01 – Ingressos do Fluxo de Caixa das Operações

Os Ingressos no Fluxo de Caixa relacionados às Atividades das Operações são formados pelas Receitas Originárias, Transferências da União e Estado e Transferências Intra-governamentais (Repasses Financeiros Recebidos – Recurso livre).

Nota nº 02 – Desembolso de Fluxo de Caixa das Operações

Os desembolsos representam os valores pagos da despesa orçamentária, bem como os restos a pagar processados e não processados.

Nota nº 03 – Nos ingressos e desembolsos das operações foi acrescentado a conta **Outros Ingressos Operacionais** que não estão no modelo apresentado no MCASP e na IPC 08. Estas linhas refere - se aos INGRESSOS E DISPÊNDIOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS, tais como recebimento de Caução, Consignações, Depósitos Judiciais e outros depósitos. A necessidade desta informação acessória é manter a integridade dos valores da receita orçamentária recebida, bem como os valores pagos demonstrados por função de governo e que podem ser conferidos com as demais peças que compõem as contas de governo através do SIGAP Contábil. Também com a finalidade de ao final do demonstrativo, a informação pertencente ao valor do campo CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA, confira com o saldo do mesmo grupo no Balanço Patrimonial. Essa metodologia atendeu orientação da IPC 08 – Metodologia de Elaboração do Demonstrativo dos Fluxos de Caixa, publicado em 23/12/2014, nos itens 19 e 20, que previa esta situação

Nota nº 04 – Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos

Inclui recursos relacionados à aquisição e à alienação de ativo não circulante, bem como recebimentos em dinheiro por liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimo concedidos e outras operações da mesma natureza.

O valor de R\$ 20.400,00, foram os ingressos de Alienação de Bens referente ao Leilão de Bens móveis realizado no Município, regulamentado pelo Decreto nº 4781/2015 e Edital do Leilão Público nº 001/2016, normatizado através do Processo Administrativo nº 4715/2014.

Nota nº 05 – Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

São recursos relacionados a Transferências de Capital recebidas oriundos de Convênios firmados com a União.

Nota nº 06 – Apuração do Fluxo de Caixa no Período

Quadro - 01

CAIXA EQUIVALENTE DE CAIXA		12.410.054,13
(+) GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		2.153.519,27
Fluxo de caixa líquido das atividades das operações	637.468,21	
Fluxo de caixa líquido das atividades de Investimento	(2.748.720,62)	
Fluxo de caixa líquido das atividades de Financiamento	4.264.771,68	
(=)CAIXA EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		14.563.573,40

Quadro nº 02

DISPONÍVEL INÍCIO EXERCÍCIO		12.410.054,13
(+) INGRESSOS		73.371.416,25
Orçamentário – Anexo 12	34.500.978,54	
Extra-Orçamentário - Anexo 13 (Consignações)	10.224.569,09	
Transferências Recebidas – Anexo 13	28.645.868,62	
(-) DESEMBOLSOS		71.217.896,98
Orçamentário – Anexo 12	59.741.087,30	
Extra-Orçamentário - Anexo 13 (incluso os restos a pagar pagos)	11.476.809,68	
(=)DISPONÍVEL DO EXERCÍCIO EM 31/12/2016		14.563.573,40

ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 006/SRP/CGM/2.017.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/CPL/PMJP/2017.

PROCESSO: Nº 1-1161/2017 - SEMAD.

LEGALIDADE: Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações, Decreto Federal nº 7892/2.013 e Decretos Municipais n. 3522/2014.

FINALIDADE DE REGISTRO DE PREÇOS: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de administração, gerenciamento e controle de manutenção preventiva e corretiva da frota veicular da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná através da Secretaria Municipal de Administração, com período de consumo previsto por 12 (doze) meses, conforme Termo de Referência (fls. 05/56) e **EDITAL DE LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/CPL/PMJP/2017**, (fls. 69/101).

Empresa Detentora do Registro: **BRASILCARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA**, CNPJ nº 03.817.702/0001-50, Rua Rosulino Ferreira Guimarães, 839, Centro, Rio Verde/GO. (fone: 64 2101 5500), neste ato representado pelo Sr. Dário da Costa Barbosa Junior, Empresário, brasileiro, RG 750.371SSP/GO e CPF 236.941.001-34, fls. 149.

Aos 07(sete) dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete, às 10 horas na sala da Controladoria Geral do Município da Prefeitura do Município de Ji-Paraná, situada à Av. Dois de Abril, 1701 – Bairro Urupá – Ji-Paraná-RO, neste ato representado, conforme determina o art. 14, parágrafo único do Decreto nº 3522/14: Elias Caetano da Silva, Controlador Geral Município, aprecia e determina a lavratura da presente Ata de Registro de Preços sob n. 006/SRP/CGM/2.017, tendo como licitante homologada e adjudicada a empresa acima qualificada. Tendo os presentes acordado com a classificação, resolvem REGISTRAR O PREÇO do serviço de administração, gerenciamento e controle da manutenção preventiva da frota veicular, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, conforme Termo de Referência/Anexos, fls. 04/10; Cotação de Preço, fls. 11/16; Autorização do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, fls. 19; Aviso e Edital de Licitação do Pregão Eletrônico/Anexos fls. 23/55; Parecer Jurídico nº 1762/PGM/PMJP/2015, fls. 156; Publicações, fls. 57/65; Propostas, fls. 70; Habilitação, 71/101; Resultado por fornecedor, fls. 103; Ata de Realização e Adjudicação do Pregão Eletrônico nº 190/2015-CPL/PMJP/RO, de 14/12/15, fls. 104/109; Parecer nº 1833/PGM/PMJP/2015, fls. 111/112; Termo de Homologação do Pregão Eletrônico nº 190/2015, fls. 113.

1 - DO OBJETO:

1.1 - Registro de Preço para eventual Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de administração, gerenciamento e controle da manutenção preventiva e corretiva de veículos, fornecimento de peça e acessórios genuínos ou originais de reposição e transporte por guincho, com implantação e operação de sistema informatizado e integrado para gestão de frota, por meio de internet, através de rede de estabelecimentos credenciados, mediante a utilização de sistema informatizado e de recursos tecnológicos para atender a frota oficial automotiva e a máquinas pesadas da Administração Municipal para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná, com período de consumo previsto por 12 (doze) meses, conforme Termo de Referência e Edital de Licitação;

1.2 - As aquisições decorrentes do objeto da Ata de Registro de Preços serão requeridas pela unidade orçamentária requisitante, que atuará as solicitações em processo administrativo devidamente identificado, e encaminhará, em seguida, para Controladoria Geral do Município;

1.2.1 - As requisições serão encaminhadas à Controladoria Geral do Município, contendo: Descrição do material/serviço requisitado e quantidade; Consumo médio mensal e quantidade existente em estoque; Assinatura do requisitante e do ordenador de despesa.

2 - DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO:

2.1 - A Controladoria Geral do Município em comum acordo com a DETENTORA estabelecerá o mais adequado meio de comunicação do pedido, admitindo também o uso de telefone, fac-símile, e-mail, desde que:

Seja perfeitamente identificada a requisição e o servidor responsável pela mesma; O servidor da Secretaria de origem, competente para o pedido deverá ser prévia e formalmente designado para acompanhar a execução da Ata.

3 - DO CONTROLE DAS REQUISIÇÕES:

3.1 - Ao receber as requisições a Controladoria Geral do Município anotar e gerenciará o pedido no controle de requisições (item 1.1 – DO OBJETO);

3.2 - O executor da Ata fará as recomendações necessárias aos órgãos com vistas ao cumprimento dos prazos de requisições, pagamento, atesto ordem de liquidação, de acordo com o art. 5º, § 3º da Lei Federal 8.666/93.

4 - VALOR ESTIMADO E VALORES DE REFERÊNCIA

4.1 - O custo estimado global da presente contratação é de R\$ 1.217.475,00 (Um milhão, duzentos e dezessete mil e quatrocentos e setenta e cinco reais).

4.2 - O valor máximo mensal da contratação é de R\$ 101.456,25 (Cento e um mil quatrocentos e cinqüenta e seis reais e vinte e cinco centavos).

4.3 - O custo estimado da contratação e os respectivos valores máximos foram apurados mediante levantamento de valores alocados na LOA de 2.017 de cada unidade orçamentária:

4.4 - Manutenção de Equipamentos e Veículos (aquisição de peças e prestação de serviços)

– DO CONTROLE E DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

5.1 – O órgão deve acompanhar e fiscalizar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, por meio de um representante especialmente designado, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

5.2 - O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

5.3 - A fiscalização contratual dos serviços continuados deverá seguir o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa nº 02, de 30 de abril de 2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no que couber, sem prejuízo de outras medidas que o órgão julgar necessárias, de acordo com a especificidade do objeto e do local.

5.4 - A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios

previstos no Termo de Referência, em especial aqueles relativos aos índices de produtividade.

5.5 - O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.6 - A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

5.7 - O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais e comunicando a autoridade competente, quando for o caso, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do artigo 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.8 - A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

6– DA REDE CREDENCIADA:

6.1 - Poderão ser credenciadas as empresas – pessoa jurídica – que possua instalações próprias e profissionais aptos para prestar os serviços indicados no item 10.38 (Termo de referência), desde que atendidos os requisitos exigidos neste instrumento;

6.2 - As empresas deverão possuir CNPJ, Conta jurídica, computador, impressora, telefone, acesso à internet e emissão de nota fiscal, preferencialmente, eletrônica.

6.2.1 - Quando o estabelecimento não possuir nota fiscal eletrônica, será aceita a nota fiscal tradicional;

6.2.2 - A Credenciada deverá entregar mensalmente, junto às notas fiscais dos serviços realizados, demonstrativo de compras, discriminando o valor de peças adquiridas, serviços prestados, descontos praticados, com consolidação financeira dos serviços executados;

6.2.3 - Deverão acompanhar mensalmente as Notas Fiscais: a Certidão de Regularidade Fiscal do FGTS, a Certidão Negativa de Débito Federal e a Certidão Negativa Trabalhista, as quais devem estar válidas;

6.2.4 - O Fiscal do Contrato deverá atestar as Notas Fiscais, bem como as Certidões enviadas pelas credenciadas e, após, encaminhará ao setor competente;

6.3 - Não poderão participar no credenciamento os interessados que estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos III e IV, do art. 87 da Lei nº 8.666/93;

6.4 - Não estabelecer diferenciação entre pagamento através do sistema informatizado e pagamento à vista;

6.5 - Oferecer garantia mínima, conforme item 4.16 (termo de referência), pelos serviços executados;

6.6 - Oferecer garantia de peças e acessórios de acordo com o fabricante;

6.7 - Utilizar peças, materiais e acessórios originais ou genuínos não podendo valer-se de itens reconicionados ou similares, salvo nos casos excepcionais com autorização formal do Gestor do contrato;

6.8 - Dispor de área física adequada à prestação dos serviços de manutenção, conforme item 6.11 (termo de referência);

6.9 - Responsabilizar-se pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, em casos de dolo ou culpa;

6.10 - Executar os serviços solicitados com pessoal qualificado, mediante o emprego de técnica e ferramenta adequados, devendo os veículos ser devolvidos para a CONTRATANTE em perfeitas condições de funcionamento;

6.11 - Reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e/ou refazer, prioritariamente e exclusivamente, e por sua custa e risco, no todo ou em parte e dentro de um prazo não maior que o original, as peças substituídas ou os serviços executados com vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas, imperfeições ou recusados pelo cliente, decorrente de sua culpa, inclusive por emprego de mão de obra, acessórios ou materiais impróprios ou de qualidade inferior, sem que tal fato possa ser invocado para justificar qualquer cobrança adicional, a qualquer título, mesmo nas aquisições e serviços recebidos pela CONTRATANTE, mas cujas irregularidades venham a surgir quando da aceitação e/ou dentro do prazo de garantia;

6.12 - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

6.13 - Responder por danos e desaparecimento de bens materiais e avarias (equipamentos e acessórios) causados por seus empregados, prepostos ou terceiros sob a sua responsabilidade;

6.14 - Não aplicar materiais e serviços sem prévia autorização da CONTRATANTE;

6.15 - Disponibilizar local adequado para inspeção prévia de todas as peças a serem substituídas nos veículos, fornecendo a relação das mesmas e os seus respectivos códigos, que serão verificados pela CONTRATANTE, e efetuar a entrega das mesmas após a substituição.

6.16 - Enviar para a CONTRATANTE pela internet, através do sistema eletrônico, no prazo máximo de 48 horas, orçamento dos serviços necessários a serem aplicados no veículo, com a relação das peças, componentes e materiais a serem trocados, bem como o volume de tempo previsto para a realização do conserto, indicando o custo do homem/hora a ser empregado, para aprovação da CONTRATANTE sempre que solicitado;

6.16.1 - A credenciada que não enviar seu orçamento no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas será desconsiderada pelo Gestor do Contrato.

6.17 - Responder por danos, perdas ou prejuízos causados ao CONTRATANTE, por dolo ou culpa.

6.18 - A fornecedora credenciada deverá remeter as notas fiscais as unidades administrativas, da prefeitura de Ji-Paraná, Secretaria municipal de Administração, referente ao serviço efetuado, consoante detalhamento do fornecimento e/ou serviço prestado, incluindo o custo da mão de obra, homem/hora (em sendo o caso), até 05 (cinco) dias antes do fechamento da fatura da contratada, sob pena de os respectivos valores serem pagos somente na próxima fatura;

6.19 - Além da obrigação descrita no subitem anterior, a fornecedora credenciada deverá remeter à Contratada, por determinação do TCER, cópia simples das Notas Fiscais, constando detalhamento do fornecimento e/ou serviço prestado, incluindo o custo da mão de obra, homem/hora (em sendo o caso), visando à comprovação da despesa, para a realização do pagamento;

6.20 - A Credenciada deverá declarar, sob as penas da lei, que não utiliza a mão-de-obra de menores, nas idades e condições elencadas no inciso XXXIII, art. 7º da CF.

7 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1 - O pagamento será efetuado pelo Contratante à Contratada, em parcelas mensais e consecutivas, por meio de Ordem Bancária, em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura (devidamente atestada pela Comissão responsável pelo seu recebimento/fiscalização), relativa aos serviços consumidos.

7.2 - Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o montante de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) deverão ser efetuados no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

7.2.1 - A frequência do pagamento será mensal.

7.3 - A Contratada deve reembolsar às empresas credenciadas pelos serviços executados, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data do recebimento do pagamento efetuado pela Administração e posteriormente comunicar a Contratante do reembolso efetuado às credenciadas no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar do reembolso.

7.4 - O não pagamento à rede credenciada autorizará a Administração a reter os pagamentos devidos à contratada, até a devida comprovação da quitação de todos os débitos, sem prejuízo do direito da promoção de ação penal de apropriação indébita.

7.5 - A Administração pagará mensalmente à Contratada o valor total dos itens consumidos e dos serviços efetivamente executados de manutenção dos veículos, na forma estabelecida no contrato, incluído nesse total o valor de peças de reposição utilizadas e demais itens indicados no Termo de Referência, e o valor correspondente ao Custo de Administração.

7.5.1 - O valor correspondente ao Custo de Administração será calculado aplicando-se o percentual fixo definido na licitação sobre o valor total dos produtos e serviços indicados na fatura.

7.6 - Na fatura deverá ser destacado o serviço prestado pela Contratada, remunerado por custo de administração, no qual se aplica o imposto municipal sobre prestação de serviços de qualquer natureza (ISS), e os serviços e fornecimentos efetuados pela rede credenciada, os quais serão repassados à Contratada como ressarcimento ao pagamento efetuado à rede credenciada, obedecendo-se ao que prescreve a legislação tributária, para esses casos.

7.7 - Não será concedido reajuste sobre o valor do custo de administração, durante o prazo de vigência do contrato;

7.8 - As notas fiscais da Contratada, encaminhadas para pagamento, sejam acompanhadas de cópias das notas fiscais emitidas pelas credenciadas prestadoras de serviços, em que constará o detalhamento do fornecimento e/ou serviço prestado, incluindo o custo de mão de obra – homem/hora – quando for o caso, acompanhadas da comprovação do adimplemento das obrigações trabalhistas e sociais das mesmas, e devidamente atestadas na origem, as quais deverão coincidir no cálculo total com o percentual da taxa de administração faturada pela Contratada, sendo esta uma condição indispensável para pagamento

8 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

8.1 - Os serviços registrados serão recebidos pela Comissão de Fiscalização, designada pela Secretaria interessada para conferir e certificar o recebimento do serviço, nos termos do inciso XIII, itens, do Decreto n. 6933/GAB/PMJP/2017;

8.2 - Não será admitida a entrega de serviço pela DETENTORA sem que esta esteja de posse da respectiva Nota de Empenho;

8.3 - A aceitação definitiva dar-se-á, quando a Nota Fiscal for atestada por servidor/comissão devidamente credenciada e liberado canhoto de recebimento.

9. OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

9.1 - A Contratada prestará os serviços objeto desta licitação, cuja abrangência estende-se a todas as Residências Regionais, Usinas e Coordenadoria de Ações Urbanísticas integrantes da Prefeitura de Ji-Paraná, em caráter contínuo, de acordo com as especificações e normas requeridas, utilizando recursos tecnológicos apropriados, devendo dispor, para tal, da infraestrutura e equipe técnica exigidas.

9.2 - Será de inteira responsabilidade da Contratada todo o investimento necessário à implantação do sistema, tais como: instalação, gravação e transmissão de dados, migração, backup, segurança, credenciamento da rede de empresas fornecedoras, manutenção do sistema e treinamento do pessoal e fornecimento de manuais de operação.

9.3 - A Contratada deverá assinar o contrato em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da convocação, prorrogáveis pelo mesmo período quando devidamente justificado, bem como fornecer, em até 15 (quinze) dias contados da assinatura do contrato, relação completa das oficinas conveniadas e comunicar ao Contratante qualquer acréscimo ou supressão ocorrida.

9.4 - A Contratada obriga-se a executar os serviços objeto desta licitação de acordo com as especificações e normas requeridas, utilizando ferramental e recursos humanos e tecnológicos apropriados, devendo dispor de infraestrutura e equipe técnica exigidas.

9.5 - A Contratada deverá fazer uma apresentação ilustrativa do funcionamento da senha e dos protocolos de atendimento a serem observados no ambiente web em até 10 (dez) dias da ordem de execução dos serviços a ser expedida pela Secretaria Municipal de Administração, no local e horário a serem determinados pela contratante.

9.6 - A Contratada deverá fornecer manual explicativo para utilização dos sistemas de atendimento no ambiente web abrangendo todos os perfis e configurações de menus de acesso e consolidação de dados, na quantidade a ser definida pela Secretaria Municipal de Administração, conforme a necessidade.

9.7 - O estabelecimento credenciado deverá responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados à Contratante, por dolo ou culpa, bem como por aqueles que venham a ser causados por seus prepostos, em idênticas hipóteses.

9.8 - O estabelecimento credenciado responsabilizar-se-á pela guarda e segurança dos veículos enviados para manutenção nas oficinas/concessionárias credenciadas, ressarcindo ao município de Ji-paraná quaisquer danos que venham a ocorrer a esse, para os quais não tenha concorrido a Contratante.

9.9 - A Contratada deverá nomear e manter preposto para representá-la perante a Contratante e assisti-la em todas as questões relativas à execução do contrato.

9.10 - A Contratada se responsabilizará pela permanente manutenção da validade da documentação: Jurídica, Fiscal, Técnica e Econômico-Financeira da empresa, assim como pela atualização de formação de seus profissionais.

9.11 - A Contratada deverá manter sob a sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da execução completa e eficiente do contrato, inclusive de todos os elementos necessários à manutenção e o correto funcionamento dos sistemas empregados.

9.12 - A Contratada deverá gerar, em base mensal, Nota Fiscal única para a unidade gestora, com a consolidação financeira dos serviços efetuados, acompanhadas do relatório das transações efetuadas pela rede credenciada, no período de referência.

9.13 - A Contratada deverá entregar mensalmente a nota fiscal, demonstrativo de compras, discriminando o valor de peças adquiridas, serviços prestados, descontos praticados e/ou custo de administração se houver, com consolidação financeira dos serviços executados, acompanhada da Certidão de Regularidade Fiscal do FGTS e a Certidão Negativa de Débito do INSS devidamente válidas, ao Fiscal do Contrato que a atestará e encaminhará ao setor competente.

9.14 - A Contratada deverá acatar todas as orientações da Contratante, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, no escopo do Contrato, prestando, por escrito, todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, obrigando-se, ainda, a atender prontamente a todas as reclamações atinentes, a quaisquer aspectos da execução contratual.

9.15 - A Contratada, independentemente da atuação do Fiscal do Contrato, não se eximirá de suas responsabilidades quanto à execução dos serviços, responsabilizando-se pelo fiel cumprimento das obrigações constantes no Termo de Referência.

9.16 - A Contratada deverá manter durante a vigência do contrato as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando, sempre que exigido, os comprovantes de regularidade fiscal.

9.17 - A Contratada deverá, sempre que lhe for exigido, apresentar os comprovantes de regularidade fiscal da empresa, em conformidade ao artigo 195, § 3º da Constituição Federal.

9.18 - A Contratada assumirá, como exclusivamente seus, os riscos e despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações contratadas.

9.19 - A Contratada deverá fornecer tantas senhas quantos forem solicitadas, além da previsão inicial, pela Secretaria Municipal, sem qualquer ônus adicional.

9.20 - Será exigida a prestação de garantia pela CONTRATADA, como condição para a assinatura do contrato, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, nas modalidades previstas no Edital, observados os demais requisitos ali estabelecidos.

9.21 - A Contratada deverá recompor o valor da garantia contratual sempre que a anterior vença ou tenha o seu valor reduzido em razão de aplicação de quaisquer penalidades, ou ainda sempre que ocorrer modificação no valor do contrato, durante a sua vigência.

9.22 - À Contratada serão vedados, sob pena de rescisão e aplicação de qualquer outra penalidade cabível, a divulgação e o fornecimento de dados e informações referentes aos serviços objeto do contrato.

9.23 - A Contratada não poderá se valer do contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito a serem auferidos em função dos serviços prestados, em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização da Prefeitura de Ji-Paraná.

9.24 - A Contratada responderá civil e administrativamente, sem prejuízo de medidas outras que possam ser adotadas, por quaisquer danos causados à Administração Pública, ou a terceiros, em razão da execução dos serviços.

9.25 - O estabelecimento credenciado obriga-se a reparar, corrigir, substituir, total ou parcialmente, às suas expensas, serviços objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes de execução irregular, de emprego de equipamentos inadequados ou não correspondentes às especificações.

9.26 - A Contratada deverá facilitar a ação de fiscalização da Secretaria Municipal de Administração, fornecendo informações ou promovendo acesso à documentação dos serviços em execução, e atendendo prontamente às observações e às exigências por ela apresentadas.

9.27 - A Contratada obriga-se a atender com presteza as reclamações sobre a qualidade dos serviços executados, inclusive eventuais falhas em seu sistema, providenciando a sua imediata correção, sem ônus para a Administração.

9.28 - A Contratada deverá aceitar auditoria nos seus controles e documentação fiscal referentes aos serviços por parte de representante designado da Administração.

9.27 - A Contratada se responsabiliza pelo fiel e pontual pagamento à rede credenciada, em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Prefeitura de Ji-Paraná, pelos serviços prestados e fornecimento de peças e acessórios originais aos veículos pertencentes à sua frota oficial.

9.29 - São da exclusiva responsabilidade da Contratada todas as despesas com:

9.30 - Disponibilidade de todos os equipamentos necessários à execução dos serviços, nos termos descritos neste Termo de Referência; Operação e controle dos sistemas web utilizados, o que inclui todos os recursos técnicos, materiais e humanos;

9.31 - Manutenção permanente de modo a não incorrer na descontinuidade dos serviços;

9.32 - Todas as despesas com custos diretos e indiretos requeridos para a execução dos serviços objeto do Contrato.

9.33 - A Contratada deverá treinar e capacitar os servidores indicados pela Contratante a utilizar todos os recursos do sistema;

9.34 - A Contratada deverá disponibilizar senhas, bloqueio e desbloqueio, além dos demais serviços inerentes ao objeto do contrato;

9.35 - Cadastrar, em caso de veículo dentro da garantia de fábrica, concessionárias para a execução do referido serviço, em havendo mais de uma na região será proporcionada a livre concorrência, como nos veículos fora de garantia;

9.36 - Durante toda a execução do contrato, deverão ser mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.37 - Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

9.38 - Prestar aos veículos da CONTRATANTE os seguintes serviços, através dos estabelecimentos credenciados e conforme termo de referência:

assistência mecânica;
manutenção corretiva e preventiva;
revisão;
assistência e reparos no sistema elétrico;
lanterna em geral, pintura e funilaria;
substituição e instalação de peças e acessórios (utilizando-se obrigatoriamente preços de mercado);
vidraçaria, capotaria e tapeçaria;
reboque de veículos 24 horas;
chaveiro;
serviços de borracharia.

9.39 - Permitir ao servidor credenciado pela CONTRATANTE fiscalizar os serviços objeto deste contrato, que tiverem sendo executados sob sua responsabilidade, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas, podendo o mesmo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço ou fornecimento de material que não esteja de acordo com as normas, especificações e técnicas usuais, ou que atentem contra a segurança dos usuários ou de terceiros;

9.40 - Fornecer através da rede credenciada à CONTRATANTE, bem como utilizar no serviço de reposição de peças em seus veículos, peças e acessórios originais ou genuínos, novas e de primeiro uso, não podendo valer-se, em nenhuma hipótese, de itens reconicionados, excetuando-se nos casos de viaturas fora de linha de fabricação de peças novas;

9.41 - Exigir que o estabelecimento credenciado devolva à CONTRATANTE, através do condutor do veículo em manutenção, as peças, materiais e acessórios que forem substituídos por ocasião dos reparos realizados;

9.42 - Fornecer ao Setor Administrativo da contratante todo o material e documentação técnica necessária para a perfeita administração e acompanhamento do Contrato, tais como códigos de peças, tabela de preços do fabricante (TMO), códigos e rotinas de operação, planos de manutenção recomendados pela fábrica, a Lista ou Tabela de Tempo de Serviço e reparos, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a solicitação formal;

9.43 - A Contratada deverá exigir que o estabelecimento credenciado forneça à mesma, cópia simples da nota fiscal referente ao serviço efetuado, constando detalhamento do fornecimento e/ou serviço prestado, incluindo o custo da mão-de-obra – homem/hora (em sendo o caso), sob pena de não serem computadas as faturas dos serviços que tiverem sido realizados e não forem enviadas dentro do prazo de fechamento da sua Nota Fiscal, sendo que, nesse caso, a Credenciada deverá aguardar novo encerramento de fatura;

9.44 - A rede credenciada NÃO poderá colar nas viaturas decalques ou adesivos com propaganda própria da CONTRATADA ou de terceiros;

9.45 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração;

9.46 - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.47 - Repassar, ao final do contrato, à Contratante ou a quem ela determinar, todos os dados históricos dos veículos que receberam manutenção, de forma que esses dados possam ser migrados para sistema próprio da prefeitura de Ji-Paraná ou por ele contratado;

9.48 - Para efeito de ampliação da rede credenciada, a Contratada, efetuará chamamento público, convocando as empresas fornecedoras ou prestadoras de serviço do ramo, através da divulgação de aviso, publicado no Diário Oficial do Município, em jornal de circulação estadual e em página oficial na internet, pelo menos a cada 03 (três) meses, sendo o primeiro chamamento publicado até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato;

9.49 - A Contratada deverá franquear, quando solicitado, inclusive aos órgãos de controle, acesso ao sistema de gerenciamento da frota a fim de que, por meio de auditoria, seja aferida a fidedignidade de suas informações.

10. OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JIPARANÁ

10.1 - Gerenciar a ata de registro de preço.

10.2 - A fiscalização do recebimento dos serviços ficará a cargo de cada unidade orçamentária, requisitante do empenho;

10.3 - Emitir documentos de fornecimentos previstos no contrato, notificando o prestador dos serviços para recebê-los.

10.4 - Prestar as informações e esclarecimento que eventualmente venham a ser solicitados pelo contratado e que digam respeito ao objeto deste termo.

10.5 - Notificar o contratado, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do objeto, fixando prazo para a sua correção.

10.6 - Promover o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado, de forma que sejam mantidas as condições de habilitação exigidas na licitação.

10.7 - Proceder à conferência da Nota fiscal/fatura, atestando no corpo desse documento o fornecimento do serviço.

11 - DA REVISÃO DE PREÇOS:

11.1 - Os preços pactuados serão fixos e irrevogáveis no prazo de vigência desta Ata.

12 - DAS MULTAS:

12.1 - Além das sanções previstas no capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, a DETENTORA estará sujeita às penalidades a seguir discriminadas:

12.1.1 - Pela recusa em retirar a ordem de fornecimento e a nota de empenho, bem como assinar o contrato de fornecimento (quando exigível), multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato;

12.1.2 - Pelo atraso de cada fornecimento, sem justificativa aceita pela Unidade, multa diária de 0,5(meio

ponto percentual) sobre o valor da parcela em atraso. A partir do 15º dia de atraso, configurar-se-á inexecução total ou parcial do contrato, com as consequências daí advindas;

13.1.3 - Pela inexecução parcial, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parcela dos materiais não entregues ou entregues em desacordo com as especificações técnicas;

12.1.4 - Pela inexecução total de ajuste, caracterizada pela não entrega integral do material ou entrega integral em desacordo com as especificações exigidas, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou contrato (quando for o caso);

12.1.5 - Pelo descumprimento de quaisquer outras exigências estabelecidas nesta Ata e no Anexo I do Edital (Termo de Referência), não previstas nas cláusulas anteriores, multa de 0,5% (meio ponto percentual) sobre o valor do contrato;

12.1.6 - Pelo cancelamento da presente Ata de Registro de Preço por culpa da DETENTORA, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do fornecimento mensal estimado multiplicado pelo número de meses faltantes para o termo final do ajuste;

12.2 - As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras;

12.3 - O prazo para pagamento de multas será de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada, sendo possível, a critério da CONTRATANTE, o desconto das respectivas importâncias do valor eventualmente devido à CONTRATADA. Não havendo pagamento pela empresa, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se ao competente processo executivo;

12.3.1 - O não pagamento de multas no prazo previsto ensejará a inscrição do respectivo valor como dívida ativa, sujeitando-se a CONTRATADA ao processo judicial de execução.

13 - VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

13.1 - PRAZO DE VIGÊNCIA: A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS terá prazo de vigência de 12(doze) meses, a partir da data de sua publicação.

14- DA PUBLICAÇÃO:

14.1 – A Ata de Registro de Preços nº. 006/SRP/CGM/2.017, deverá ser publicada no Diário Oficial do Município, conforme dispõe o art. 21, inciso II, da Lei Federal nº. 8.666/93.

15 - DAS SANÇÕES NO CASO DE INADIMPLEMENTO E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS:

15.1 - Pela Administração Pública, quando:

A Detentora de o Registro deixar de cumprir as exigências do Edital;
A Detentora de o Registro não atender à convocação para assinar a ATA decorrente de Registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração;
A Detentora incorrer reiteradamente em infrações previstas nesta Ata;
A Detentora de o Registro praticar atos fraudulentos no intuito de auferir vantagem ilícita;
Ficar evidenciada incapacidade de cumprir as obrigações assumidas pela Detentora do Registro, devidamente caracterizada em relatório de inspeção;
Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do Registro de Preços;
Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticado no mercado e a detentora se recusarem a baixá-los na forma prevista no ato convocatório;
Por razões de interesse público, mediante despacho motivado, devidamente justificado.

11.1.1 - Pela Detentora do Registro, quando:

Mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências do Edital que gerou a Ata de Registro de Preços;

15.2 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, por correspondência com recibo de entrega, juntando-se comprovantes dos fatos ocorridos ou evidenciados, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no Edital, assegurada defesa prévia da DETENTORA do registro, nos termos da Lei nº 8666/93.

16- CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

16.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, pela Administração, de pleno direito, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando a detentora:

16.1.1 - Descumprir as condições da Ata de Registro de preços;

16.1.2 - Não aceitar reduzir o(s) seu(s) preço(s) registrado(s) na hipótese de tornar (em)-se superior (es) ao(s) praticado(s) no mercado.

16.2 - A Ata de Registro de Preços poderá ainda ser cancelada, de pleno direito, assegurado o contraditório e a amplas defesas, quando presentes razões de interesse público, devidamente justificadas pela Administração.

16.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante nos autos que deram origem ao Registro de Preços.

16.3.1 - Nos casos de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, por 02 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

16.4 - Esta Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida nas hipóteses previstas para a rescisão dos Contratos em geral, com as consequências daí advindas.

17 - UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES “CARONA”

17.1 - Esta Ata de Registro de Preço poderá ser utilizada por qualquer órgão da Administração Direta e Indireta, inclusive autarquias e fundações do Município, mediante consulta ao órgão gerenciador nos termos do art. 9º do Decreto Municipal nº 3522/14;

17.2 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder por órgão não participante ou “carona” a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens registrados nesta Ata de Registro de Preços e os órgãos participantes;

17.3 - Os quantitativos decorrentes das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado nesta Ata de Registro de Preços, independente do número de órgãos não participantes que aderirem;

17.4 - Caberá à detentora da ata, observadas as condições estabelecidas em lei, aceitar o fornecimento,

sem prejuízo do atendimento dos quantitativos inicial e aumento de até 25% do quantitativo total estimado, aceitando o acréscimo.

18 - DISPOSIÇÕES GERAIS:

18.1 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

18.2 - Fica a Detentora ciente na assinatura desta Ata e/ou Termo de Anuência e Compromisso de Fornecimento de todas as cláusulas e condições estabelecidas, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento desta Ata de Registro de Preços e dos ajustes dela decorrentes, disponíveis na página oficial do Município.

18.3 - A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao Decreto 3522/14, Lei Federal 8666/93, demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

18.4 - Faz parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais, o anexo "Quadro demonstrativo para subsídio da ata de registro de preços" e o "Termo de Anuência e Compromisso de Fornecimento", quando este for o caso.

Fica eleito o foro do Município de Ji-Paraná para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

E, por estarem de acordo, lavram o presente instrumento, que lido e achado conforme, vai assinada pelas partes em (02) duas vias de igual teor, composta de 18(dezoito) páginas, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

Marília Pires de Oliveira
Coordenadora de Ata
Dec. 1549/GAB/PMJP/2013

Elias Caetano da Silva
Controlador Geral do Município
Dec. 0018/GAB/PMJP/2013

TERMO DE ANUÊNCIA E COMPROMISSO DE FORNECIMENTO

BRILCARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA, CNPJ nº 03.817.702/0001-50, Rua Rosulino Ferreira Guimarães, 839, Centro, Rio Verde/GO. (fone: 64 2101 5500), neste ato representado pelo Sr. Dário da Costa Barbosa Junior, Empresário, brasileiro, RG 750.371SSP/GO e CPF 236.941.001-34, firma o presente TERMO DE ANUÊNCIA E COMPROMISSO DE FORNECIMENTO, visando a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de administração, gerenciamento e controle de manutenção preventiva e corretiva da frota veicular da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná/RO através da Secretaria Municipal de administração, com período de consumo previsto por 12 (doze) meses, sob o regime de sistema de REGISTRO DE PREÇOS, devidamente Homologado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Ji-Paraná (fls. 162), segundo descrito no Termo de Referência fls. 05/55, Edital de Licitação n. 004/CPL/PMJP/17 e anexos de fls. 69/101 do Processo Administrativo n. 1161/2017-SEMAD, disponível na página oficial do Município, anuindo neste ato com todos os ajustes descritos na **Ata de Registro de Preços n. 006/SRP/CGM/2017**, independente de sua transcrição, ficando desde já ciente a forma da prestação dos serviços, conforme Edital, sob pena de descumprimento dos preceitos da Lei Federal n. 8.666/93.

Ji-Paraná/RO, 07 de março de 2017.

BRILCARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA
CNPJ nº 03.817.702/0001-50,



PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

Av. 2 de Abril, 1701

CNPJ : 04092672/0001-25

ANEXO: QUADRO DEMONSTRATIVO PARA SUBSÍDIO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Página 1

Nº Proc. Licitatório : 000022/17

Modalidade : PREGÃO ELETRÔNICO

Nº Modalidade Licit. : 4

Proc. Administrativo : 1161

Nº Controle Ata : 006/SRP/CGM/2017

Prazo de Validade : 07/03/2018

Objeto / Descrição : Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de administração, gerenciamento e controle da manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças e acessórios genuínos ou originais de reposição e transporte por guincho, com

Registro de Preços (Inicial) Prazo de Validade : 07/03/2018

Fornecedor / Proponente : 8749 -BRILCARD ADMINISTRADORA DE CARTOES LTD

Centro de Custo : 242 -SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO

Item	Cód. Produto	Descrição Marca	Unid. Motivo	Qtde	Valor Unitário	Valor Total	Qtde. Sol.	Qtde. Ped.	Qtde. Saldo	Saldo Total
1	055.001.776	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO PARA GERENCIAMENTO E COSÇ BRILCARD		1	0,00	0,00	0	0	1	0,00

Total Registro de Preços (Inicial) : 0,00

Saldo Total: 0,00

Total Registro de Preços (Inicial) : 0,00

Saldo Total: 0,00

Cidade Limpa é Cidade Desenvolvida



Colabore com o serviço de coleta de lixo domiciliar.

Coloque o lixo de sua casa em sacolas apropriadas.

Deixe o lixo devidamente acondicionado.

Coloque o lixo em lixeiras próprias para este fim.

